UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

MARCIA DA SILVA CEZAR GADEA

REDES SOCIAIS E VULNERABILIDADE RELACIONAL:
Um estudo sobre relações sociais entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo - RS

São Leopoldo, RS
2019

MARCIA DA SILVA CEZAR GADEA

REDES SOCIAIS E VULNERABILIDADE RELACIONAL:
Um estudo sobre relações sociais entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo - RS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes

São Leopoldo, RS

2019

G129r Gadea, Marcia da Silva Cezar.
Redes sociais e vulnerabilidade relacional : um estudo sobre relações sociais entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo – RS / Marcia da Silva Cezar Gadea. – 2019.
127 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.
"Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes."

1. Redes de relações sociais. 2. Capital social. 3. Vulnerabilidade. I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

MARCIA DA SILVA CEZAR GADEA

REDES SOCIAIS E VULNERABILIDADE RELACIONAL:

Um estudo sobre relações sociais entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo - RS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 15 de Abril de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr José Rogério Lopes- (Orientador)- UNISINOS

Prof. Breno Augusto Souto Maior Fontes – (UFPE)

Prof. André Luiz da Silva – (UNITAU)

Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini – UNISINOS

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor – UNISINOS

Dedico esta tese

Ao meu esposo, Carlos, meu companheiro de todos os momentos, nunca vou esquecer de tantas madrugadas que você ficou ali do meu lado enquanto eu escrevia a tese, meu maior incentivador.

Aos meus filhos, Felipe e Sofia, com todo o meu amor.

E a minha mãe, Neusa, que sempre me incentivou a estudar mesmo em momentos difíceis das nossas vidas, um exemplo de dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Existem momentos em nossas vidas em que as relações sociais, o apoio e também a ajuda de algumas pessoas são fundamentais para a conclusão de nossos objetivos. Nestes anos de estudos, pude conhecer e compartilhar momentos com muitas pessoas importantes na conclusão desta tese, e assim prestarei os meus mais sinceros agradecimentos.

À coordenadora do CRAS Oeste, Josiane, que sempre me recebeu muito bem e me ajudou na aproximação com os moradores do bairro Vicentina.

A todos os moradores do Bairro Vicentina, pessoas que, mesmo com tantas dificuldades, levam a vida com tanta alegria.

Ao meu orientador, professor José Rogério Lopes, pela atenção, dedicação e pelas reflexões que por vezes nos emocionavam, e assim tornava a pesquisa mais instigante. A minha sincera admiração e meu agradecimento pelo professor que és, me dando segurança e tranquilidade.

Aos professores, Mônica Dowbor e Breno Fontes, pelas contribuições na banca de qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Unisinos, em especial ao Professor Solon e ao professor Gaiger, pelas aulas maravilhosas.

Aos meus colegas de doutorado, com os quais tive momentos muito especiais e de muito conhecimento, em especial, Claudio, Miguel, Roselandia, Adimilson, Sabrina e Elisane.

À querida Maristela Simon, uma grande amiga e secretária do PPG, por ser sempre tão amável e deixar a burocracia mais leve.

À minha amiga Lívia Padilha, que, mesmo longe, sempre muito presente em todos os momentos importantes da minha vida, o meu agradecimento.

A toda a minha família, minha mãe, meu pai, minha irmã Marcela, pela qual tenho muita admiração como pessoa e como exemplo de educadora. Meu irmão José Roberto, meus sobrinhos, (Lívia, Valenttina, Samuel, José Fernando e Antonella), ao meu cunhado Giuliano, e minha cunhada Yolli, que sempre me apoiou com muito carinho.

Enfim, agradeço especialmente a Deus.

RESUMO

Analisar as situações de exclusão e vulnerabilidade social, na atualidade, requer um olhar sobre as redes de relações entre indivíduos e sobre capital social que transcenda os clássicos enfoques economicistas ou ligados às políticas públicas. Parte-se da ideia de que a análise de redes de relações sociais e o concomitante capital social construído permitem compreender as características das maneiras como os indivíduos atuam para poder amenizar ou superar situações cotidianas adversas, tanto do ponto de vista econômico como também sociocultural. O objetivo da presente pesquisa é analisar as características dessas redes de relações sociais, bem como o que produzem socialmente para estes indivíduos, considerando que elas medeiam o acesso a vários fatores importantes para o seu bem-estar. Para isso, apresenta-se uma reflexão sobre as noções de pobreza, exclusão social, redes de relações sociais, capital social, vulnerabilidade social e vulnerabilidade relacional, sendo esta última a contribuição de análise da presente tese sobre relações sociais entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Redes de Relações Sociais. Capital Social. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

Analyzing situations of social exclusion and vulnerability nowadays requires a look at relations networks between individuals and social capital transcending the classic economist approaches or those linked to public policies. It starts from the idea that the analysis of networks of social relations and the concomitant social capital constructed allow to understand the ways in which the individuals act in order to soften or to overcome daily adverse situations, both from the economic as well as sociocultural point of view. The present research aims at analyzing the characteristics of these social relations networks, as well as what they socially produce for these individuals, considering that they mediate access to several important factors for the well-being. Thus, reflections on the notions of poverty, social exclusion, networks of social relations , social capital, social vulnerability and relational vulnerability is presented, being the latter the contribution of the present thesis analysis regarding social relations among individuals in situations of social vulnerability.

Key-words: Networks of Social Relations. Social Capital. Vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Cidade de São Leopoldo-RS, com distribuição por bairros.....25
Figura 02: Mapa do bairro Vicentina, São Leopoldo – RS 25

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: Casas do bairro Vicentina, São Leopoldo – 26
Foto 02: Mãe entrevistada enquanto amamentava o filho.....35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução das famílias atendidas pelo programa Bolsa Família 28
Gráfico 02:Perfil geral de gênero.....86
Gráfico 03 : Distribuição dos entrevistados por faixa etária 86
Gráfico 04 : Comparativo entre escolaridade e renda 87
Gráfico 05 : Perfil geral de renda dos entrevistados.....88
Gráfico 06 :Perfil de trabalho dos entrevistados.....89
Gráfico 07: Comparativo entre renda e gênero 90
Gráfico 08: Comparativo entre gênero e perfil de trabalho.....91
Gráfico 09: Comparativo entre gênero e auxílios sociais 92
Gráfico 10: Comparativo entre gênero e insegurança.....92
Gráfico 11: Comparativo de conexões dentro e fora do bairro.....94
Gráfico 12: Distribuição das conexões por tipo de vínculo.....95
Gráfico 13: Localismo dos grupos familiar e amizade 97
Gráfico 14: Localismo do grupo profissional/trabalho.....98
Gráfico 15: Comparativo entre nº de conexões e renda.....99
Gráfico 16: Localismo geral das conexões dos entrevistados.....101
Gráfico 17: Comparativo entre tempo de residência no bairro x nº de conexões....103
Gráfico 18: Distribuição das conexões das respostas nos grupos de conexão.....105
Gráfico 19: Rede Ego do entrevistado Paulo Roberto.....107
Gráfico 20: Rede Ego do entrevistado Vilmar 109
Gráfico 21: Rede Ego da entrevistada Emília.....111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cenários possíveis de desvantagem social.....48
Quadro 02: Aspectos da vulnerabilidade relacional. 61

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População de São Leopoldo/RS X bairro Vicentina 24

Tabela 02: Famílias que são beneficiárias de Bolsa Família no município de São Leopoldo 29

Tabela 03: Famílias que são beneficiárias de Bolsa Família no bairro Vicentina.....29

Tabela 04. População analfabeta e porcentagem de pessoas analfabetas (com 15 anos ou mais) - São Leopoldo – R.....30

Tabela 05- Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e no ensino médio em 2015 no país, no estado, no município.....30

Tabela 06 - Porcentagem de distorção de alunos do Bairro Vicentina (2015) - São Leopoldo, RS.....31

Tabela 07 - Taxa de distorção da Escola Afonso Guerreiro – Bairro Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre- RS.....32

LISTA DE SIGLAS

ARS	Análise de Redes Sociais
CONSUNI	Conselho Universitário
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. ACERCA DAS REDES SOCIAIS E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: OS PASSOS DA PESQUISA. 20

1.1 Tema e contexto da pesquisa 20
1.2 Procedimentos metodológicos 36

2 DO CONCEITO DE POBREZA AO CONCEITO DE VULNERABILIDADE RELACIONAL 41

2.1 Pobreza 41
2.2 Exclusão social 47
2.3 Vulnerabilidade social / Vulnerabilidade relacional 53

3. REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL 65

3.1 Redes de Relações Sociais 65
3.2 Capital social 72

4 ANÁLISE Das redes de relações e sociabilidades 83

4.1 Perfil geral dos entrevistados 85
4.2 Perfil das redes sociais dos entrevistados 93
4.2.1 Perfil dos casos selecionados para ARS 103

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIAS 124

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado surge do interesse em dar continuidade aos estudos das redes sociais e sua influência entre os indivíduos em determinados contextos, objeto de análise da minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Naquela oportunidade, o enfoque esteve centrado na análise de redes numa organização, a Universidade do Estado de Mato Grosso, no qual se mediu o grau de influência entre os atores sociais participantes do CONSUNI e Coordenação dos diferentes Campi da Universidade. A partir desse enfoque, a atual pesquisa se propõe a relacionar a análise de redes sociais com indivíduos em situação de vulnerabilidade social na cidade de São Leopoldo – RS, para reconstituir seus atributos e padrões de relações e, fundamentalmente, investigar os condicionantes, as consequências e a mobilização decorrentes dessas redes pessoais. A pesquisa foi realizada em um bairro de São Leopoldo considerado com nível elevado de pessoas em situação de vulnerabilidade: o bairro Vicentina.

A ideia é prolongar os estudos das redes sociais entendidas como redes de sociabilidades entre pessoas que habitam um mesmo espaço geográfico e conservam características socioeconômicas semelhantes. De ter estudado redes sociais em organizações, passa-se a construir uma perspectiva de análise que atende às relações pessoais, para igualmente diagnosticar os tipos de redes existentes e de que forma elas se associam com padrões distintos de sociabilidade.

O objetivo central é analisar as consequências que essas redes produzem para estes indivíduos, considerando que elas mediam o seu acesso a vários fatores importantes para o seu bem-estar; em definitivo, o objetivo é revelar quais são as características dessas redes e de que maneira elas influenciam as condições de vida no cotidiano destes indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O desafio se centra em dar sequência ao debate acerca das redes sociais e o seu potencial explicativo para fenômenos sociais e culturais nas Ciências Sociais, bem como relacionar ao campo de relações sociais os vínculos sociais que se manifestam em um ambiente de vulnerabilidade. A presente tese sustenta a importância das relações sociais para a compreensão das condições de

vulnerabilidade social de indivíduos. Muito embora se concorde com a importância das condições socioeconômicas e do mercado de trabalho, assim como com a existência de atributos e comportamentos individuais, considera-se que, possivelmente, os processos e elementos sociais de médio alcance, unidos aos padrões de relação nos quais os indivíduos se inserem, têm grande importância para o entendimento da vulnerabilidade, a exclusão social e a pobreza.

É sabido que tanto a força dos laços quanto os tipos de relações estão em constante movimento, podendo acarretar diferentes informações. Para transpor a ação meramente instrumental e uma concepção instrumental das redes, devemos evitar premissas normativas sobre as relações, assim como fugir de uma visão simplesmente ambiental dos assuntos sociais, para evitar levar-nos a um diagnóstico parcial. Para a abordagem dessas questões, a presente tese discute noções importantes das Ciências Sociais: redes sociais, vulnerabilidade social, capital social e vulnerabilidade relacional, bem como as clássicas noções de pobreza e exclusão social.

A noção de redes sociais vem da clássica análise de Simmel (1983) acerca dos efeitos dos padrões de conexões entre indivíduos existentes na sociedade, tendo como unidade básica as relações sociais e não os atributos dos indivíduos. Numa linha de argumentação semelhante se encontram as reflexões de Fontes (2008), ao argumentar que o grande desafio é entender como se dá a relação das partes (indivíduos, ou também podemos chamar de atores dentro das redes) com o todo e como esses atores se integram na sociedade. Da mesma maneira, apresentam-se análises de redes sociais como o caso das dinâmicas econômicas analisadas por Granovetter (1985), que também demonstra a importância dos laços sociais, das conexões estabelecidas entre atores sociais, que se formam através de interações. Para ele, a análise de redes sociais define-se como um tipo da sociologia estrutural, baseando-se nos possíveis efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal (Granovetter, 1985).

Ao admitir-se que o espaço a ser pesquisado comporta a característica de pobreza e marginalidade, no sentido amplo, a noção de vulnerabilidade permitirá analisar a situação de crise de confiança entre os indivíduos, envolvendo desde a ruptura dos valores tradicionais (implicados na crescente desagregação familiar em certos grupos sociais), dos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais, tal qual a visão de Hogan e Marandola Jr. (2005), bem como com a visão de Filgueira e

Peri (2004), no tocante ao entendimento sobre a escassa capacidade de resposta individual ou grupal perante riscos e imprevistos.

A mais importante e abrangente análise de incorporação das dinâmicas sociais no estudo das redes sociais se vincula à noção de capital social. A presente tese parte, justamente, do tripé de análises de James Coleman, Pierre Bourdieu e Robert Putnam, realizando-se uma análise crítica das suas principais contribuições. Por outro lado, busca-se, de maneira complementar, analisar as perspectivas trazidas por Zinecker (2004) acerca das noções de capital social "perverso", permitindo ampliar as análises mais clássicas, como a de Portes (2000), com sua visão de capital social "negativo".

Assim, a decisão em dedicar a atenção em redes individuais parte do pressuposto de que é por meio delas, as redes, que os indivíduos obtêm acesso aos diferentes subsídios que contribuem para sua melhor condição de vida. Desta maneira, a pesquisa tem como contexto o bairro Vicentina na Cidade de São Leopoldo-RS, o qual tem uma população de 13.140 habitantes, considerado um bairro com grande parte da população vivendo em situação de vulnerabilidade social, ou seja, com exposição à violência, carências materiais, baixos níveis de educação, principalmente entre os jovens, e com índices de empregos com baixa remuneração, bem como taxas altas de desemprego e trabalho informal.

Conforme Marques (2012), há elementos importantes para a definição de circunstâncias sociais de vulnerabilidade, desde mobilizações políticas, movimentos sociais ou partidos políticos, até as ações e a composição de relações formais e informais entre as elites políticas e econômicas, ou na estruturação de áreas de políticas públicas, entre muitos outros temas. No caso exclusivo da vulnerabilidade social, a bibliografia tem contribuído, de forma cada vez mais eloquente, para evidenciar como tais redes intercedem no acesso a soluções materiais e imateriais e contribuem de forma separada para a reprodução das condições de escassez e das desigualdades sociais.

A conexão das redes ao estudo da vulnerabilidade pode permitir a constituição de diagnósticos que fujam dos polos analíticos da responsabilização particular dos indivíduos por sua condição de vulnerabilidade. Por exemplo, na visão de Marques (2012), redes de pessoas vulneráveis são mais diversificadas e mostram maior heterogeneidade do que se poderia esperar com base numa visão econômica de vulnerabilidade, que tende a associar a pobreza de recursos à

pobreza relacional. No entanto, concordando com a consideração de que não se pode responsabilizar de maneira particular os indivíduos por sua condição de situação de vulnerabilidade, redes sociais existentes entre indivíduos sob estas condições nem sempre se mostram diversificadas e heterogêneas; ao contrário, podem se manifestar muito restritas ao espaço geográfico de residência dos indivíduos que a compõem e homogêneas com relação a sua composição.

Assim, considerando que as redes sociais são padrões complexos de relações de diferentes tipos, cabe pensar que indivíduos em situações de vulnerabilidade social, no contexto contemporâneo, vivenciam processos de exclusão social em que o "paradigma do acesso" tende a substituir o "paradigma da posse", cobrando centralidade à problemática das relações sociais e da construção de capital social para a compreensão da exclusão social. Isso leva a sustentar que é a ausência ou debilidade de vínculos de inserção social ou comunitária um componente principal para a análise da situação de vulnerabilidade, que aqui se sugerirá chamar vulnerabilidade relacional.

O ambiente da vulnerabilidade social pesquisado está pautado por relatos de sensação de insegurança e de violência por parte dos residentes do bairro Vicentina, conduzindo à construção de tipos de redes de relações e sociabilidades que não parecem ser compatíveis com aquelas surgidas em situações semelhantes em que "redes de pessoas pobres são mais diversificadas" e mais heterogêneas. Talvez seja esta sensação de insegurança que muitos relatam um fator importante para compreender o novo ambiente de vulnerabilidade social do bairro, e o que possa ter levado à construção de vínculos e redes sociais em que se privilegiam relações sociais de alta proximidade entre os indivíduos, do "desejo de comunidade" (Bauman, 2001).

Quais são as características que possuem estas redes sociais que implicam individualidades em situação de vulnerabilidade social? Quais são os tipos de redes existentes e de que forma se associam com padrões distintos de sociabilidades? E, finalmente, de que forma estas redes estão relacionadas à construção de um capital social? De que maneira estas redes de relações sociais trazem benefícios para a vida cotidiana destes indivíduos em situação de vulnerabilidade social?

Para a realização da pesquisa, utilizam-se ferramentas de Análise de Redes Sociais (ARS), e a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, conciliando metodologias qualitativas e quantitativas na interpretação dos dados.

Desta forma, procura-se buscar compreender as sociabilidades de indivíduos em situação de vulnerabilidade social no bairro Vicentina da cidade de São Leopoldo – RS, atendendo a diversidade espacial e de população na hora da pesquisa empírica.

No primeiro capítulo se aborda uma contextualização da pesquisa e uma delimitação do tema a ser abordado, introduzindo dados e informações sobre a cidade de São Leopoldo e o bairro Vicentina, em particular. As informações sobre a cidade e o bairro Vicentina dizem respeito a características demográficas, sobre a renda da população, sobre educação, sobre políticas de assistência social e violência. Numa segunda parte do capítulo se apresentam os procedimentos metodológicos aplicados.

O segundo capítulo se propõe a discutir os principais conceitos da pesquisa empírica, os quais possibilitam compreender a realidade social e as relações sociais. Trata-se de apresentar quatro reflexões: sobre a pobreza, a exclusão social, a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade relacional, esta última com certo destaque na presente pesquisa.

O terceiro capítulo aborda dois eixos analíticos centrais para a tese: o conceito de redes de relações sociais e o conceito de capital social. Estas duas discussões se tornam importantes na medida em que o objetivo central desta pesquisa é caracterizar os tipos de sociabilidades que vivenciam indivíduos em situação de vulnerabilidade social, classificando as suas redes de acordo com a participação relativa das esferas de sociabilidades, dentre elas: família, bairro, amizade, trabalho, associações, etc. Este terceiro capítulo é o teórico da tese, mas que não procura esgotar todo o debate existente em torno desses conceitos. O interesse é a sua atualização para os temas contemporâneos das Ciências Sociais.

Já o quarto e último capítulo é dedicado à análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários com os moradores do bairro Vicentina. No primeiro momento, se analisam as redes sociais, descrevendo o perfil dos entrevistados, atendendo as variáveis: renda, gênero, escolaridade, faixa etária, trabalho, dentre outras. No segundo momento, logo após a caracterização do perfil dos entrevistados, se apresentarão as redes de relações em função das respostas obtidas ao se perguntar sobre conexões e vínculos que se constroem pelos indivíduos. As perguntas do questionário[1] estão relacionadas com os tipos de

[1] Questionário ver em anexo.

vínculos que estes entrevistados possuem, sobre as suas relações sociais mais próximas e mais distantes e com o aspecto da confiança sendo um dos mais importantes.

Finalmente, para aprofundar a análise das redes, se tomam três casos como exemplos a serem analisados. Através deles se podem realizar análises mais pontuais e aprofundadas sobre trajetórias e vulnerabilidade relacional, bem como permitem indicar possíveis pautas para a elaboração de políticas públicas de combate à vulnerabilidade social.

1. ACERCA DAS REDES SOCIAIS E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: OS PASSOS DA PESQUISA.

1.1 Tema e contexto da pesquisa

Um fator fundamental que deve ser observado acerca da temática das redes sociais é aquele que as considera como “espaços de grandes possibilidades” no acesso a recursos materiais e simbólicos, entrelaçando o econômico e o social. Isso decorre do fato de que todo indivíduo interage em “sub-redes” que atuam de modo interdependente. Nesse aspecto, pode-se notar que, semelhantemente ao que é visível em redes de formato colaborativo, as redes sociais, de modo geral, determinam que outros valores, além dos contratuais, sejam privilegiados, ressaltando valores como a confiança e a responsabilidade mútua. Becker (2007, p. 61) afirma que essa relação acontece progressivamente com pessoas que já “desenvolveram uma série de contatos iniciais nos quais estas puderam medir a confiança das outras pessoas”, de modo que a rede de relacionamentos, nesse caso, não extingue, mas minimiza a ocorrência, por exemplo, de situações sociais de vulnerabilidade (exposição à violência, carências materiais e simbólicas, etc.). Esse aspecto que permeia as redes sociais parte da premissa de que “o todo é maior que a simples soma das partes”, ou seja, o benefício da agregação da rede não é apenas resultado da soma dos potenciais de cada parte, mas também gera fatores inerentes à “constituição do grupo”.

Sendo assim, converteu-se nos eixos temáticos desta pesquisa a análise dos mecanismos pelos quais as redes influenciam as condições de vida, a “saída” da situação de vulnerabilidade e das desigualdades sociais no cotidiano dos indivíduos. Portanto, é central integrar as relações sociais ao arcabouço teórico, o qual diz que a integração econômica depende não apenas do acesso a mercados, mas também da redistribuição produzida pelo Estado e da reciprocidade social, com a mediação do espaço (Kaztman, 1999). Ou então, formulando de maneira diferente, a provisão do bem-estar depende de elementos providos pelos mercados, pelo Estado e por unidades sociais, como as comunidades locais e a família. Mesmo concordando com a importância dessas três fontes de bem-estar, a presente tese destaca o terceiro

elemento, caracterizado não apenas como uma fonte de bens e serviços em si, por meio dos apoios sociais obtidos pelos indivíduos, mas como uma maneira de mediar o acesso a condições melhores de vida. A grande maioria dos estudos recentes tem incorporado “unidades sociais” por meio do conceito de capital social, ou usando redes sociais de forma metafórica, considerada genericamente os elementos sociais que produzem integração. Embora várias perspectivas analíticas coexistam, a categoria capital social serve de elemento unificador (Blokland; Savage, 2008).

Tal qual manifesta Durston (2000), o paradigma do capital social propõe que as relações de reciprocidade e confiança, cooperação e proximidade são as capazes de gerar instâncias sociais imprescindíveis na superação da fragmentação social, o isolamento e as carências de vínculos associativos positivos. Evidentemente, a pesquisa desenvolvida se insere nas discussões próprias da relação do capital social com a vulnerabilidade social, sob a premissa de que, quanto mais densa e diversificada seja a rede de relações sociais que se estabelecem, maior a chance do desenvolvimento das capacidades individuais e superação de situações sociais de vulnerabilidade constatadas. Na presente tese, partiu-se da ideia de que determinadas práticas sociais e culturais se incorporam nas histórias das relações desses indivíduos e, dessa maneira, podem tornar possível lidar com situações de vulnerabilidade e desequilíbrios nos estoques de capital social.

Redes sociais significativas são construídas em torno de cada indivíduo, propiciando trocas entre os integrantes: trata-se de uma rede de relações em que cada indivíduo está inserido e que fortalece interesses comuns, práticas sociais comuns, “mundos de vida” semelhantes e projetos pessoais e coletivos. Nesse sentido, pode-se entender que uma pesquisa sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade social não pode deixar de lado os diferentes “repertórios culturais” (Schütz & Luckmann, 1973) existentes quando redes de relacionamentos se acionam para uma determinada finalidade individual ou coletiva.

Argumenta-se, assim, que redes sociais “positivas” se encontram em pauta quando, por exemplo, acha-se uma rede de líderes comunitários, política e socialmente ativa, na medida em que é reconhecida por aqueles que estabeleceram uma relação de confiança e de solidariedade mútua. Já as redes sociais “negativas” emergem de práticas sociais ligadas, por exemplo, a jovens vinculados ao “mundo do delito” (gangues, etc.).

Mas existem exemplos mais próximos sobre esse tipo de redes. Zinecker

(2004) estuda questões ligadas às redes de relações sociais com indivíduos envolvidos em “gangues” em países de Centro América, apresentando na sua análise a noção de “capital social perverso”. Em sua análise, percebe-se que “capital social negativo” é análogo à noção de “capital social perverso” que a autora descreve nesta região, mais especificamente na Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador.

Na sua pesquisa, os quatro países possuem características semelhantes quanto à pobreza, índices socioeconômicos, pessoas vivendo em situações de vulnerabilidade, dentre outras características. No entanto, a Nicarágua apresenta-se com o menor índice de homicídios, e, ao se comparar com Honduras, a diferença pode chegar a quase 70 %.

Mas por que contextos sociais semelhantes de vulnerabilidade social apresentam índices de homicídios, por exemplo, tão diferentes? Para dar resposta, a sua pesquisa tem como eixo central analisar a diferença dos homicídios entre estes países, partindo da análise das relações sociais, e medindo o capital social de indivíduos envolvidos em “gangues” nos países citados. Assim, constatou-se que na Nicarágua o capital social destes indivíduos é mais elevado que nos outros países, não sendo um capital social tal qual a sua definição clássica.

Percebeu-se que, neste país, as redes de relações sociais são poderosas quando se observam indivíduos que nas “gangues” desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência socioeconômica e solidariedade de grupo. Assim, Zinecker (2004) passa a chamar “capital social perverso” a este capital social de indivíduos que integram gangues; algo semelhante à referência sobre “capital social negativo” considerado na presente tese.

Um fenômeno também interessante são as redes formadas em torno à ajuda mútua entre os parentes e vizinhos, e a sua eventual limitação no desenvolvimento de mobilidade social por parte de certos indivíduos. Por exemplo, uma pessoa que se destaca nos seus estudos e consegue um emprego um pouco melhor e, com um salário considerável se comparado com os outros que integram a rede, se deparará com situações particulares em torno de obrigações pessoais já formadas que levariam a uma eventual dissipação de qualquer acúmulo de capital econômico e social.

Essas “obrigações” que a rede demanda de distribuição daquilo acumulado individualmente e fora da própria rede poderiam gerar certos prejuízos à pessoa.

Por isso, as redes sociais “negativas” transmitem a situação em que as mesmas redes que permitem a sobrevivência são as que, paradoxalmente, também poderiam impedir a mobilidade individual.

Dessa maneira, ao analisar as redes sociais entre os indivíduos em situação de vulnerabilidade, expostos à violência e a uma série de carências materiais e simbólicas, deve-se considerar que o consequente capital social representa um conjunto de qualidades que produzem uma série de benefícios instrumentais que, também, possuem um potencial de causar “externalidades negativas”. Neste assunto, Silva (2008) ressalta certas características de redes que, na verdade, agem mais como barreira à inclusão e à mobilidade social, limitando as possibilidades de escolha e ações individuais, do que como inibidoras de ambientes de vulnerabilidade.

Certas redes parecem facilitar mais do que reduzir a criminalidade e os comportamentos ilegais, bem como o abandono escolar e os comportamentos de risco. Em definitivo, se o capital social reside na estrutura das relações pessoais, na medida em que um indivíduo necessita se relacionar com outros como verdadeira fonte dos seus benefícios (Portes, 2000), a presente tese não negligenciou essas dimensões das redes sociais estabelecidas, podendo-se, dessa maneira, compreender melhor a sua estrutura e a “conectividade” desses indivíduos moradores do bairro Vicentina.

A pesquisa foi desenvolvida no bairro Vicentina, na cidade de São Leopoldo. O município de São Leopoldo está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na Microrregião de Porto Alegre, com 214.087 habitantes, de acordo com o Censo 2010 (IBGE), e está situado entre os dez municípios mais expressivos no produto interno bruto do Rio Grande do Sul, possuindo um diversificado parque industrial globalizado, além de importante setor comercial e de serviços.

Há diversas empresas multinacionais instaladas na cidade, como as alemãs Stihl, SAP, Ensinger e Gedore. Situa-se também, na cidade, o maior polo de informática do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Do ponto de vista da sua população e a divisão por idades, a tabela abaixo demonstra dados do município e do próprio bairro Vicentina:

Tabela 01: População de São Leopoldo/RS X bairro Vicentina

	São Leopoldo - RS			Vicentina - São Leopoldo - RS		
Idade	**TOTAL**	**Homens**	**Mulheres**	**TOTAL**	**Homens**	**Mulheres**
0 a 4	14.381	7.357	7.024	1.014	541	473
5 a 9	15.504	7.989	7.515	1.073	547	526
10 a 14	18.170	9.295	8.875	1.212	645	567
15 a 17	10.921	5.491	5.430	716	380	336
18 a 19	7.190	3.684	3.506	484	251	233
20 a 24	18.551	9.297	9.254	1.199	592	607
25 a 29	19.466	9.712	9.754	1.128	582	546
30 a 34	17.628	8.708	8.920	1.100	539	561
35 a 39	15.513	7.618	7.895	924	455	469
40 a 44	15.437	7.519	7.918	916	451	465
45 a 49	15.552	7.279	8.273	906	412	494
50 a 54	13.267	6.312	6.955	774	379	395
55 a 59	10.382	4.907	5.475	586	281	305
60 a 69	13.066	5.776	7.290	690	323	367
70 anos ou mais]	9.059	3.298	5.761	418	155	263
Total	214.087	104.242	109.845	13.140	6.533	6.607

Fonte IBGE 2010

Como se observa, no total do município, a população jovem dos 20 até os 24 anos é numericamente considerável, tratando-se de uma faixa etária que também resulta numerosa na população do bairro Vicentina. Também é oportuno ressaltar a quantidade considerável de crianças e jovens entre os 10 e os 14 anos (faixa etária maioritária no bairro, população eventualmente passível de ser a mais exposta à vulnerabilidade social, tal qual destaca o CRAS-Centro de Referência de Assistência Social do bairro Vicentina). Ele se localiza na região oeste do município (ver mapa abaixo), com uma população total de 13.140 habitantes (49 % homens e 51 % mulheres), segundo, também, o último Censo de 2010 do IBGE.

Figura 01: Cidade de São Leopoldo-RS, com distribuição por bairros

Fonte: Prefeitura de São Leopoldo, RS

Figura 02: Mapa do bairro Vicentina, São Leopoldo – RS

Fonte: Google Earth

Foto 01: Casas do bairro Vicentina, São Leopoldo –

Fonte: acervo pessoal

Como ponto de partida para contextualizar a situação de vulnerabilidade social do bairro Vicentina, foram consultadas informações extraídas do IBGE e, de maneira fundamental, do Cadastro Único do Governo Federal. Sobretudo, através de reuniões com o coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Social da cidade de São Leopoldo, foi possível acessar dados do Cadastro Único para Programas Sociais, permitindo-se deixar mais claro qual a finalidade e qual a importância deste cadastro.

É um sistema que contém informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda[2] agrupadas em um só lugar. São essas as famílias que, presumivelmente, vivem em estado de pobreza ou extrema pobreza e precisam do auxílio do governo para conseguir suprir algumas necessidades, preferencialmente, as básicas, tendo a possibilidade de ingressarem em programas sociais promovidos pelo Governo Federal, como o Bolsa Família. A importância destas informações está em que permite dar um panorama geral das condições de vida das pessoas que moram no bairro Vicentina, já que quanto maior a presença de programas sociais é possível

[2] São famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma família ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos.

supor o grau de exposição à vulnerabilidade dessas pessoas. No entanto, importante já deixar claro que o objetivo não foi unicamente analisar as redes sociais que se estabelecem entre pessoas de vulnerabilidade social considerando aquelas que fazem parte do Cadastro Único.

A pesquisa empírica não atendeu a este único requisito para a escolha dos entrevistados. Contextualizar o objeto de análise é o interesse aqui quando se incorpora essas informações relacionadas aos programas sociais. Oportuno é lembrar que, segundo Carvalho (2003), as vulnerabilidades que as famílias apresentam envolvem, em geral, as dimensões de habitabilidade, renda, trabalho, saúde, identificação civil e social, educação, convivência comunitária e dinâmica familiar e, neste sentido, é importante conhecer o perfil geral das famílias e pessoas integrantes do Cadastro Único, pois elas conformam uma população em si, com suas características próprias, a partir da perspectiva da assistência social; ou seja, trata-se de um instrumento primordial no conhecimento do público da Política de Assistência Social.

Os dados a seguir apresentados se referem às famílias cadastradas e beneficiárias no "Cadastro Único", na cidade de São Leopoldo – RS e no bairro Vicentina. No Município de São Leopoldo, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em agosto de 2017 era de **18.691,** dentre as quais:

- 5.828 com renda per capita familiar de até R$ 85,00;
- 3.264 com renda per capita familiar entre R$ 85,01 e R$ 170,00;
- 6.090 com renda per capita familiar entre R$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 3.509 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

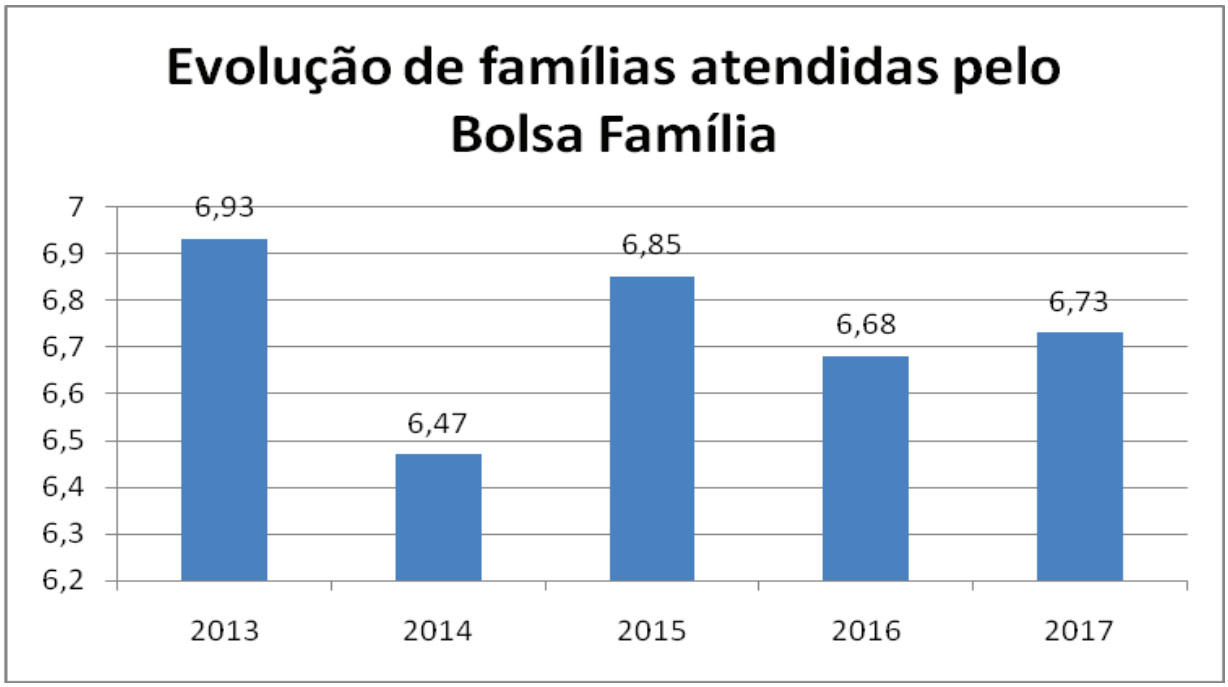
Considerando o mês de setembro de 2017, o programa Bolsa Família teria beneficiado 6.725 famílias, não alcançando a totalidade dos inscritos. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 166,02, e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 1.116.471,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2017, atingiu o percentual de 94,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 6.787 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 7.160. Para os jovens

entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 83,2%, resultando em 944 jovens acompanhados, de um total de 1.134.

No gráfico abaixo, se observa a evolução das famílias atendidas pelo Bolsa Família, nos anos de 2013 a setembro de 2017 na cidade de São Leopoldo- RS.

Gráfico 01: Evolução das famílias atendidas pelo programa Bolsa Família



Fonte: Cadastro Único do Governo Federal. 2017

A importância deste gráfico está no fato de representar a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade e que atendem a exigências cadastrais para receberem os benefícios. Conforme entrevista com a coordenadora do CRAS Oeste, que abrange o bairro Vicentina, a diminuição do número de pessoas que estão recebendo o benefício não indica uma melhora nas condições de vida destas pessoas, e sim que algumas famílias não fizeram a atualização do cadastro e, consequentemente, o benefício foi cancelado. Outra informação bastante relevante é referente a pessoas que pertenciam à classe média, ou não se encaixavam nas características de pessoas vulneráveis detectadas anteriormente, e que, no ano de 2017, realizaram pela primeira vez o cadastro para recebimento de benefícios, como, por exemplo, caso do transporte gratuito para estudantes.

Tabela 02: Famílias que são beneficiárias de Bolsa Família no município de São Leopoldo

	2015	2016	2017
Cadastradas	19.478	18.888	18.534
Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	6.850	6.680	6.730

Fonte: Dados da Secretaria de Desenvolvimento Social – São Leopoldo –RS-2017

Conforme a tabela acima, o número de pessoas cadastradas e beneficiadas no ano de 2015 para 2016 teve uma baixa em São Leopoldo. Esse fato ocorreu, conforme relatou a coordenadora do CRAS Oeste, devido à falta de atualização do cadastro de algumas famílias, o que, como dito anteriormente, as fizeram perder o benefício.

Já a tabela abaixo informa sobre da quantidade de pessoas cadastradas e que recebem o Bolsa Família no bairro Vicentina. O número de famílias cadastradas é muito maior que o número das que recebem o benefício. No ano de 2015 havia cadastradas 3.009 pessoas, para passar a ser 2.750 em 2017. Percebe-se, assim, que houve um descenso no número de cadastrados. Com relação aos que receberam o Bolsa Família, houve um leve descenso entre os anos 2015, 2016 e 2017. Interessante considerar que, conforme relato da coordenadora do CRAS Oeste, as pessoas cadastradas têm perfil e estão aptas a receberem o benefício, porém o repasse do governo não contempla a demanda existente.

Tabela 03: Famílias que são beneficiárias de Bolsa Família no bairro Vicentina

	2015	2016	2017
Cadastradas	3.009	2.957	2.750
Recebem Bolsa Família	1.051	1.048	1.032

Fonte: Dados da Secretaria de Desenvolvimento Social – São Leopoldo –RS – 2017

Neste contexto, outra variável importante refere-se ao problema educacional, expressando-se no âmbito da assistência social, pois se trata de um direito ao qual nem todos têm acesso, ou têm acesso parcial. Além disso, tal tema se relaciona a outros, como desigualdade social e vulnerabilidade de renda, que, por sua vez, estão implicados em situações de exclusão social e violência.

A partir de dados de 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais (INEP), e também dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciou-se o nível educacional do município de São Leopoldo, bem como do bairro Vicentina. Como bem se sabe, uma marca singular dos jovens na atualidade é a sua vulnerabilidade à violência, traduzindo-se, em ocasiões, na morte precoce de muitos. De fato, a falta de alternativas de emprego e lazer, assim como as notórias carências no que diz respeito ao desenvolvimento educativo e cultural, não são fatores novos na tentativa de caracterizar a vida destes indivíduos, porém de grande importância. Assim, se destaca abaixo a porcentagem de analfabetos na cidade de São Leopoldo – RS.

Tabela 04. População analfabeta e porcentagem de pessoas analfabetas (com 15 anos ou mais) - São Leopoldo – R

	Quantidade
População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	**6.457**
Porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais de idade	**4,6%**

Fonte: Censo demográfico 2010

A tabela acima indica a quantidade de analfabetos moradores da cidade de São Leopoldo, chegando ao total de 6.457 pessoas, uma porcentagem de 4,6%. A seguir evidencia-se a taxa de distorção escolar, ou também conhecida como defasagem escolar.

Tabela 05- Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e no ensino médio em 2015 no país, no estado, no município

SÉRIE	**BRASIL**	**Rio Grande do Sul**	**São Leopoldo**
Ensino fundamental	**21**	**22,2**	**26,1**
Ensino médio	**29,5**	**28,2**	**29,8**

Fonte: INEP/MEC 2015

Com dados do ano de 2015, a tabela acima demonstra que, no ensino fundamental, a cidade de São Leopoldo possui uma distorção escolar de 26,1%, porcentagem levemente acima da média estadual, com 22,2%. Da mesma forma

acontece com o ensino médio, já que São Leopoldo possui 29,8% de distorção, enquanto a média estadual é de 28,2%. Se considerarmos os mesmos dados para o bairro Vicentina, e ainda nos referindo às três escolas públicas ali localizadas, a seguinte tabela é esclarecedora:

Tabela 06 - Porcentagem de distorção de alunos do Bairro Vicentina (2015) - São Leopoldo, RS

Séries	EMEF Rui Barbosa	EMEF Castro Alves	Instituto Estadual Parque do Trabalhador
1º	1,5	0	-
2º	0	0	-
3	16,8	15	-
4	31,9	28,9	-
5	42,9	29,3	-
6	38,8	42,9	-
7		52,3	69
8		30,9	50
9		36,2	57,7
1			49.2
2			33,3
3			15,4

Fonte: Inep 2015

A Tabela 06 evidencia a taxa de distorção ou “defasagem escolar”, considerando, neste caso, os colégios públicos do bairro Vicentina. Evidentemente, não se pode, precipitadamente, deduzir que as altas taxas se relacionam com a estrutura familiar. Porém os dados podem contribuir para esclarecer o cenário em que se encontra esta faixa da população. Se analisarmos esses dados, podem-se revelar dificuldades no desempenho escolar em determinados momentos da construção subjetiva da personalidade e com certo vínculo com a trajetória familiar, considerando-se a vulnerabilidade social a que é exposta a família destes jovens.

Como se pode perceber, é na 7º série do ensino fundamental o momento mais “difícil” da “defasagem escolar”, conforme se observa em uma das escolas (Instituto Estadual Parque do Trabalhador) com um percentual de 69%. Se compararmos os dados da distorção escolar neste Instituto com a Escola Afonso Guerreiro do bairro Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre, tal qual se observa na Tabela 07, veremos que os dois bairros têm índices altos de defasagem escolar.

Tabela 07 - Taxa de distorção da Escola Afonso Guerreiro – Bairro Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre- RS

Escola \ Séries	**1º**	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
EMEF Afonso Guerreiro	9,1	1,2	22,4	27,3	37,1	48,2	45,3	56,4	36,7

Fonte: Inep 2015

Trata-se de uma comparação importante, devido ao fato de outras pesquisas realizadas, como, por exemplo, a do Observatório Juvenil do Vale Intitulada Realidade Juvenil e Violência Intersubjetiva em Bairros de Porto Alegre-contextos, situações e perspectivas, constatarem que o bairro Lomba do Pinheiro passa por problemas semelhantes ao do Vicentina, como a vulnerabilidade social e a violência. Assim, é neste estágio da vida escolar que se observa o acúmulo de situações adversas na passagem pelo sistema educativo: a comparação é propícia, já que dados educacionais da escola da Lomba do Pinheiro revelam que a 7º e a 8º séries estão com uma porcentagem de 45,3% e 56,4%, respectivamente, de defasagem escolar.

Presume-se que a repetência e\ou abandono podem ser o sintoma explicativo para esse fenômeno. Outros estudos revelam que justamente nos 14 e 15 anos, muitos jovens interpretam a repetência como “fracasso”, abandonando, estrategicamente, o sistema educativo, para assim passar por uma nova virada na construção da sua subjetividade (Nirenberg, 2006). Não é casualidade, inclusive, que muitos destes jovens passaram a desempenhar trabalhos informais, começando a trabalhar antes do previsto por seus pais. Isso nos permite compreender como, em situação de vulnerabilidade, muitos jovens terminam sendo vítimas de uma reprodução das desigualdades.

Com relação aos casos de violência no bairro Vicentina, recentemente o que se destacam são notícias sobre o crescimento da criminalidade, elevando as possíveis situações de vulnerabilidade dos seus moradores. Trata-se, inclusive, de um “senso comum” entre os moradores a violência crescente no bairro, chamando atenção sobre a situação de vulnerabilidade de que padece.

Por exemplo, notícias divulgadas pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul dão conta da presença de uma série de episódios violentos no bairro, algo que imediatamente a mídia começou a divulgar em várias edições nos jornais Vale

dos Sinos (VS), NH e Zero Hora. Na data de 19\07\2016[3], foi registrado um homicídio de um homem de 24 anos, no bairro Vicentina, conforme Jornal Vale do Sinos (VS). Até essa data, já foram registrados 43 assassinatos. “Casal é morto a tiros em São Leopoldo, no bairro Vicentina, segundo a Brigada Militar”, conforme o jornal VS publica no dia 30-09-2016[4]. Essa matéria aponta ainda que o comandante da BM informou o fato de as equipes estarem mapeando os locais onde já aconteceram os homicídios neste ano com intuito de intensificar as ações de desarmamento e abordagens nas áreas apontadas como “conflagradas”, destacando que são os bairros Vicentina e Feitoria os que mais apresentam “incidentes para o crime”.

O jornal NH destaca a seguinte notícia na data de 05\08\2016: “Em noite violenta, São Leopoldo tem três execuções e uma menina baleada”[5], sendo eles registrados no bairro Vicentina, acrescentando um quadro de violência e insegurança para a população moradora. No denominado “Projeto Protejo”. Território da Paz na Vicentina que tem como finalidade atender e mediar o atendimento às vítimas das mais diversas violências, tornando-as menos vulneráveis diante da situação de tensão e sofrimento a que estão submetidas.

O PROTEJO é um projeto de protagonismo juvenil, com foco na inclusão social, fortalecimento dos vínculos familiares, comunitário e construção da identidade juvenil, tendo como instrumento de articulação cultural e pertencimento social elementos da arte-educação, música, esporte, inclusão digital e formação profissional. Tem como público alvo 350 jovens com idade entre 15 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social. O Protejo busca estimular a autoestima e a convivência pacífica dos jovens nas comunidades, transformando-os em multiplicadores da cultura de paz.

Em definitivo, a vulnerabilidade se define sempre em relação com alguns tipos de ameaça, sejam eles eventos de origem física, como secas, terremotos, inundações ou doenças, não ter o que comer, perda de trabalho, etc. Sobretudo, a unidade de análise da vulnerabilidade se dá a partir do indivíduo, do lar ou do grupo

[3]http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2016/07/noticias/regiao/366156-jovem-e-morto-e-homem-baleado-em-rua-do-bairro-vicentina-em-sao-leopoldo.html - acessado em 20\09\2016.
[4]http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2016/09/noticias/regiao/2003201-casal-e-mortos-a-tiros-em-sao-leopoldo.html. Acessado em 22\09\2016
[5]http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2016/08/noticias/regiao/373570-em-noite-violenta-sao-leopoldo-tem-tres-mortos-e-crianca-baleada-na-cabeca.html. Acessado em 13\08\2016.

social no qual se insere. Sendo assim, define-se como vulnerável aquela pessoa que está diante de uma ameaça específica ou situação desfavorável, que pode ser a falta de saúde, a perda ou a precariedade do salário, a falta de educação e a perda de capacidades básicas (Martí, 2006).

Na presente tese, os aspectos considerados fatores estruturais da vulnerabilidade social, como a exposição à violência, carências materiais e simbólicas, educação e situação econômica, vinculam-se com um tipo de vulnerabilidade que atinge a capacidade de construir capital social e redes de relações por parte dos indivíduos, entendida aqui como “vulnerabilidade relacional”.

Nessa perspectiva, observa-se que em uma sociedade cada vez mais globalizada e interconectada, onde o paradigma do acesso tende a substituir o paradigma da posse, e a disponibilidade de ativos intangíveis cobra uma centralidade decisiva para explicar o poder e a centralidade social, os processos de exclusão social não podem ser explicados, unicamente, desde uma perspectiva economicista (através da renda que a pessoa tem disponível) senão que se torna cada vez mais relacionado a uma problemática relacional. Neste sentido, Marti (2006) demonstra que os conceitos derivados das análises de redes sociais podem ser úteis para aprofundar a compreensão da dimensão relacional da vulnerabilidade, tanto desde uma perspectiva teórica baseada na compreensão do fenômeno, como desde uma perspectiva aplicada que permita gerar pautas de inovação nas respostas das necessidades a partir da análise.

As características dos indivíduos moradores do bairro Vicentina, conforme se destacam os dados do Cadastro Único, dados de educação, socioeconômicos e sobre violência, permitem a constatação de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, a pesquisa foi realizada com questionários divididos em dois momentos: um primeiro momento com dados de identificações pessoais dos indivíduos, e um segundo momento com dados sobre as sociabilidades e suas redes de relações.

A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 30 a 45 minutos. Contudo, foram apuradas 55 redes pessoais no bairro Vicentina, em várias regiões do próprio bairro, localizando-se nos extremos leste e oeste as de maior vulnerabilidade, compatíveis com os dados das famílias do CRAS e das próprias redes pesquisadas. Porém foram analisadas e descritas 35 redes, pois as outras não foram contempladas por falta de algumas informações que alguns entrevistados

entenderam como confidenciais, e preferiram não responder.

As entrevistas realizadas se dividiram em: 51% (cinquenta e um por cento) de mulheres e 49% (quarenta e nove por cento) de homens, sendo que a maioria dos entrevistados tinha entre 26 a 35 anos, e o entrevistado mais velho tinha 65 anos. Outro aspecto relevante do perfil dos entrevistados é que o percentual de 28% (vinte e oito por cento) ganha menos de um salário mínimo, e destes, mais da metade vive com o auxílio do governo (Bolsa Família).

Mais um aspecto a considerar da vulnerabilidade em que vivem estes indivíduos é que 23% (vinte e três por cento) deles não estão trabalhando, e em alguns casos não têm vontade de sair para procurar emprego, não tendo sequer dinheiro para pagar uma passagem de ônibus: podemos classificá-los como “desalentados”, novo termo usado pelo IBGE nestes casos. Trata-se de pessoas que não têm emprego, não têm condições de voltar a estudar e não têm vontade e nem condições de procurar um emprego.

Minha percepção como pesquisadora e como um ser humano que se coloca no lugar do outro é que estas pessoas viam em mim uma forma de expressar o desespero, inconformidade com a vida, relatando muitas dificuldades para sobreviverem. A minha primeira ida ao campo de pesquisa foi muito chocante ao ver mães me concedendo entrevista e ao mesmo tempo amamentando seus filhos de mais de três anos. Ao questioná-las sobre tal prática, responderam-me o motivo pelo qual ainda estavam amamentando: “pois assim eles não passam fome, pelo menos têm o meu leite”.

Foto 02: Mãe entrevistada enquanto amamentava o filho

Fonte: acervo próprio da pesquisadora

Tal qual a foto acima, uma criança com três anos completos e sendo

amamentada pela mãe, de forma muito carinhosa e dedicada, evidencia uma das várias situações que soube sobre mães que continuam amamentando seus filhos durante a primeira infância. Em outro dia das entrevistas, deparei-me com um rapaz sem camisa e apontando uma arma para outro rapaz que passava pela rua. O que seria para eles uma simples brincadeira, para mim foi uma experiência assustadora.

1.2 Procedimentos metodológicos

Em períodos recentes, as redes sociais têm sido citadas de forma frequente como elemento de destaque para o entendimento das condições de vulnerabilidade e da reprodução dos padrões de desigualdade social no Brasil. Mediante os estudos já realizados nestes aspectos, a presente pesquisa visou contribuir para o entendimento destas condições e aportar respostas a algumas perguntas que nos deixaram instigados a fazer a pesquisa.

- Como são as redes destes indivíduos em situação de vulnerabilidade, moradores do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo?

- Quais são os tipos de redes existentes e de que forma elas se associam com padrões distintos de sociabilidade?

- Que consequências essas redes produzem para os indivíduos em situação de vulnerabilidade, considerando que as redes medeiam o seu acesso a vários elementos importantes para o seu bem-estar?

- Por fim, quais redes influenciam as condições de vida, a vulnerabilidade e as desigualdades sociais no cotidiano dos indivíduos?

A pesquisa comportou uma análise da situação socioeconômica do município de São Leopoldo e, em especial, do bairro Vicentina, foco do estudo. Para isso, consultaram-se fontes de dados estatísticos: IBGE, FEE, Prefeitura Municipal de São Leopoldo, CREAS, CRAS, Polícia Civil, dentre outras. Simultaneamente, a pesquisa demandou uma consulta de material bibliográfico sobre redes sociais, capital social, violência e vulnerabilidade social e também sobre material bibliográfico em forma de dissertações e teses que já desenvolveram temas análogos.

A determinação do local a estudar envolveu a escolha intencional após a verificação dos bairros mais vulneráveis de São Leopoldo: o bairro Vicentina, foco da pesquisa, está entre os primeiros bairros no tocante a vulnerabilidade e pobreza. A ideia principal da tese não era de demonstrar somente de maneira estatística a pobreza e a vulnerabilidade destes moradores, mas sim de analisar qualitativamente as relações sociais, a sociabilidade destes indivíduos, através das redes individuais por eles elaboradas. Cada indivíduo entrevistado foi escolhido aleatoriamente a partir do banco de dados fornecidos pelo CRAS Oeste. Entretanto, estes foram escolhidos de forma a garantir a maior variabilidade de perfis possíveis no interior do local estudado. O conjunto de entrevistas em cada região do bairro, contudo, foi sendo controlado através dos atributos como gênero e faixa etária, para que o público estudado fosse mais diversificado.

Foram realizadas entrevistas egocentradas,[6] (em que se pergunta a um dado indivíduo sobre a sua própria rede) sobre a rede total de seu convívio pessoal, no qual foram incluídas as várias esferas de sua sociabilidade. As entrevistas completas duraram entre 35 a 50 minutos e foram divididas em duas partes: a primeira tratava sobre as características gerais dos entrevistados através de um questionário semiaberto, no qual se perguntava sobre a composição familiar e do domicílio, status empregatício, situação civil e escolaridade. A segunda parte da entrevista foi dividida em grupos de perguntas para analisarmos a sociabilidade destes indivíduos: grupo familiar, vizinhança, amizade, associativa, diversão e lazer, estudos e profissional\trabalho\renda. Em seguida, foi solicitado a cada entrevistado que citasse no máximo cinco nomes de pessoas do seu círculo de relações para cada grupo de sociabilidade, apresentada pelo pesquisador, sendo aceitos nomes repetidos. Por fim, solicitei ao entrevistado para classificar os nomes indicados conforme alguns atributos: se o indivíduo era de fora ou de dentro do bairro e a que grupo pertence dentro da classificação da sociabilidade, para assim posteriormente

[6] As entrevistas foram realizadas através de perguntas egocentradas, pois foram consideradas dentro de grupos ou comunidades muito semelhantes entre si, como no caso das redes micro. Porém esta análise estendeu-se para o cruzamento das redes egocentradas e também sociocentradas (esta abordagem considera tanto a ocorrência como a não ocorrência de relações entre todos os membros da população). Uma abordagem sociocentrada descreve os laços de todos os membros da comunidade com todos os outros.

analisar o localismo destes indivíduos citados.

Antes da minha inserção no bairro para a aplicação dos questionários, fui conversar com a coordenadora do CRAS Oeste, a assistente social Rosi, para que me orientasse acerca das características da região, os cuidados que teria que ter, e os possíveis riscos perante a presença de alguma pessoas pertencentes a gangues que ocuparam algumas residências no bairro. Neste momento lhe perguntei: por que a polícia não alguma coisa? Responde-me que: “as famílias que passaram por isso foram ameaçadas e não poderiam chamar a polícia se não morreriam, somente contaram para mim”.

O primeiro dia de aplicação dos questionários foi um pouco preocupante, mas precisava enfrentar esse medo; sabia que ali, naquele bairro, moravam muitas famílias de gente trabalhadora, e que o meu temor era mais devido à influência das reportagens que via na televisão e nos jornais. Realmente, foi uma manhã que ficou marcada na minha memória, pois as famílias me receberam muito bem, me chamaram para entrar em suas casas, muitas vezes até me ofereceram um copo de água ou um chimarrão (não tomo chimarrão, mas aceitei todas as vezes que me ofereceram, assim podia escutar as histórias de vida daquelas pessoas). Eu, como mãe, me alegrava em ver tantas mulheres amamentando seus filhos, filhos estes muitas vezes já grandinhos. Ouvi relatos de uma mãe de que ia amamentar seu filho até que tivesse leite, pois assim ele estaria alimentado, pois ela não sabia se ia ter comida no outro dia. Percorri várias vezes a região, e em todas fui muito bem recebida pelos moradores.

Foram entrevistados 55 indivíduos e construídas 35 redes pessoais[7], utilizando um banco de dados do CRAS Oeste (Centro de Referência de Assistência Social) que possui 4700 pessoas cadastradas, as quais estão em situação de vulnerabilidade social. Após a realização de todas as entrevistas, através do método de análise de redes sociais, reproduzi cada rede individualmente em uma matriz de conectividade e sociabilidades, utilizando para estas análises o software Ucinet, e também o Excel. Desta forma, a pesquisa envolveu, sobretudo, a construção de 55 redes pessoais com dimensões e estruturas muito diversificadas. Assim, todas as informações das redes dos entrevistados foram organizadas em um banco de dados

[7] Foram aplicados 55 questionários; porém foram construídas 35 redes pessoais e suas características. Não foi possível utilizar todos os questionários devido a que algumas pessoas optaram por não responder a determinadas questões, inviabilizando a sua utilização.

com as características de cada entrevistado e dados das suas redes pessoais. Posteriormente, foram gerados relatórios, os quais permitem visualizar a existência de relações entre os atores, assim como a intensidade destas relações, em outros termos, como bem conectados eles podem estar (Hanneman, 2001). Os relatórios ainda forneceram dados, como grau de conectividade,[8] em que os atores sociais promovem seus valores e interesses em interação com outros atores sociais, ou ainda, que o processo de confiança envolve a capacidade que um ator social tem para influenciar de forma assimétrica decisões de outro ator social. Acerca da sistematização e da exposição dos dados nos gráficos sobre redes, considera-se que eles resultam do entrecruzamento das questões elaboradas dos indivíduos, e não de uma questão exclusiva, com exceção das redes individuais de alguns entrevistados.

A Análise de Redes Sociais tem outras medidas de análises também consideradas interessantes, porém nesta pesquisa se optou por fazer a análise da proximidade e de interconectividade entre os atores, haja vista que não se trata somente de medições do tamanho da rede, mas que também se engloba o seu padrão de distribuição e a maneira como estão interligados os pontos.

A maneira como um ator encontra-se inserido em uma rede de relações determina, assim, a medida das restrições e oportunidades que lhe são apresentadas. Os atores que enfrentam menos restrições e têm mais oportunidades estão em posições estruturais mais favoráveis. Uma posição mais favorável significa ter melhores ofertas relacionais, além de ser um foco, uma referência em atenção daqueles em posição menos favorável (Hanneman, 2001). Observa-se que "intermediação" demonstra em que nível o ator está inserido na cadeia intermediária do processo. Já o grau de "proximidade" das redes sociais se encontra em função de fatores relacionados entre si, como a proximidade física, que estimula o contato frequente, e o estabelecimento de obrigações dos indivíduos dentro da comunidade, que leva ao estabelecimento de normas e sanções que garantam seu cumprimento.

Hanneman (2001) lembra que é preciso manter o foco sobre as informações que podem estar disponíveis em uma estrutura altamente coligada, como as redes descritas pelos teóricos já citados. O autor afirma que, embora os pontos onde

[8] Medidas de centralidade e densidade da rede foram calculadas, porém não expostas aqui na tese, pois não houve resultados significativos para a análise, e também para o objetivo que se pretendia.

estejam os atores que possuem maior variedade de fontes de informações possam se tornar mais poderosos que os demais, também há de se considerar que estes são passíveis de sofrer sobrecargas, ou ruídos de interferência decorrentes de contradições entre a grande variedade de fontes.

Foram analisadas as relações sociais destes atores, moradores do bairro Vicentina, as quais, por sua vez, dependeram da atuação de cada indivíduo na rede. Com base na pesquisa qualitativa, se abordou uma análise de conteúdo, a qual também esteve orientada pelo material obtido nas conversações informais ocorridas durante as próprias entrevistas, já que estas trouxeram informações importantes e complementares no desenho da caracterização das redes a serem analisadas. É preciso destacar que, na maioria das vezes, apesar das dificuldades econômicas das famílias, sempre me ofereceram um copo de água ou até mesmo uma xícara de café, em sinal de querer que me sentisse à vontade em suas casas. Assim, as conversas fluíam além dos próprios objetivos da pesquisa, ingressando em terrenos da vida particular e as dificuldades cotidianas. Mas tudo isso, de fato, vira informações importantes no momento da pesquisa qualitativa e abordagem das informações vindas das análises das redes sociais. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto: “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente)”. A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos.

2 DO CONCEITO DE POBREZA AO CONCEITO DE VULNERABILIDADE RELACIONAL

As informações apresentadas anteriormente pretenderam demonstrar como a população alvo da pesquisa se encontra em situação de vulnerabilidade social, destacando os índices educacionais, o alto percentual de moradores cadastrados no "Cadastro Único" que recebem Bolsa Família e as situações de violência.

Conhecendo estas informações, também é necessária uma discussão sobre os conceitos que possibilitaram compreender o universo da realidade social e de relações sociais, através de reflexões sobre as dimensões e os contornos da pobreza, da exclusão social, da vulnerabilidade social e da vulnerabilidade relacional.

2.1 Pobreza

O imaginário arraigado na sociedade faz parecer fácil determinar a pobreza como um modelo de restrição financeira ou condição objetiva de escassez de recursos. Entretanto, ela pode ser avaliada segundo aspectos relativos ou absolutos, ou considerando apenas a visão econômica sem correlação com a estrutura político-social.

Filho e Guzzo (2009) trabalham em uma perspectiva na qual o capitalismo tem utilizado o mecanismo ideológico de que é o próprio pobre o culpado pela sua pobreza, visando ocultar a natureza tóxica do próprio sistema. Essa visão ainda procura direcionar para um tipo de "seleção dos mais fortes", pois "quanto mais individualista e egoísta ele for, mais estará se adaptando à ordem "natural" das coisas e mais "sucesso" obterá". (Filho e Guzzo, 2009, p. 37)

> O pobre, assim, é visto por essa mesma sociedade capitalista, que reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, um ser desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro. Essa análise do segmento mais pobre da população reflete uma visão condicionada pelos traços mais marcantes da ideologia burguesa, difundidos largamente na sociedade (pela televisão, pelos programas

> assistenciais, escolas, etc.), tais como: (a) culpabilização dos indivíduos pelos seus fracassos (quando a sociedade justifica o fracasso por uma suposta deficiência moral que está presente, por excelência, nas famílias mais pobres); (b) discurso da competência (no caso de o pobre ser considerado, por natureza, um indivíduo menos competente do que o rico, no que diz respeito à obtenção de um determinado padrão de vida); (c) associação da pobreza à violência (o pobre como ser essencialmente rude, bruto e violento) (Filho e Guzzo, 2009, p. 37)

O enfoque de pobreza qualifica de forma descritiva determinados atributos de pessoas e famílias sem dar maior conta dos processos causais que lhes dão origem. A vulnerabilidade, por outro lado, faz referência ao caráter das estruturas e instituições econômico-sociais e ao impacto que estas provocam em comunidades, famílias e pessoas em diferentes dimensões da vida social.

Essa diferença conceitual tem, desde logo, importância explicativa. Além disso, também deveria ter incidência nas políticas públicas, com tratamentos que permitam atacar a pobreza e a vulnerabilidade de forma integral.

> O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los (Crespo & Gurovitz 2002, p.4).

As mudanças no entorno econômico, social e político, gerados por “shocks” repentinos ou transformações de caráter estrutural, podem afetar de forma brutal as famílias e comunidades, como os desastres naturais. Conforme análises realizadas pela CEPAL (1999), a pobreza se refere à escassez de salários para cobrir as necessidades básicas alimentares e não alimentares dos lares. A vulnerabilidade faz ênfases no impacto que provocam eventos econômico-sociais extremos sobre a capacidade das pessoas, para ser mais específico, como foram as mudanças com o padrão de desenvolvimento nos países da América Latina.

> A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados.
> [...]

> O enfoque da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999). Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 5).

Vranken (2001) considera que a pobreza nada mais é que um caso especial de exclusão social no qual ocorre uma acumulação de formas de exclusão inter-relacionadas. A pobreza então limita ou elimina a participação do indivíduo em várias áreas sociais, como saúde, educação, etc., ou como o autor resume: “This is the essence of poverty. The incapacity of the poor to bridge this complex fault line on their own underlines how powerful a form of exclusion poverty really is”[9] (Vranken, 2001, p. 9).

Crespo & Gurovitz (2002) corroboram esse pensamento e afirmam que existem certas “desvantagens” às quais certas pessoas ainda são submetidas que podem servir como alavanca para aumentar ainda mais a pobreza do ponto de vista da renda:

> Desvantagens, como idade, incapacidade ou doença, reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Além disso, também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, próteses, tratamentos) para obter os mesmos funcionamentos. Isso implica que a pobreza real (no que se refere à privação de capacidades) pode ser mais intensa do que possa parecer no espaço da renda (Crespo & Gurovitz 2002, p. 6).

Isso também faz parte do caráter multifacetário que a pobreza pode assumir, o que pode causar alguma confusão com o termo exclusão social, uma vez que a pobreza apresenta relação direta com múltiplas áreas, como analfabetismo, violência, etc.

Montaño (2012) relaciona a pobreza como um efeito inseparável do sistema capitalista, ou seja, com o cenário da sociedade de escassez, e observa que:

> Nas sociedades de escassez, portanto, a desigualdade de classes (a desigual distribuição da riqueza socialmente existente) é que permitiria o acúmulo de riqueza por parte de alguns e o empobrecimento por parte de outros, permitindo que o excedente acumulado nas mãos de uns possa ser

---

9 Essa é a essência da pobreza. A incapacidade do pobre para abrir caminho por esta complexa linha por conta própria, tão forte é a forma de exclusão da pobreza.

> investido no crescimento produtivo. A desigualdade, em contexto de escassez, é vista pelos liberais como necessária ao crescimento e ao desenvolvimento das forças produtivas (Montaño, 2012, p. 278).

Por outro lado, caso estivesse em um ambiente de sociedade de abundância (onde a produção é suficiente para toda a população), a pobreza tornar-se-ia resultado de um sistema que articula a acumulação e o empobrecimento para subsistir, não havendo ainda condições de eliminá-la.

Existem pontos de encontro entre pobreza e vulnerabilidade, já que o conjunto dos recursos com que contam as pessoas são os que definitivamente podem gerar maiores ou menores salários e estes se encontram nos âmbitos do trabalho, do capital humano, do capital social e do capital físico. Sobretudo, o conceito de vulnerabilidade pode ser o mais apropriado para compreender o impacto transformador provocado pelo padrão de desenvolvimento no plano social, bem como para captar essa maior exposição a riscos em que se encontra uma grande massa dos habitantes da América Latina no atual período histórico (CEPAL, 1999).

Conforme Figueira e Peri (2004) em sua análise da vulnerabilidade e da pobreza na América Latina, não se pode atribuir ausência de dedicação para superá-la por parte dos Estados. Notadamente, nas últimas décadas, esta região se voltou em busca de experiências e olhares para as políticas econômicas e sociais voltadas ao tema da pobreza. A partir disso, as hipóteses mais gerais para entender a persistência da pobreza e, consequentemente, a vulnerabilidade vivenciada por estes indivíduos, referem-se alternativamente a fatores de natureza externa e interna. Os fracos resultados se explicam, no primeiro caso, pelas condições negativas do contexto internacional, e, no segundo caso, se assumem que os esforços realizados pelos governos em matérias de políticas econômicas e sociais são insuficientes, mal dirigidas ou ambos os fatores.

Filgueira e Peri (2007) resgatam estudos de Moser para observar uma abordagem demográfica da vulnerabilidade, analisando as respostas dos lugares pobres e as estratégias de cada indivíduo neste cenário. Os autores destacam que existe um conceito relacional da vulnerabilidade com uma dualidade entre os ativos da vulnerabilidade e as oportunidades da sociedade, sendo que os ativos correspondem aos atributos individuais e coletivos compartilhados nos lugares, enquanto as oportunidades são as estruturas disponíveis.

Os autores destacam que o conceito de ativos-vulnerabilidade desloca a

análise do campo individual para uma dinâmica intrafamiliar, partindo do pressuposto de que não é possível compreender o comportamento individual sem apropriar-se das características dessas instituições, ou unidades, às quais estão relacionados.

> Aplicando el concepto de “capital social” a la unidad familiar, se define un atributo de la familia que, a la par de otros atributos como la “dependencia demográfica” o el “ciclo vital de la familia”, demuestra ser uma característica relevante para distinguir las diversas estrategias y capacidades de los hogares. (Filgueira e Peri, 2007, p. 23)

O termo “ativo” utilizado decorre de uma analogia com o uso na teoria econômica, já que contempla os recursos individuais que podem influenciar de forma positiva, referindo-se aos atributos familiares, uma vez que, conforme Filgueira e Peri, “la etapa del ciclo de vida, el tener o no hijos, El número de hijos, sus edades, así como La capacidad previa de acumulación y ahorro familiar determinan condiciones variables de la vulnerabilidad.” (Filgueira e Peri, 2007, p. 23)

Crespo & Gurovitz (2002) afirmam que existe um paradigma conceitual sobre a pobreza que, ainda, está no fato de que existe um patamar pré-estabelecido abaixo do qual considera-se privação de capacidades básicas de um indivíduo. Neste caso, a capacidade particular é um meio de liberdade para realizar suas combinações e escolhas de vida, sendo a pobreza um restritivo da liberdade individual.

> Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda (SEN, 1999, apud Crespo & Gurovitz 2002, p. 5).

Crespo & Gurovitz (2002) resgatam as pesquisas de Amartya Sen e destacam que se devem separar as capacidades dos funcionamentos para tratar da pobreza. Conforme pode ser visto na citação anterior, as capacidades podem ser definidas como liberdades substantivas, ou seja, é um conjunto de possibilidades latentes disponíveis para determinado indivíduo, que opta ou não por usar em decorrência de diversos fatores.

Já os funcionamentos estão referindo-se à valoração daquilo que a pessoa pode fazer ou ter, ou seja, trata das supostas combinações que o indivíduo faz sobre

as capacidades disponíveis.

> Os funcionamentos são definidos como o que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. (Crespo & Gurovitz 2002, p.5)

Dessa forma, compreender o ponto de vista da "liberdade x privação" faz-se necessário para o entendimento da natureza da pobreza, tirando o foco dos meios (recursos financeiros) para os objetivos dos indivíduos em busca de sua liberdade. Crespo & Gurovitz (2002) concordam que a renda é um fator importante para melhorar a capacidade, mas uma renda maior apenas não implica necessariamente maior capacidade de liberdade efetiva, embora exista um aumento da capacidade nominal.

> Com uma educação básica e serviços de saúde melhores, há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (Crespo & Gurovitz 2002, p. 6).

Desta forma, é restritivo avaliar apenas a ótica da privação de renda para buscar alternativas que eliminem a pobreza, uma vez que há grande chance de confundir os meios com os fins sem que haja eficácia na ação promovida. Então, é importante ter em mente que "a pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto" (Crespo & Gurovitz 2002, p. 6).

É esse "empoderamento" que pode realmente trazer a perspectiva de mudança para o pobre, pois quanto maior a sua liberdade de escolha para controlar sua vida, maior a sua chance de evitar a exploração e as humilhações constantemente impostas aos mais pobres. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que o bem-estar "frequentemente se relaciona à responsabilidade moral, à liberdade de escolha e ação e à capacidade de ajudar aqueles que precisam" (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 10), contrapondo-se à corrupção, violência, insegurança social e falta de poder.

2.2 Exclusão social

Resulta importante, agora, estabelecer uma relação entre as noções de pobreza e de exclusão social. Assim, Lopes (2008) faz uma análise valendo-se de Paugam (1999) e Castel (1999), em que a concepção de exclusão social costuma ser relacionada a um plano de "causalidade complexo e multidimensional". Ele conceitua exclusão social através de um conjunto de condicionantes que se formam no grande contexto das relações sociais contemporâneas, desfavoráveis a indivíduos enquanto trabalhadores e responsáveis pela família. Nesta perspectiva, o autor também demonstra as dificuldades atuais das políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social, sobretudo se fixadas em políticas de integração social focalizadas em pequenos grupos, não abrangendo, de maneira geral, as pessoas excluídas.

Os modelos conceituais tradicionais para a exclusão geralmente se baseiam em um determinante ambiental e um determinante cultural/comportamental. O primeiro considera que existem "efeitos de vizinhança" que direcionam um sujeito em um território desfavorecido para uma ampliação de suas desvantagens, dificultando a inclusão. Por outro lado, o segundo baseia-se na ideia de que é o comportamento de cada indivíduo que o direciona para um ambiente desfavorável.

No processo social de exclusão existe uma perspectiva dialética na qual não se pode afirmar que alguém está totalmente excluído ou incluído, mas que este o faz (ou é submetido) em maior ou menor proporção na sociedade. Assim, o processo de integração passa por três eixos básicos em nossa sociedade ocidental, que são:

> [...] el mercado y/o la utilidad social, como mecanismo de intercambio y de vinculación a la contribución colectiva de creación de valor; la redistribución, que básicamente llevan a cabo los poderes y administraciones públicas; y finalmente, las relaciones de reciprocidad que se despliegan en el marco de la familia y las redes sociales. Los tres espacios de integración actúan de forma interdependiente (UAB, 2006 p. 13-14)[10]

Segundo o relatório do Instituto de Governo e Políticas Públicas da

[10] O mercado e ou a utilidade social, como mecanismo de intercâmbio e de vinculação à contribuição coletiva de criação de valor; a redistribuição, que basicamente levam a cabo os poderes e administração pública; e, finalmente, as relações de reciprocidade que se implantam no marco da família e das redes sociais. Os três espaços de integração atuam de forma independente.

Universidade Autônoma de Barcelona (UAB, 2006), considera-se que a literatura acadêmica tem procurado destacar o potencial e a riqueza analítica do conceito de exclusão ao invés de manter o paradigma da capacidade de renda vigente até pouco tempo. Essa mudança de paradigma teve impacto nas políticas públicas, já que:

> "desde finales de 1980s, el término 'pobreza' ha sido gradualmente substituido por el término 'exclusión social' en el discurso político de varios países europeos" siendo adoptado por la Comisión Europea fin de superar la concepción estrechamente economicista asociada al término anterior (UAB, 2006, p. 5).[11]

Com base nessa perspectiva, pode-se verificar que pobreza e exclusão poderiam ser distribuídas como fases ou categorias dentro de um cenário de desvantagem social, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 01: Cenários possíveis de desvantagem social.

	Desigualdade na distribuição de recursos materiais	
Integração Comunitária	ALTA	BAIXA
ALTA	Pobreza	Inclusão
BAIXA	Exclusão	Segregação

Fonte: Adaptado pelo autor (UAB, 2006, p 6).

Essa disposição matricial corresponde a uma visão conceitual que aplica uma noção distintiva entre pobreza e exclusão e, ao mesmo tempo, apresenta em seus dois eixos as variáveis combinadas, que podem levar a um ou ao outro dentro de um cenário de desvantagem social. A integração comunitária traz um caráter não meramente econômico-financeiro para a análise, e combina-se com a variável de desigualdade de distribuição dos recursos para criar quatro quadrantes que direcionam para as dicotomias pobreza-segregação e exclusão-inclusão.

> El cuarto cuadrante corresponde a la situación en que a las desigualdades económicas, se le unen fracturas en la integración comunitaria, lo que

[11] Desde o final dos anos 80, o termo "pobreza" tem sido gradualmente substituído pelo termo "exclusão social" no discurso político de vários países europeus, sendo adotado pela Comissão Europeia a fim de superar a concepção estritamente econômica associada ao termo anterior.

> conduce a un crecimiento de la vulnerabilidad representado por la exclusión social. A nuestro entender, este escenario es el más común en las sociedades postindustriales occidentales. En este caso, la lucha contra la exclusión debe combinar políticas y acciones integrales destinadas a la inclusión comunitaria junto a políticas redistributivas no orientadas exclusivamente a los recursos económicos, lo que conocemos como políticas de inclusión (UAB, 2006, p. 7)[12].

Segundo o exposto, observa-se claramente que o foco apenas em um dos eixos de combinação, como o econômico-financeiro, pode resultar apenas em metade do esforço necessário para melhorar as condições de vida da população. Nota-se também que, no caso da exclusão, o conceito pede que o foco seja também direcionado para a variável social, haja vista que, enquanto a integração social for baixa, o indivíduo migraria apenas de uma situação de exclusão para uma de segregação.

O relatório ainda menciona os estudos de Vranken para destacar que a pobreza é uma forma da exclusão social e que esta é apenas uma dentre quatro variáveis: exclusão social, diferenciação social, desigualdade social e fragmentação social. Essas variáveis adquirem definições de acordo com três formas de "linha de fratura", que podem surgir em nível micro (entre os indivíduos e suas redes sociais), médio (grupos ou bairros) e macro (conjunto da sociedade).

> Las líneas de fractura relacional se ubicarían así en el nivel micro entendido como espacio de intercambio de recursos, dónde las personas o instituciones que adquieren una posición de centralidad actuarían como porteros (gatekeepers) impidiendo o facilitando el acceso a determinados recursos sociales.
> El nivel meso correspondería a como determinados grupos sociales pueden llegar a bloquear o facilitar las oportunidades y el acceso a los recursos respecto a otros grupos sociales, generándose situaciones de cierre social (social closure). También, el nivel meso es donde actúan preferentemente las líneas de fractura espaciales, por ejemplo en forma de fenómenos de guetificación urbana a partir de la concentración espacial de las poblaciones desfavorecidas.
> Finalmente, en el nivel macro las líneas de fractura societales se plasmarían en las barreras estructurales surgidas a raíz de los procesos de transformación del mercado laboral y el bloqueo al acceso a determinados derechos de ciudadanía (tal como sucede, por ejemplo, en la población inmigrante no regularizada) (UAB, 2006, p. 8-9)13.

---

12 O quarto quadrante corresponde à situação em que as desigualdades econômicas colocam fraturas na integração comunitária, o que conduz a um crescimento da vulnerabilidade representada pela exclusão social. A nosso entender, este cenário é o mais comum nas sociedades pós-industriais ocidentais. Neste caso, a luta contra a exclusão deve combinar políticas e ações integrais destinadas à inclusão comunitária junto a políticas redistributivas não orientadas exclusivamente aos recursos econômicos, o que conhecemos como políticas de inclusão.

13 As linhas de fratura relacionais se localizariam assim no nível micro entendido como espaço de intercâmbio de recursos, de onde as pessoas ou instituições que adquirem uma posição de centralidade atuariam como porteiros impedindo ou facilitando o acesso a determinados recursos sociais.

Neste formato, a diferenciação social é um tipo de articulação em que não há linhas de fratura ou hierarquia que alteram a situação social; logo, as relações estão coordenadas de maneira própria em todo o sistema social, sendo o centro para as demais categorias. Já na desigualdade existe uma mecânica na qual uma hierarquia organiza as posições e os papéis no sistema sem produção de linhas de fratura relacionais. Por outro lado, a fragmentação social demonstra a existência de fraturas que não acarretam vínculos de hierarquia, enquanto a exclusão é um extremo que apresenta tanto as posições hierárquicas como as falhas que dividem a sociedade.

Cabe ressaltar que essa visão leva a um raciocínio no qual a exclusão implica fraturas na organização social, as quais replicam as desigualdades, afetando pessoas e coletivos através de dinâmicas de marginalização que atuam de maneira complexa em diferentes áreas.

> Cabe destacar ahora su carácter complejo, formado por múltiples vertientes, de hecho, difícilmente admite definiciones segmentadas. Por ejemplo, una sencilla explotación de las estadísticas nos muestra las altísimas correlaciones entre fracaso escolar, precariedad laboral, desprotección social, monoparentalidad y género. O bien entre barrios guetizados, infravivienda, segregación étnica, pobreza y sobreincidencia de enfermedades. Todo ello conduce hacia la imposibilidad de un tratamiento unidimensional y sectorial de la exclusión social (UAB, 2006, p. 11).[14]

Vranken (2001) ainda destaca que a exclusão social se refere principalmente a lacunas que direcionam para uma divisão entre pessoas “dentro” e “fora” motivada por uma hierarquia de relacionamentos e linhas de separação claramente definidas. Em suas palavras:

> It must, for instance, be structured according to a centre/periphery relationship and society’s economic, social, and cultural capital must be distributed unevenly. Of crucial importance in this respect is of course the

---

O nível médio corresponderia a como determinados grupos sociais podem chegar a bloquear ou facilitar as oportunidades e o acesso aos recursos a respeito de outros grupos sociais, gerando situações de fechamento social. Também no nível médio é onde atuam preferencialmente as linhas de fratura espaciais, por exemplo, na forma de fenômenos de guetificação urbana a partir da concentração espacial e das populações desfavorecidas.

Finalmente, no nível macro, as linhas de fratura sociais se traduziram em barreiras estruturais que surgem da raiz dos processos de transformação do mercado de trabalho e o bloqueio ao acesso de determinados direitos de cidadania tal como sucede, por exemplo, na população imigrante não regularizada.

[14] Cabe destacar agora seu caráter complexo, formado por múltiplas vertentes, de fato, dificilmente admite definições segmentadas. Por exemplo, uma exploração simples das estatísticas nos mostra as altíssimas correlações entre fracasso escolar, precariedade de trabalho, desproteção social, monoparentalidade e gênero. Ou entre bairros guetizados, habitações precárias, segregação étnica, pobreza e grande incidência de enfermidades. Tudo isso conduz a uma impossibilidade de um tratamento unidimensional e setorial da exclusão social.

> fault line, which may manifest itself as a gap, a wall, or a barrier (Vranken 2001, p. 6).[15]

Essas divisões assumem materialidade na construção do próprio espaço urbano, uma vez que os agrupamentos de excluídos tendem a ocorrer. Nascimento (2016) afirma que, no caso do Brasil, o próprio meio urbano tem refletido de forma cada vez mais intensa o modelo de desenvolvimento econômico excludente, produzindo "espaços socialmente desiguais e segregados, com a manutenção de grandes parcelas da população excluídas do processo de integração econômica e social, até mesmo nas cidades mais ricas" (Nascimento, 2016, p. 53). Ainda se complementa o fato de que os coletivos marginalizados criam um cenário que dificulta o desenvolvimento de estratégias para superar a desvantagem social sem uma mediação que, de certa forma, seria alcançada através de políticas emancipatórias que poderiam ser aplicadas pelos governos.

Wacquant (2006) já havia feito estudos sobre essa distribuição dos espaços urbanos segregados na França e nos Estados Unidos. Com esses estudos, demonstra-se que em vez de a marginalidade e a estigmatização se encontrarem distribuídas pelo conjunto de zonas de habitação operária, a "marginalidade avançada" tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente restritos, com mais atenção, como lugares de tentação.

Os efeitos da estigmatização territorial também podem ser observados por medidas de políticas públicas a partir do momento em que um local é publicamente rotulado como um bairro ou local de desordem, de marginalidade. No bairro Vicentina, por exemplo, em conversas com alguns moradores, foi relatado que alguns preferiram não dizer o local onde residiam em entrevistas de emprego, por medo de perderem a vaga pelo estigma implicado neste bairro. Isso demonstra que a estigmatização leva a uma marginalização que restringe as possibilidades de crescimento dos moradores, direcionando a uma maior pobreza de recursos e de capital social.

A estigmatização também é refletida pela mudança da relação vivenciada com o próprio local onde as pessoas vivem. Wacquant (2006) destaca que existe

---

15 Isso deve, por exemplo, ser estruturado de acordo com uma relação centro / periferia e o capital econômico, social e cultural da sociedade deve ser distribuído de forma desigual. De importância crucial a este respeito é, evidentemente, a linha de falha, que pode se manifestar como uma lacuna, uma parede ou uma barreira.

uma sutileza na própria transposição do conceito de lugar para o conceito de espaços no tratamento político das regiões marginalizadas, uma vez que o termo lugar designaria espaços comunitários, com emoções e vivências, enquanto o termo espaço relega essas regiões a simples pontos estatísticos indiferentes, enfraquecendo as ligações que poderiam alicerçar essa comunidade.

Perante isso, um dilema pareceu se apresentar: por um lado, um reforço do sentimento da vulnerabilidade que acompanha a busca da realização pessoal a todo custo; e por outro lado, a procura da segurança pessoal e o concomitante enfraquecimento generalizado dos coletivos, ou seja, das organizações de bairro, comunitárias, igrejas, etc.

Segundo Wacquant (2006), os indivíduos infindavelmente excluídos de um emprego remunerado nos bairros de periferia deixaram de aproveitar um apoio coletivo informal, enquanto esperam por um novo trabalho que poderá nunca chegar. Para sobreviver, são obrigados a recorrer a estratégias individuais de auto-reclusamento de trabalho ilícito, de comércio oculto, de atividades criminosas. As consequências distributivas do esquema de trabalho informal nas sociedades industriais tendem a reforçar e não a reduzir as estruturas contemporâneas de desigualdade.

As características da economia informal também mudaram em diversas cidades. Estas últimas se revelam cada vez mais autonomizadas e desligadas do setor oficial do emprego assalariado, quando não se encontram dominadas pelas atividades criminosas. Daí advém que os seus circuitos paralelos oferecem cada vez menos pontos de entrada no mundo do trabalho, e, consequentemente, os jovens que ingressam na economia subterrânea têm muitas probabilidades de permanecer duradouramente marginalizados. Desta maneira, Wacquant (2006) faz alguns questionamentos sobre a pobreza e o crescimento das mazelas que o mundo tem vivido: pessoas desempregadas, sem objetivos, sem esperanças de um dia melhor, falta de relações sociais. Tal qual afirma:

> Os desempregados e desempregadas em fim de fruição de direitos e candidatos a subsídios sociais mínimos; as pessoas que recebem apoios de longa duração por parte das instâncias de assistência social e os sem-abrigo crônicos; os mendigos, os delinquentes e pequenos «trafulhas» que vivem da economia improvisada e de rapina da rua; os resíduos humanos evacuados pelos serviços sociais e médicos e os clientes regulares do sistema de justiça penal; a juventude desencantada das frações em declínio da classe operária autóctone que enfrenta a concorrência inesperada dos

> filhos das comunidades etnicamente estigmatizadas e dos novos fluxos de imigração nos mercados dos empregos e dos diplomas escolares: como forjar o sentimento de uma condição partilhada e fixar objectivos de acção comuns quando a urgência econômica e a necessidade social se declinam segundo configurações fenomenalmente tão díspares? Como unificar categorias que, embora partilhem, momentânea ou duradouramente, posições próximas dentro da estrutura de espaço social e urbano em corte síncrono, dentro dele seguem trajectórias, ou se revelam portadoras de disposições e orientações para o futuro, divergentes? (Wacquant, 2006, p. 34).

2.3 Vulnerabilidade social / Vulnerabilidade relacional

Os impactos das formas de produção, instituições e valores que caracterizam o padrão de desenvolvimento econômico e social nos países da região produziram grupos de baixa renda e camadas médias expostos a altos níveis de insegurança e desamparo. Relacionadas a isso, as terminologias "vulnerabilidade" e "grupos vulneráveis" foram muito utilizadas em círculos de intelectuais e governantes, com diferentes maneiras de abordar. Os fortes impactos sociais provocados por programas de ajustes econômicos têm responsabilidades na incorporação desta nova terminologia. No entanto, não se observa grande precisão conceitual quando se faz referência à vulnerabilidade social, e a maioria das vezes pode confundir-se com a noção de pobreza. (CEPAL, 1997).

> Se define aquí la vulnerabilidad como un fenómeno social multidimensional que da cuenta de los sentimientos de riesgo, inseguridad e indefensión y de la base material que los sustenta, provocado por la implantación de una nueva modalidad de desarrollo que introduce cambios de gran envergadura que afectan a la mayoría de la población.(CEPAL, 1997, p. 52)[16]

Ainda que a temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que se trata de um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. Segundo a CEPAL (1997), o conceito de vulnerabilidade parece ser o mais adequado para a compreensão do impacto transformador causado pelo novo padrão de desenvolvimento na esfera social e para capturar este aumento da

[16] Define-se aqui a vulnerabilidade como um fenômeno social multidimensional que dá conta dos sentimentos de risco, insegurança e desamparo e da base material que os sustenta, provocado pela implantação de uma nova modalidade de desenvolvimento que introduz mudanças de grande envergadura que afetam a maioria da população.

exposição ao risco que atinge parte da América Latina no período histórico atual.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 1990, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo, por organismos internacionais; entre estes, destacam-se a Organização das Nações Unidas-ONU, o Banco Mundial e a CEPAL. Essas ideias vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas sociais, embora a temática estivesse mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento.

Existe um consenso entre os autores que estudam essa temática de que a vulnerabilidade social apresenta um caráter multifacetado, abarcando inúmeras dimensões, a partir das quais se podem identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Essas dimensões estão ligadas tanto às características próprias dos indivíduos ou grupos quanto àquelas relativas ao meio social no qual estão inseridos.

No entanto é importante considerar que a insegurança e o desamparo são características da vulnerabilidade e que não são, necessariamente, decorrentes da insuficiência de renda ou da pobreza em si. Sobre esse assunto, Monteiro (2011) exemplifica que:

> Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. Diante desses pressupostos, a compreensão de vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo e interno. O externo refere-se ao contexto de referência, já o interno pauta-se em características básicas de indivíduos, grupos, lugares ou comunidades. Esses recursos internos são constituídos a partir do que o autor define como “ativos”. [...] Os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social (Monteiro, 2011, p. 34).

A visão superficial que a maioria das pessoas tem sobre o significado de vulnerabilidade social é ligada ao pensamento econômico neoliberal, tentando demonstrar que a sua maior variável é a indisposição dos indivíduos para crescer

dentro do sistema de estratificação social.

> [...] o pensamento neoliberal concebe o pauperismo mais uma vez como um problema individual-pessoal e, portanto, “devolve à filantropia” (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do “terceiro setor” (cf. Montaño, 2002) da filantropia empresarial (ou “responsabilidade social”), do voluntariado. A autoajuda, a solidariedade local, o benefício da filantropia substitui o direito constitucional do cidadão de resposta estatal (tal como no keynesianismo) (Montaño, 2012, p. 276).

Ao avaliar os conceitos de pobreza e vulnerabilidade, constata-se que o conceito de vulnerabilidade adquiriu notória relevância, mas, por vezes, confunde-se com a interpretação equivocada de noção de pobreza. Filho e Guzzo (2009) também explicam que, além disso, o pensamento neoliberal tem como premissa “fazer com que o sujeito se enxergue como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais e direcionando para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem” (Filho e Guzzo, 2009, p. 37). Para esses fenômenos é adicionada a vulnerabilidade social como uma característica específica da maneira que o capitalismo tem adotado nos últimos anos: economia de livre mercado, aberta ao mundo e "Estado mínimo".

O conceito de vulnerabilidade social tem dois componentes explicativos, conforme o BID (Banco Interamericano de desenvolvimento - 1998): por um lado, inseguridade e desamparo que experimentam as comunidades, famílias e indivíduos em suas condições de vida, a consequência do impacto provocado por algum tipo de evento econômico - social de caráter traumático; e, por outro lado, o manejo de recursos e as estratégias que utilizam as comunidades, famílias e pessoas para enfrentar os efeitos da vulnerabilidade.

A vulnerabilidade social também se define com relação a diferentes tipos de ameaças geográficas, econômicas e sociais, tendo a unidade de análise básica o indivíduo, o lar ou o grupo social no qual ele está inserido. Desta maneira, define-se como vulnerável aquela pessoa que se encontra em uma situação de ameaça específica por estar em uma situação desfavorável, a qual pode potencialmente sofrer maiores exposições à violência típica dos meios urbanos.

Um exemplo é o fato de que nas últimas décadas a pobreza extrema e os problemas econômicos de uma grande parte da população do Brasil têm diminuído, e mesmo assim a vulnerabilidade social continua sendo uma preocupação social importante. Isso porque por vulnerabilidade não se pode entender, unicamente, os

aspectos econômicos e as carências materiais de uma determinada população, mas também porque outros aspectos devem ser considerados. Hogan (2006) menciona, por exemplo, a relação entre a degradação ambiental e social:

> As áreas de degradação ambiental coincidem com áreas de degradação social, sobrepondo perigos, somando-se a esta situação de crise de confiança, envolvendo desde a ruptura dos valores tradicionais (implicados na crescente desagregação familiar em certos grupos sociais), dos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais (HOGAN; MARANDOLA JR., 2006, p. 35).

Filgueira & Peri (2004) investigaram os caminhos pelo qual a vulnerabilidade conduz à pobreza. Trata-se de uma noção dinâmica que examina as condições e os fatores de risco que podem conduzir à condição de pobreza. Para os autores, as várias formas de liberdade existentes podem se entrelaçar para que as vulnerabilidades sejam minimizadas através da segurança econômica, oportunidades sociais que favorecem a participação econômica do indivíduo e que permitam que este se desenvolva.

Nessa perspectiva, Filgueira e Peri (2004) definiram a vulnerabilidade social como a escassa capacidade de resposta individual ou grupal perante riscos e imprevistos, bem como também entendida como a predisposição à queda do nível de bem-estar, derivada de uma configuração de atributos negativos e a dificuldade em alcançar um retorno material e também simbólico necessário. Por conseguinte, pode-se afirmar que é também uma predisposição negativa para a superação de condições adversas, de maneira que certas categorias sociais, como a determinada pela condição ocupacional, determinados grupos étnicos, gêneros e idades e suas combinações, assinalam diversos tipos e graus de predisposição à vulnerabilidade social.

A deficiência no acesso a bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para o crescimento da situação de vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que esses elementos são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e socioculturais.

> Portanto, quando realizamos uma discussão sobre vulnerabilidade, é preciso considerar os fatores específicos da comunidade, o que desloca a questão da vulnerabilidade enquanto ator inerente ao indivíduo (plano individual) para as configurações do contexto social (plano social). É nesse sentido que tomamos o conceito de vulnerabilidade proposto por Ayres (1999), ao discutir a epidemia de doenças, transpondo-o para uma situação social mais abrangente. Assim, observa-se que a vulnerabilidade cresce quando aparecem algumas das situações a seguir: falta de acesso à

> informação, aos serviços básicos de educação e falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação. Evidencia-se, a partir desses aspectos, um deslocamento na atribuição da condição de vulnerabilidade, que já não se constitui como característica própria do indivíduo, mas como resultado da combinação de determinados arranjos sociais e políticos que vão incidir sobre os sujeitos (Guareschi, 2007, p. 22).

Recentemente, conforme Hogan e Marandola (2006), nos estudos nas ciências sociais, a vulnerabilidade é reproduzida na tradição de estudos sobre a pobreza como um novo conceito forte, substituindo, aparentemente, termos como exclusão/inclusão, marginalidade, *apartheid*, periferização, segregação e dependência. A vulnerabilidade se apresenta como a incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de manejar ou propiciar o uso mais eficiente dos recursos ou prover de novos ativos ou ainda recuperar aqueles esgotados. Por outro lado, o capital social, humano e físico é trazido como revelador de relações e estruturas de oportunidades que indicariam grupos populacionais mais vulneráveis, potencializando a estrutura das famílias para enfrentamento de riscos, ou da vulnerabilidade.

Monteiro (2011) também corrobora com essas análises sobre a característica essencial da vulnerabilidade como um atributo relativo à capacidade de resposta dos indivíduos ou grupos frente a situações de risco ou constrangimentos. Dessa forma, a vulnerabilidade pode ser entendida como a incapacidade dos indivíduos, famílias ou grupos de enfrentar os riscos existentes no seu entorno, ampliando, portanto, a perda do seu bem-estar.

> Outro aspecto importante na concepção de vulnerabilidade social é que ela se constitui como um produto negativo da relação entre recursos simbólicos e materiais, de indivíduos ou grupos, e o acesso a oportunidades (Monteiro, 2011, p. 33).

Monteiro (2011), entretanto, salienta que, mesmo envolvendo diversos sentidos, a vulnerabilidade não pode ser confundida com a exclusão social.

> [...] A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos (Monteiro, 2011, p. 35).

A partir desse contexto, para se construir um referencial sobre vulnerabilidade, conforme Monteiro (2011), é necessário compreender os desafios e

tensões que se colocam para as políticas sociais, no sentido de efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva. A compreensão de situações de risco foca-se no indivíduo, portanto, é revestida de caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la (HÜNING, 2003). O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros.

Conforme Bilac (2006), um aspecto interessante de análise da vulnerabilidade é a forma como é percebida pelas famílias a relação entre os ativos domiciliares e a vulnerabilidade. Em geral a literatura divide em quatro tipos de capital: físico, humano, financeiro e social. De forma sucinta,

> [...] o capital físico compreenderia a posse de bens duráveis, como moradia, terras, animais, meios de transporte, assim como o capital financeiro, representado por poupança e crédito. O capital humano compreenderia o valor agregado à capacidade de trabalho por investimentos em saúde e educação. E, finalmente, o capital social seria formado por "relações interpessoais de apoio mútuo, geradas com base em princípios de reciprocidade, como ocorre, por exemplo, na organização familiar, na comunidade, nos grupos religiosos, entre outros" (Kaztman, 1999, apud Bilac, 2006 p. 58).

Essa situação descrita pelos autores abordados pressupõe a busca de um olhar que imprime modificações na relação de risco/proteção ou segurança/insegurança na atual realidade da modernidade. Dessa maneira, conforme Bilac (2006), a insegurança torna-se fundamental para entendermos a vulnerabilidade vivida em toda a sociedade, reconhecendo que ela envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional.

O conceito de vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos planos, em especial, para estruturas sociais vulnerabilizantes, de tal modo que, ao se falar em vulnerabilidade social, é relevante compreender que esse é o estado em que grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade (BILAC, 2006).

Essa visão mais demográfica propõe que o desenvolvimento de habilidades para compreender a lógica da sociedade e galgar os empecilhos visando a alguma mobilidade depende do manejo de marcos referenciais obtidos dentro do ambiente no qual o indivíduo vive. Essa abordagem exige o entendimento daquilo que Putnam

chama de “capital social de vínculo”, que, para o autor, compreende “as características de la organización social, tales como las redes, las normas y la confianza, que facilitan la coordinación y la cooperación para un mutuo benefício” (Putnam, 1995 apud UAB, 2006, p. 21)[17].

Para Putnam (UAB, 2006), é a partir da capacidade de vinculação do capital social que se consegue integrar os interesses particulares com os gerais da sociedade, além de que também pode ocorrer perda de capital social através da dissolução dos vínculos comunitários. A partir desse conceito surgiu, também, a noção de capital social relacional de Nahapiet e Ghoshal:

> En esta dirección Nahapiet y Ghoshal (1999) definen el capital social relacional “como la suma de recursos actuales o potenciales insertos, derivados y disponibles a través de la red de relaciones que posee un individuo o una unidad social. Por esto, el capital social comprende tanto la red como los bienes que podrían ser movilizados a través de la red”. En este sentido, podemos afirmar que el capital social constituye los activos derivados de la inserción del sujeto en distintas redes sociales que le aportan recursos informativos, facilitando la cooperación y su mutuo beneficio. (UAB, 2006, p. 22)[18]

O capital social de vínculo pode ser considerado um gerador de confiança (UAB, 2006) com grande carga simbólica para diminuir a vulnerabilidade relacional. Por outro lado, também existe capital social de ponte, o qual é responsável pela conexão entre redes que já estão relativamente saturadas e permitem ainda conectar segmentos heterogêneos para facilitar o acesso aos seus recursos.

Neste sentido, Marti (2006) demonstra a utilidade dos conceitos derivados das análises de redes sociais para aprofundar a compreensão da dimensão relacional da vulnerabilidade, tanto em uma perspectiva teórica baseada na compreensão do fenômeno, como em uma perspectiva aplicada que permita gerar pautas de inovação nas respostas das necessidades a partir da análise. Parte-se da ideia de que, em uma sociedade cada vez mais globalizada e interconectada, na qual o:

> “paradigma do acesso tende a substituir o paradigma da posse e a

[17]As características da organização social, tais como as redes sociais, as normas e a confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para um benefício mútuo.

[18] Nesta direção, Nhapiet e Ghoshal (1999) definem o capital social relacional “como a soma de recursos atuais ou potenciais inseridos, derivados e disponíveis através da rede de relações que possui um indivíduo ou uma unidade social. Por isso, o capital social compreende tanto a rede como os bens que poderiam ser mobilizados através da rede”. Neste sentido, podemos afirmar que o capital social constitui os ativos derivados das inserções do sujeito em distintas redes sócias, que trazem recursos informativos, facilitando a cooperação e seu benefício mútuo.

> disponibilidade de ativos intangíveis cobra uma centralidade decisiva para explicar o poder e a centralidade social, os processos de exclusão social não podem ser explicados, unicamente, desde uma perspectiva economicista (através da renda que a pessoa tem disponível) senão que se torna cada vez mais uma problemática relacional" (Marti, 2006 p. 22)

Com as transformações da estrutura social mundial, que cada vez mais tem consolidado um ambiente com modificação das estruturas familiares, inversão de pirâmides populacionais, fluxos migratórios, estrutura da produção, tem-se notado que há uma socialização também dos riscos e da vulnerabilidade. Martí (2006) afirma que estas mudanças direcionam para aquilo que Granovetter (1985) chamava de teoria do "embutimento" ou "integrado", na qual existe um intrincado sistema de redes sociais que permite ou nega acesso a recursos, além de influenciarem seus comportamentos e atitudes.

> Dicho esto, creemos importante avanzar en una definición operativa de qué entendemos por vulnerabilidad relacional, que identificaremos como aquella situación generada por la ausencia o debilidad de los vínculos de inserción comunitaria. Esta situación de vulnerabilidad puede caracterizarse básicamente en dos casuísticas paralelas:
> • El sujeto se encuentra en situación de aislamiento o dispone solo de una débil red social de apoyo que no le permite disponer de vínculos de inserción comunitaria.
> • El sujeto integra una subred que se encuentra marginalizada de manera que no dispone de suficientes vínculos de inserción comunitaria. (Martí, 2006, p. 4).[19]

Assim, parece razoável que as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade relacional apresentem capital social baixo ou negativo, o que interferiria diretamente nas suas capacidades disponíveis. A vulnerabilidade relacional pode ser vista a partir de três aspectos distintos, segundo a natureza das variáveis:

---

[19] Dito isso, cremos que é importante avançar em uma definição operacional do que entendemos por vulnerabilidade relacional, que identificaremos como aquela situação gerada pela ausência ou debilidade dos vínculos de inserção comunitária. Esta situação de vulnerabilidade pode caracterizar-se basicamente em duas casuísticas paralelas:

- O sujeito se encontra em situação de isolamento ou dispõe somente de uma débil rede social de apoio que não lhe permite dispor de vínculos de inserção comunitária;
- O sujeito integra uma sub-rede que se encontra marginalizada de maneira que não dispõe de suficientes vínculos de inserção comunitária (Traduzido pela autora)

Quadro 02: Aspectos da vulnerabilidade relacional.

Aspectos estruturais das redes de relações sociais	Aspectos funcionais das redes de relações sociais	Aspectos contextuais das redes de relações sociais
● Tamanho; ● Densidade; ● Poder e centralidade dos nós; ● Distância e proximidade da rede;	● Tipologia dos vínculos; ● Funcionalidade da rede para o sujeito integrado (acesso a recursos materiais, informacionais, emocionais);	● Trajetória histórica da rede; ● Inserção e radiação no território; ● Estigmação e estimação da rede;

Fonte: Adaptado pelo autor (UAB, 2006, p. 31).

Conforme o quadro, o conceito de vulnerabilidade relacional visto desde estes três aspectos permite uma ampliação da análise das redes de relações, somando-se à consideração dos aspectos estruturais (tradicionalmente analisados sob a perspectiva da ARS), os funcionais e os contextuais, o que nos permite caracterizar de forma mais ampla a percepção da rede pelo sujeito. A partir desta perspectiva, verifica-se que a vulnerabilidade relacional se caracteriza pela inserção do sujeito em redes vulneráveis com um tamanho tendencialmente pequeno, de alta densidade e de ligações fracas com outras sub-redes, devido à ausência de correlações (nós que atuam como ponte entre redes heterogêneas).

Assim, essas redes vulneráveis tendem a acentuar as suas homofilias (similaridade entre nós e tipos de ligações), com algumas variações estruturais e incapazes de satisfazer as necessidades dos sujeitos, ajudando a aumentar a tensão da rede. Por sua vez, essas circunstâncias de vulnerabilidade tendem a se agravar no caso de as redes serem estigmatizadas como resultado da disseminação de preconceitos no território, algo que foi visto também na análise de Wacquant (2006) ao tratar a exclusão social.

Finalmente, é importante notar que alguns indivíduos estejam em redes vulneráveis como resultado de exclusões herdadas (pobreza familiar ou estigma étnico), o que leva a considerar a situação de vulnerabilidade relacional em correspondência a uma situação de inserção em redes frágeis (pequenas), densas e com fracas conexões externas. De fato, isso causa um tipo de encapsulamento do

indivíduo, que não encontra meios de complementar os nós que faltam para alcançar um patamar superior na sociedade pelo contato com redes heterogêneas. É como entender uma rede que se retroalimenta e não consegue conexão para mudar o fluxo para uma posição mais positiva.

> En la anterior definición de vulnerabilidad relacional veíamos como a la tradicional caracterización de la dimensión relacional vinculada al aislamiento social o a la debilidad de las redes primarias[20], incluíamos los casos derivados de la inserción del sujeto en subredes marginalizadas. Esta añadidura responde al hecho que al factor anteriormente señalado cómo fragilización de los vínculos sociales, cabe añadirle el aumento de una mayor fragmentación social. Este fenómeno asociado a la debilitación de los mecanismos de integración social tradicionales conlleva la aparición de subredes segmentadas en qué el sujeto por su misma inserción se le dificulta el acceso a los recursos disponibles en el espacio comunitario (UAB, 2006, p. 40).[21]

Por outra parte, Marti (2006) considera que o Estado tem uma participação importante na condição de intermediador entre as redes para que a vulnerabilidade relacional seja minimizada, podendo atuar basicamente em quatro formas: estado animador, governança, burocrático tradicional e tecnocrático. O Estado animador é aquele que, embora mantenha a centralização e o controle estatal, dá mais poder para a sociedade e apoia-se na provisão de recursos; logo, tende a ser mais assistencialista. O tecnocrático é associado às democracias liberais e tem menor participação dos governos e atua sem dar empoderamento ao cidadão. O Estado burocrático é o modelo de governo tradicional, enquanto o estado de governança é aquele mais voltado para os atores, ou seja, com maior participação através da cidadania em um ambiente de dimensão local para o bem-estar, ficando mais longe do controle central estatal (Martí, 2006, p. 11).

Essa demanda por novas abordagens analíticas, úteis para a compreensão de processos de vulnerabilidade, que transcendem as dicotomias micro-macro e estrutura /ação e se conecta com um dos argumentos básicos na perspectiva do ARS (Social Network Analysis): "a estrutura das relações sociais afeta o contexto

---

20 Embora não seja o caso aqui, reconheço um viés de interpretação dessa lógica, que ordena as redes primárias em Marcel Mauss (1974), em seu estudo sobre a dádiva. Sobretudo, das obrigações de retribuição e das contrapartidas coletivas que a dádiva condiciona.

21 Na definição anterior de vulnerabilidade relacional, vimos como à caracterização tradicional da dimensão relacional, vinculada ao isolamento social, ou à debilidade das redes primárias, incluímos os casos derivados da inserção do sujeito em sub-redes marginalizadas. Esta adição responde ao fato de que, ao fator anteriormente assinalado como fragilização dos vínculos sociais, cabe adicionar o aumento de uma maior fragmentação social. Este fenômeno associado ao enfraquecimento dos mecanismos de integração social tradicionais implica a aparição de sub-redes segmentadas em que o sujeito, pela sua própria inserção, dificulta o acesso aos recursos disponíveis no espaço comunitário.

das relações que podem ocorrer na mesma" (Marti 2006, p. 4). Desta forma, a partir do estudo de padrões de regularidade nas relações que moldam a estrutura de uma rede, podemos alcançar uma maior compreensão dos atores envolvidos nela. Assim, as interações desenvolvidas por esses atores não são determinadas pelas estruturas em que estão inseridas, mas têm capacidade para intervir sobre eles.

Por sua vez, Marti (2006) também cita Requena Santos (2003) em suas análises sobre vulnerabilidade relacional, demonstrando que essas redes vulneráveis tendem a acentuar homofilia (semelhança entre nós e tipo de links), com poucas variações estruturais e incapazes de atender às necessidades de emergentes, o que contribui para aumentar o estresse da rede. É o caso típico de indivíduos em situação de pobreza material e vulnerabilidade que só conseguem entrar em relação com outros indivíduos em igual situação socioeconômica, incapazes assim de transcender nas suas relações o dia a dia de vulnerabilidade, estigma e pobreza.

Para chegar à compreensão da realidade social, é imprescindível remeter aos conceitos de pobreza, exclusão social e, fundamentalmente, de vulnerabilidade social, já que estes destacam os aspectos estruturais e socioeconômicos da vida social, como os indicadores de emprego e desemprego, saúde, educação, saneamento básico, riscos ambientais, dentre outros. Ao constatar, tal qual Marti (2006) realizou nas suas pesquisas na Espanha, que os vínculos sociais, ou a ausência deles, podem ser uma variável importante na hora de avaliar os graus de vulnerabilidade social, não resta dúvida de que tanto a pobreza como a exclusão social devem ser entendidas como próprias de redes de relações sociais entre indivíduos em situações particulares.

Ao descrever a noção de pobreza, destacou-se que seria a ausência de recursos materiais, e a “privação da vida” que as pessoas podem levar e das liberdades que elas realmente têm (Crespo & Gurovitz, 2002), aqueles fatores que lhe seriam constitutivos, somando-se o conceito de “estigmatização territorial” desenvolvido por Wacquant (2006). A pobreza seria uma experiência típica da marginalidade social e de relações sociais típicas das periferias urbanas e que se entende como um fenômeno fundamentalmente socioeconômico. Esta mesma perspectiva economicista (por exemplo, renda que a pessoa tem disponível) também diz respeito à definição dos processos de exclusão social e às diferentes definições

de segregação social. A noção de exclusão social, tal qual se entendeu aqui, é a soma do fenômeno da pobreza (fenômeno socioeconômico) com o da situação de segregação social, que terá diferentes características dependendo do grau de integração social que os indivíduos possam desenvolver individual ou coletivamente. Assim, à variável de desigualdade de distribuição dos recursos materiais se somam os mecanismos de "integração comunitária" (UAB, 2006), dependendo dessa relação as características da noção de exclusão social que estará em questão.

Na presente pesquisa, partiu-se da ideia de que os processos de exclusão e vulnerabilidade social não podem ser explicados na sua totalidade por um "paradigma da posse", sendo substituído por um "paradigma do acesso" (Martí, 2006). Um tipo de capital que pode ser considerado um gerador de confiança de grande carga simbólica para diminuir a vulnerabilidade social. Por isso, o conceito de vulnerabilidade relacional permite dar conta dos efeitos relacionais da vida social, além dos fatores econômicos. Tudo indica que estaria numa análise nas redes de relações sociais a caracterização de espaços de vulnerabilidade relacional, o que leva a refletir agora sobre as noções de redes de relações sociais e de capital social.

3. REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL

Tal qual manifestado, o objetivo da presente tese é a de caracterizar e classificar as redes sociais de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, considerando suas características estruturais, agrupando-as de acordo com a participação relativa das esferas de sociabilidade (família, bairro, amizades, trabalho, associações, etc.). São os tipos de sociabilidade que vivenciam certos indivíduos, cotidianamente, de acordo a um ambiente de vulnerabilidade. Para isso é necessário abordar dois eixos analíticos imprescindíveis: o conceito de redes de relações sociais e o de capital social.

3.1 Redes de Relações Sociais

Procurou-se deixar claro que as situações de segregação e vulnerabilidade social na atualidade requerem um olhar sobre as redes de relações entre indivíduos que transcenda, definitivamente, enfoques economicistas ou ligados às políticas públicas para a análise da redução de desigualdades no acesso a bens materiais e simbólicos. Entende-se que a análise de redes sociais ou de sociabilidades permite compreender as características das maneiras como indivíduos atuam para poder inibir ou desligar-se de situações cotidianas adversas (vulnerabilidade, violência). A análise de Redes Sociais e a Teoria das Redes constitui, na atualidade, uma vertente importante dos estudos nas ciências sociais. A respeito disso, é interessante o que Requena Santos (2012, p. 4) argumenta:

> Se ha visto, pues, cómo existen líneas que confluyen en la teoría de redes y cómo la teoría puede proporcionar una visión muy completa de la realidad social. Esta visión puede mostrar simultáneamente un nivel micro a través de las relaciones entre los actores individuales, o un nivel macro como la del intercambio con las macro, por ejemplo la del conflicto. La teoría de redes muestra un interés similar tanto por las redes micro como por las redes macro, lo que genera una importante fuerza integradora. Esta combinación micro-macro, es una de las ventajas de la perspectiva estructural basada en los individuos y de los grupos (SANTOS, p. 4, 2012).[22]

[22] Temos visto, pois, como existem linhas que confluem na teoria de redes e como a teoria pode proporcionar uma visão muito completa da realidade social. Esta visão pode mostrar simultaneamente um nível micro através das relações entre os atores individuais, ou um nível macro como a do intercâmbio com as macro,

O termo rede, num sentido etimológico, deriva do latim – *retis,* que significa "entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido" (Loiola e Moura, 1997, p. 59). Uma rede lembra a ideia de uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida social. Carvalho (2003) afirma que a existência de múltiplas redes se dá pelas necessidades humano-sociais, as quais colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos sociais e de apoio mútuo, visto que uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação e cooperação.

Porém, conforme relata Portugal (2006), o interesse que organizações como a OCDE e o Banco Mundial demonstram pelo conceito é revelador. Não somente referente ao aspecto econômico, mas também ultrapassando o pensamento científico e centrando-se no aspecto político. O conceito de redes sociais, na visão de Portugal (2006), tornou-se central na teoria sociológica e deu oportunidade a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais.

Esse conceito antes estava numa posição minimalista, em que era visto como um método complementar de abordagem, progredindo para uma posição maximalista, na qual, de acordo com Wellman e Berkowtz (1991), as estruturas sociais podem ser representadas como redes, como conjuntos de nós (membros do sistema social) e conjuntos de laços, que representam as suas interconexões. As técnicas quantitativas de coleta da informação e tratamento estatístico dos dados permitem interpretações cada vez mais sofisticadas dessas relações ou da ausência delas.

Portugal (2006) descreve bem em sua pesquisa o comportamento dos indivíduos através da análise de redes, baseando-se em modelos de interação entre atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise relacional permite estudar o modo como os indivíduos

---

por exemplo, a do conflito. A teoria de redes mostra um interesse similar tanto pelas redes micro como pelas redes macro, o que gera uma importante força integradora. Esta combinação micro-macro é uma das vantagens da perspectiva estrutural baseada nos indivíduos e nos grupos.

são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas também como eles o usam e modificam os seus interesses.

O pensador alemão G. Simmel (1983) foi quem teve uma grande contribuição para a análise de redes sociais no início do século XX. A sua sociologia influenciou a sociologia estrutural sobre as redes sociais em uma forma de ver as propriedades formais da vida social. Por exemplo, as relações sociais de um tipo concreto seguem modelos derivados das características de uma situação “triádica”, em que um ator sempre pode entrar em conflito com os outros dois. Para Simmel (1983), a forma e o modelo que constituem as relações são, inclusive, mais importantes que o seu conteúdo.

Simmel (1983) pode ser considerado um dos primeiros autores a tratar da questão das redes sociais, dos indivíduos em relação social. Para ele, os indivíduos só existem em relação ao outro, porém destaca-se a singularidade da existência de cada um quando, por exemplo, se coloca em contato um com o outro e é possível observar a individualidade de cada ser. Considera-se que cada um tem sua especificidade e não pode, de maneira alguma, ser subjetivamente reproduzido por outro.

Fontes (2015), se referindo a Simmel, destaca que é possível estudar a sociedade a partir da forma em que os diversos fenômenos sociais se estruturam, e estes fenômenos aparecem a partir das múltiplas interações entre os indivíduos, e também de diversas manifestações de convivência entre as pessoas. Para Simmel, o indivíduo e a sociedade devem ser pensados de forma única, porém o que realmente importa são os processos sociais, subjacentes à socialização.

Watier (2005), referindo-se a Simmel, argumenta que este atentou sobre o indivíduo frente ao novo mundo urbano e suas reações, estudando maneiras exclusivas de interação, tais como as que formam a figura do estrangeiro, do metropolitano, do pobre, entre outras. Voltou-se também para aspectos das experiências subjetivas delas decorrentes. Para ele, as maiores dificuldades da vida moderna nascem da vontade do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às dominações da sociedade (WATIER, 2005). Para Simmel, a unidade básica da sociedade recai no indivíduo, mas não em um que estaria isolado, mas sim em interação contínua com o seu ambiente e com

outros indivíduos.

Desta forma, o indivíduo pode ser estudado a partir das transformações que experimenta ao implicar-se em “pertencimentos sociais”, relações dos indivíduos uns com os outros. Como sustenta Watier (2005, p. 76), “el individuo no se socializa sino a través de la parte de sí mismo que otorga a cada uno de los círculos sociales en los que entra”[23]. Quer dizer que, para Simmel (1983), só é possível compreender o indivíduo através dos grupos sociais aos quais se integra, grupos que lhe estariam outorgando características próprias e que fariam experimentar as transformações contínuas na sua vida cotidiana.

Então, a sociedade não seria uma realidade em si, mas o indivíduo é que fundamentaria os grupos. O empenho de Simmel (1983) voltava-se na interação "elaboradora" entre os dois polos, na própria produção da sociedade pelos indivíduos, a flexível conformação dos indivíduos pela sociedade. Mesmo a sociedade não sendo uma realidade autônoma em relação aos indivíduos, também não era no indivíduo isolado que Simmel (1983) buscava fundamentá-la. Trazia ainda um conceito geral de que nas interações entre as pessoas estava o embasamento de todos os campos da vida. Ele procurava colocar-se num meio termo de sensatez, oferecendo ao indivíduo como o sujeito último da vida social, seu fidedigno portador, mas sem ignorar a existência das grandes constituições sociais, como unidades próprias. A ênfase é no indivíduo, mas no indivíduo em relação e inter-relações.

Mediante as considerações anteriores, destaca-se uma das grandes análises de Simmel (1983) quanto ao indivíduo, na qual diz que a sociedade só é possível quando ocorrem as ações e reações dos indivíduos entre si, resultantes de técnicas relacionais. Ela não é estática nem substancializada, mas um "acontecer" no qual a sociologia, como ciência empírica, deve ter por campo ou objeto a multiplicidade de interações.

A sociação, em contraposição à socialização, começa a existir quando "a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral de interação". Ela "é, assim, a forma,

---

23 O indivíduo não se socializa senão através de parte de si mesmo que outorga a cada um dos círculos sociais em que entra.

realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses" (SIMMEL, 1983, p. 60).

Nesse sentido, segundo sua teoria da sociação, é através da relação social de, no mínimo, duas pessoas que se estabelece o critério para que aconteça a relação social. O ser humano se diferencia exatamente por viver em interação, e embora Simmel não esclareça a origem dos impulsos e interesses que o induz a este pensamento, ele relata que as relações sociais são pré-existentes aos indivíduos.

Quem dará conservação às relações sociais são os indivíduos, pois, ao manterem entre si ações de reciprocidade, conduzem a vida em sociedade e, assim, dão realidade a ela. É a própria experiência social que permite a extensão da individualidade e as escolhas particulares só têm sentido dentro de uma situação social

A partir dos aspectos apresentados acerca da perspectiva de Simmel sobre relações sociais, é possível descrever as possibilidades referentes às perspectivas sobre redes sociais e, sobretudo, sobre as análises de redes sociais contemporâneas. O aumento dos “círculos sociais” é um exemplo característico da nossa realidade atual, o qual se dá ao mesmo tempo de maneira quantitativa e qualitativa da expansão da individualidade. O resultado legítimo da determinação autônoma da seleção da sua trajetória, do seu pertencimento a círculos sociais, e da sua autodeterminação de qual círculo participar, onde se inserir nestas relações sociais, é uma análise que pode nos mostrar uma representação fundamental dos estudos das redes sociais contemporâneas, o teor relacional dos fenômenos sociais.

A visão de Simmel (1983) é perfeitamente apropriada aos estudos das redes sociais atuais, segundo a qual se entende a sociedade não somente como um conjunto complexo de indivíduos e seus grupos, unidos de alguma maneira a uma comunidade política, mas sim como uma sociedade em que os indivíduos se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira. Para Simmel (1983 P. 45), o fundamental é o conceito de interação, e isso é importante ser considerado ao se falar em redes sociais.

Para Marques (2012), a partir da visão clássica de Simmel, o conceito de redes tem vários enfoques, e sua ampla utilização nas ciências sociais tem chamado

a atenção nos últimos tempos. Um número expressivo de autores tem utilizado a metáfora da rede para descrever uma nova realidade, em que emergem novos modelos de organização social e de relacionamento entre indivíduos e empresas.

Na perspectiva de Norbert Elias, citado por Fontes e Martins (2008), é através dos conceitos de dependência, interdependência, redes e funções, contexto social e estrutura que fica claro que as ideias de indivíduo e sociedade são rigorosamente relacionadas por um processo interativo mais amplo. O sociólogo alemão afirma que a sociedade só existe e funciona porque as pessoas, separadamente, querem e têm comportamentos para isso, porém essas pessoas não têm liberdade total, ou seja, esses comportamentos ocorrem dentro dos limites das estruturas sociais.

O grande desafio é entender como se dá a relação das partes (indivíduos, ou também podemos chamar de atores dentro das redes) com o todo e como aquelas se integram na sociedade. Para desvendar esse dilema, Norbert Elias procura a compreensão do todo (sociedade) definindo um conceito para explicar a rede em constante movimento. Dessa forma, as pessoas participam de redes que já existiam antes delas e também ajudam a formar outras novas.

Deste modo, a análise de redes teve início em várias perspectivas teóricas, como alguns apontam na psiquiatria, a qual apresentava as relações sociais através de gráficos chamados de sociogramas. A análise de redes também pode ser interpretada na perspectiva da sociologia estrutural, na qual estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas como mais determinantes do comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas.

Embora possa haver diferenças entre as correntes da sociologia, os teóricos concordam que fatores objetivos sejam determinantes no comportamento dos indivíduos. Para Granovetter, (1985), sobretudo a análise de redes sociais define-se como um tipo da sociologia estrutural, baseando-se nos possíveis efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal. Desta forma, podem-se definir Análises de Redes Sociais (ARS) como um conjunto de técnicas para analisar as estruturas sociais e também, de maneira formal, as relações entre os atores que surgem em decorrência de determinadas ocasiões. A consolidação da análise de redes veio evidenciar os efeitos que os diferentes padrões e estruturas de rede têm em relação ao acesso dos membros a recursos.

Gannovetter (1973) analisa os laços fracos em seu artigo, “A força dos laços fracos. Revisão da teoria reticular”. Afirma que nossos conhecidos (laços fracos) são menos prováveis que estejam envolvidos socialmente entre si mais do que nossos amigos íntimos (laços fortes). Deste modo, o conjunto de pessoas que se forma a partir da relação de um indivíduo e seus conhecidos constituirá uma rede de baixa densidade, enquanto a rede do conjunto formado por esse mesmo indivíduo e seus amigos íntimos estará tecida densamente.

Granovetter (1973) também demonstra que o panorama geral da estrutura social que põe em manifesto este argumento se pode apreciar com claridade considerando a situação de um indivíduo selecionado aleatoriamente, ao que chamamos “Ego”. Ego tem um conjunto de amigos íntimos, a maioria dos quais estão em contato entre si; ou seja, um “grupo” densamente organizado da estrutura social. Também, Ego tem um conjunto de conhecidos, em que somente alguns deles se conhecem mutuamente.

Porém, cada um destes conhecidos provavelmente tenha seus próprios amigos íntimos e, portanto, esteja imerso em um grupo estreitamente organizado da estrutura social, mas diferente do Ego. O laço fraco entre Ego e seu conhecido, portanto, não é simplesmente um laço trivial entre conhecidos, mas uma ponte crucial entre os dois tecidos densamente costurados de amigos íntimos. Se a afirmação anterior está correta, na realidade estes grupos não estariam conectados entre si se não fosse pela existência dos laços fracos.

Na ARS, o ator social aparece como uma variável dependente da posição. Em consequência, as dimensões valorativas e normativas da conduta são para a ARS, assim como as demais dimensões da motivação, mais efeitos que causa. Ainda de acordo com esse autor, a análise de redes sociais é mais um ramo da sociologia matemática do que uma análise estatística ou quantitativa. Isso porque, de maneira geral, para se entender uma rede, devem-se conhecer as relações entre cada par de atores da população estudada, de modo que o uso de técnicas matemáticas, como matrizes e gráficos, por exemplo, permite uma descrição mais adequada e concisa de suas características.

Ao analisar um modelo de redes, é preciso verificar dois aspectos fundamentais: um amplo e outro mais voltado aos níveis menores, sejam sub-redes ou pontos específicos. Considerando que a estrutura da rede não consiste somente na soma das partes menores, a observação ampla da estruturação da rede é

importante, pois serve como ponto de observação das variáveis macro que surgem a partir do momento em que o conglomerado da rede atua de modo conjunto. Por outro lado, a observação dos nós ou das sub-redes também se mostra importante para que sejam delineados os pontos estruturais básicos que formam a rede completa.

Tal qual manifesta Marques (2012), redes de pessoas pobres são mais diversificadas e mostram maior heterogeneidade do que se poderia esperar com base numa visão econômica de pobreza, que tende a associar a pobreza de recursos à pobreza relacional. Esse tipo de redes supõe padrões de sociabilidades específicos, visto que o capital social acumulado pode assumir características "positivas" e "negativas".

Nesse sentido, o estudo da vulnerabilidade necessita da incorporação das redes sociais como método. Isso é uma tarefa na qual não se podem entender as redes de maneira superficial, buscando-se unicamente relações que consideram indivíduos atores construtores intencionais de redes.

> Percepções desse tipo levam a uma compreensão estática instrumental dos padrões relacionais, perdendo uma parte importante do que acontece nas redes, visto que os mesmos elementos que constroem pontes podem adensar relações em outras situações ou para outras pessoas, assim como podem não ter efeito nenhum em outras situações. Ambivalência é uma característica intrínseca das relações sociais, e os estudos devem guardar espaços para ela em seus modelos e explicações. Adicionalmente, vínculos estão em transformação contínua, sendo apenas uma pequena parcela deles construída intencionalmente (Marques, 2012 p. 29).

Existem padrões de causalidades múltiplas para sua conformação, levando a pesquisar de que forma as pessoas mobilizam as estruturas de relações que estabelecem em suas vidas cotidianas. Desta maneira, passamos a analisar, na continuação, o conceito de capital social, dando sequência à análise das relações sociais e sociabilidades.

3.2 Capital social

O termo capital social foi extraído originalmente da área das Ciências Contábeis e do Direito, tratando em sua semântica inicial o que representava a soma

das contribuições patrimoniais que cada um dos sócios de uma empresa ou organização disponibiliza para uma determinada entidade. Nesse aspecto, o capital social é o capital que os acionistas/sócios “oferecem à sociedade para garantir que empregados e fornecedores recebam no fim do mês. Diferentemente do que se ensina, o capital social não pertence aos acionistas, e sim à sociedade – daí o termo social” (KANITZ, 2006).

Portes (2000) compara, em seu artigo, diversos conceitos de capital social a partir das obras de teóricos como Loury, Bordieu e Coleman, desde as quais demonstra a influência deste conceito no que diz respeito ao apoio familiar e às consequências positivas e negativas das mediações em redes de relações sociais. Portes afirma que a noção de capital social traz à tona a visão de que as formas não monetárias também podem ser fontes de poder e influência entre os indivíduos.

Nas ideias de Portes (2000), a grande controvérsia que envolve o conceito de capital social tem sua raiz no fato de que é aplicado a problemas em diferentes níveis de abstração, e que seu uso teórico leva em consideração diferentes unidades de análise. Nesta perspectiva, salienta, por exemplo, que tanto Bourdieu quanto Coleman focalizam sua atenção em indivíduos ou pequenos grupos como unidades de análise. Resgata um conceito de coletividade verificado por Marx ao observar como os trabalhadores em uma situação comum identificam-se entre si e se rendem ao apoio mútuo não por um aprendizado anterior, mas por um produto emergente de um destino comum. Este sentimento de coletividade conduziria, para Portes (2000), a um aspecto singular: o da solidariedade, uma fonte principal do capital social.

> Solidariedade confinada é o termo utilizado na bibliografia recente para designar este mecanismo. É a fonte de capital social que leva membros abastados de uma confissão religiosa a doar anonimamente fundos para escolas religiosas e hospitais; membros de uma nacionalidade suprimida a associarem-se voluntariamente, sob risco da própria vida, a atividades militares na defesa da mesma; e proletários industriais a participarem em marchas de protesto ou greves de solidariedade de companheiros seus (PORTES, 2000 p. 139).

Essa relação enseja outra variável, que é a confiança, a qual facilita o acesso aos recursos, transações e protege de condutas ilícitas. O autor ainda afirma que o capital social criado em redes comunitárias apertadas também auxilia as instâncias como pais, professores e policiais a promover a conformidade com as regras na

medida em que “este tipo de capital social encontra frequentemente as suas fontes na solidariedade confinada em confiança exigível, e tem como principal resultado tornar inúteis os controles formais ou explícitos” (PORTES, 2000 p 141).

De acordo com Portes, (2000), Bourdieu trabalha o conceito de capital social de forma instrumental, pois considera que as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que obteriam posteriormente. Desta forma, o capital social é um recurso em diferentes níveis: de controle social, de benefícios mediados pela família e de benefícios mediados por redes não familiares.

A obtenção de trabalho, comissões e créditos são exemplos do último nível. Coleman, em sua análise, presta especial atenção ao capital social entendido como fonte de controle social. Portes (2000) destaca que a última produção teórica de Coleman esteve dedicada ao que considerava como laços sociais primordiais que garantem a observância das normas.

Para Coleman (1988), o conceito de capital social como um recurso para ações é um meio de introduzir a estrutura social em um paradigma de ação racional. Existem, para ele, duas grandes correntes para descrever a ação social: uma mais sociológica, que considera que os atores são socializados e as suas ações são governadas por normas sociais, regras e obrigações; e uma segunda corrente, que diz respeito a uma visão econômica, que considera os atores como agentes que buscam metas pessoais, agindo independentemente em um ambiente coletivo.

> Both these intellectual streams have serious defects. The sociological stream has what may be a fatal flaw as a theorical enterprise: the actor has no “engine of action”. The actor is shaped by the environment, but there are no internal springs of action as wholly as product of the environment has led sociologists themselves to critizize this intellectual stream, as in Dennis Wrong’s (1961) “the Oversocialized Conception of Man in Modern Sociology”.
> The economic stream, on the other hand, flies in the face of empirical reality: persons’ actions are shaped, redirect, constrained by the social context; norms interpersonal trust, social networks, and social organization are important in the functioning not only of the society but also of the economy (COLEMAN, 1988, p. 95).[24]

[24] Ambas as correntes intelectuais têm sérios defeitos. A sociológica tem o que pode ser uma falha fatal como empreendimento teórico: o ator não tem “motor de ação”. O ator é moldado pelo ambiente, mas não há fontes internas de ação tão plenas enquanto produto do ambiente, o que tem levado sociólogos a criticar esta corrente teórica, como Dennis Wrong’s (1961) “A concepção sobres-socializada do homem na sociologia moderna”.

A corrente econômica, por outro lado, divaga na realidade empírica: ações das pessoas são moldadas, redirecionadas, limitadas pelo contexto social; normas de confiança pessoal, redes sociais e organização social são importantes no funcionamento não apenas da sociedade, mas também da economia.

Coleman (1988) afirmava que existia a necessidade de uma orientação teórica que conseguisse identificar “o melhor das duas correntes”. Menciona trabalhos como as conexões “F” de Yoran Ben-Porath: família (Family), amigos (Friends) e empresas (Firms), as quais perpassam os veios da sociologia e da economia. Primeiramente o autor critica as instituições econômicas como cruelmente funcionalistas e ressalta que há falhas em reconhecer a importância das relações pessoais e redes de relações para gerar confiança, estabelecer expectativas, criar e impor normas. O autor ainda destaca que um importante modo de capital social é o potencial de informação que herdamos em nossas relações sociais. Informação é uma importante base para a ação, porém custa para obtê-la. Além disso, a proximidade da estrutura social é importante não somente para a existência de normas efetivas, mas também para outra forma de capital social: a fidedignidade da estrutura social que permite a proliferação de obrigações e expectativas.

> The social capital that has value for a Young person’s development does not reside solely within the family. It can be found outside as well in the community consisting of the social relationships that exist among parents, in the closure exhibited by structure of relations, and in the parent’s relations with the institutions of the community (COLEMAN, 1988, p. 113).[25]

O capital social assume deste modo um posicionamento interessante frente ao sistema econômico vigente, visto que se refere a variáveis intangíveis, como convivência, amizades, comprometimento e responsabilidade mútua. O objeto de acúmulo do capital social é exatamente aquilo que o capital financeiro não pode adquirir, tampouco constituir, pois se trata de condições relacionadas intimamente à constituição social do ser humano, que podem melhorar e beneficiar substancialmente as relações em comunidade.

Por outro lado, Putnam (apud Frey, 2003) identifica uma alta densidade de associação e ocorrência de relações sociais de reciprocidade com as premissas de uma democracia, destacando que a organização social com base em redes de associação civil, regras e confiança recíproca são fundamentais para o bom desempenho e eficiência da sociedade. Para o autor, o capital social se refere a

---

25 O capital social que tem valor para o desenvolvimento de um jovem não reside apenas na família. Pode ser encontrada tanto fora como na comunidade, consistindo nas relações sociais que existem entre os pais, no fechamento exibido pela estrutura das relações e nas relações dos pais com as instituições da comunidade.

elementos da organização social como as redes, normas, confiança social que facilitam a coordenação e cooperação em benefício recíproco. Suas pesquisas também demonstraram que um sistema persistente de desigualdade social pode ser o responsável pelo menor grau de engajamento cívico e conectividade social.

Os avanços efetivos na integração entre o mundo virtual e o mundo real são fundamentais para que a Internet, ao invés de reforçar a tendência do enfraquecimento das comunidades locais, possa ser parte da solução. "De fato, é difícil imaginar uma solução de nossos dilemas cívicos contemporâneos, sem a comunicação mediada por computadores" (FREY, 2003 p 178). Parece essencial a existência das organizações básicas da vida social para a promoção da confiança social e interpessoal.

> Putnam recorre à distinção entre "bonding social capital", que tende a fortalecer, acima de tudo, o próprio grupo e reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos, e "bridging social capital" que visa fortalecer as relações com o mundo fora do grupo e que abarcam pessoas de diferentes setores sociais. Enquanto o primeiro tipo de capital social tende a reforçar as lealdades entre os membros do grupo específico, o que muitas vezes se dá à custa das pessoas externas ao grupo, o segundo tipo pode gerar reciprocidade e identidades mais abrangentes e criar laços de conectividade entre diferentes grupos sociais (FREY, 2003, p. 179).

De acordo com Putnam, é a vida social e o contato face a face que mantêm unidas as sociedades, e não o ativismo político em movimentos sociais, a participação em associações do terceiro setor, a colaboração em organizações sem fins lucrativos ou o envolvimento em grupos de ajuda. Esses tipos de grupos falham em relação à sua mais importante tarefa: a promoção de confiança social.

Seguindo essa concepção do autor, podem-se analisar os indivíduos em situações de vulnerabilidade, enquanto a participação em movimentos sociais e associações não ajudariam a fortalecer os seus vínculos, ou o seu capital social. Mas será que se estas pessoas não formarem grupos, vão conseguir superar esta situação de vulnerabilidade, ou pelo menos amenizá-la? Conforme a visão de Putnam, sem canais de comunicação que proporcionem às organizações comunitárias condições favoráveis para se engajarem nas questões públicas, o capital social dificilmente pode ser mobilizado em prol da promoção do bem comum. Neste sentido, a sua análise é "demasiadamente centrada na sociedade, subvalorizando agências estatais e outros fatores políticos associados" (FREY, 2003, p. 185).

Bourdieu (1986), por outro lado, sustenta que o capital social abrangeria dimensões supra individuais associadas a expectativas, normas sociais e obtenção de informação que influenciariam os comportamentos individuais. O autor demonstra que os indivíduos acumulariam capitais de diversos tipos congruentes entre si, argumentando que o capital social é um agregado de recursos.

Seguindo esta perspectiva mais “clássica” de capital social, diversos autores defenderam o uso do conceito para definir um amplo conjunto de elementos de nível individual, coletivo e societal, o que inclui desde confiança e associativismo na escala da sociedade até confiança interpessoal e padrões de conexão entre indivíduos. Esses elementos se originariam da estrutura e do conteúdo de certas relações sociais que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação (MARQUES, 2010).

Essa tradição converge para a importância de três grupos de elementos: normas\valores, confiança recíproca\comportamento cívico e redes sociais. Para ficar mais claro, o conceito de capital social pode contribuir com a pesquisa, podendo-se usar o conceito para descrever elementos coletivos que impactam as condições de vida em regiões das cidades, e em bairros vulneráveis especificamente.

Destaca-se ainda que o capital social não apenas seria influenciado pelas políticas públicas, como poderia ser produzido ativamente por elas. Os autores que estudam o tema capital social partem da existência de uma intensa associação entre bairro e padrões de conexão entre indivíduos, mesmo que por vezes implicitamente. Para muitos, as redes seriam uma das facetas do capital social. As redes incidiriam sobre três conjuntos de elementos: as estratégias individuais, a construção de coesão no interior dos contextos sociais e a inserção desses contextos nas comunidades sociais mais amplas. Para muitos, a existência desses tipos de capital social poderia ajudar a superar as situações de pobreza e vulnerabilidade.

Assim, a discussão desses conceitos de capital social permite perguntar de que forma as redes produziriam capital social? (MARQUES, 2010, p. 47). E essa pergunta leva a discussão a aproximar-se de um arranjo societário possível entre redes sociais e vulnerabilidades, buscando reconhecer os elementos que articulam tais arranjos e os recursos em torno dos quais eles se desenvolvem. Da mesma forma, podem-se considerar os efeitos desses arranjos na vida societária, sejam eles considerados desde a demarcação de vínculos, sejam considerados desde a

ativação de capacidades.

Marques (2010), em sua análise sobre redes sociais e pobreza, demonstra que a realização de status ao longo do ciclo de vida envolve tanto o acesso a capital social entendido como o conjunto de recursos acessados por um certo indivíduo pela sua origem e suas redes, quanto a sua efetiva mobilização, que seria influenciada pela utilização das redes de relações sociais elaboradas. Pode-se analisar, assim, o capital social de uma forma diferente, bem como operacionalizando-o como rede, ou, mais especificamente, procurando a relação entre vulnerabilidades, redes sociais e segregação na cidade.

Nesta perspectiva, as análises clássicas de capital social trazem a discussão sobre a tendência de indivíduos com características similares se relacionarem entre si, chamando isso de homofilia – a evidência de que os indivíduos tendem a construir e manter contatos mais frequentemente com indivíduos de características sociais similares. A homofilia seria reproduzida por efeitos geográficos, organizacionais, processos cognitivos e a quebra seletiva de vínculos (Marques, 2010). Trata-se de casos bem marcantes entre indivíduos em situação de vulnerabilidade, que tendem a se relacionar mantendo esse padrão de sociabilidade denominado de homofilia, ao se constatar que suas redes estão marcadas pela presença de indivíduos de características semelhantes socioeconômicas e culturais.

Em outro sentido, Portes (2000, p. 138) considera que a utilização do termo capital social se define como a capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da participação em redes de outras estruturas sociais. De certa maneira, trata-se da articulação entre os atores que propiciam combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provocam os ambientes de vulnerabilidade social.

Silva (2008) considera que essa “articulação” evidencia o aparecimento de um capital social originado dos relacionamentos que apresentam um acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações sociais, relações sociais próximas e o fortalecimento do associativismo. Reciprocidade, cooperação e confiança se apresentam como características-chave do capital social.

Para Portes (2000), por exemplo, os aspectos mais relevantes das redes sociais são a sua dimensão (fator quantitativo, ou seja, o número de atores que fazem parte de uma rede) e a sua densidade (fator qualitativo, relações que os

membros estabelecem entre si), sendo as redes densas e grandes as mais eficientes no desenvolvimento de um capital social específico. O importante a ser destacado é que a capacidade de mobilizar uma quantidade de recursos é o que constitui o capital social e, dependendo dos atores em questão, esses recursos terão as suas origens em sociabilidades heterogêneas, sejam de práticas sociais consideradas “positivas” como daquelas que se entendem como “negativas” (de práticas provenientes da ilegalidade, etc.). Como muitos enfoques das sociologias da ação, os laços individuais provêm de “múltiplas pertenças” sociais (família, comunidade, bairro, amigos, etc.) e, consequentemente, o capital social se torna um corpo complexo e heterogêneo de redes de sociabilidades.

Como bem aponta Portes (2000), a investigação sobre capital social enfatiza as suas consequências positivas, vendo emergir “coisas boas” da sociabilidade enquanto as “más” são mais comumente associadas ao comportamento do “homo economicus”, de uma faceta meramente instrumental. “Contudo, os próprios mecanismos apropriáveis por indivíduos e grupos como capital social podem produzir consequências menos desejáveis” (Portes, 2000, p. 146).

Seriam quatro as consequências negativas do capital social: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelação do grupo. Sem detalhar cada uma delas, o que o autor argumenta é que por capital social deve entender-se uma consequente rede de relações ou laços sociais fortes que podem atuar como “limitadores” da ação individual e social. Com o primeiro exemplo, da “exclusão dos não membros”, e também com o segundo, das “exigências excessivas a membros”, pode-se pensar nas práticas sociais de muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social que se têm inserido em grupos sociais ligados ao tráfico de drogas ou ao delito em geral, aparentemente “sofredores” do que significa a pertença a um grupo de laços sociais fortes.

As “restrições à liberdade individual” também se manifestam neste tipo de capital social acumulado, bem como o regulamento das competências internas do grupo podem gerar um nivelamento do grupo como maneira de não distinguir fora dele alternativas de um capital social que contribuiria à saída da situação de vulnerabilidade. Consequentemente, os laços sociais podem unir, mas também constrangem em vez de facilitarem resultados específicos de caráter positivo.

O capital social atua como ferramenta em que, à medida que se reproduz, potencializa as alternativas de desenvolvimento e restabelecimento dos laços sociais. Um dos principais indicadores do desequilíbrio de capital social se reflete na expansão da violência e da vulnerabilidade em determinados ambientes sociais e centros urbanos, atingindo, principalmente, a população jovem. Embora existam iniciativas políticas e programas sociais de combate à violência, o capital social acumulado dessas pessoas reflete uma rede de relações que tanto se originam de práticas sociais “positivas” como “negativas” (Portes, 2000), bem como de redes sociais que terminam “limitando” (nem que seja em parte) o potencial de desenvolvimento pessoal e coletivo na sua situação de vulnerabilidade social.

Desde essa perspectiva, se torna interessante a elaboração de Fukuyama (1999), em que define capital social como, simplesmente, um conjunto de valores ou normas informais compartilhadas entre os membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles. Se os membros desse grupo aceitam que os seus demais integrantes se comportem de forma correta e honesta, terminam por “confiar” uns nos outros. Assim, a confiança é como um lubrificante que faz com que qualquer grupo ou organização funcione de forma mais eficiente.

Mas, para Fukuyama (1999), compartilhar valores e normas não gera, em si mesmo, um capital social. Em uma pesquisa desenvolvida no sul da Itália, Fukuyama constatou que aquela região, por exemplo, caracterizava-se por ser marcadamente carente de capital social e de confiança generalizada, mas possuía rigorosas normas sociais muito bem delimitadas no convívio cotidiano. Quando se observa o círculo pequeno e familiar, é possível aplicar uma pequena relação de confiança, mas muito restrita. Mas logo o autor, na sua análise, quando pretende aplicar ao resto da sociedade ou ao círculo imediato da família de sociabilidade o conceito de capital social e de confiança neste contexto, dá o seguinte exemplo bem esclarecedor do fenômeno: “Aproveita da gente fora do seu núcleo familiar imediato toda vez que possas fazê-lo, já que do contrário eles se aproveitaram de ti antes”. O que se sugere aqui, com esse exemplo, é que sequer no círculo da família ou de contatos imediatos à família se pode confiar, ou estabelecer uma relação de confiança que possa ser duradoura, resultando mais do que óbvio que este tipo de normas não promoveria a cooperação social. Aliás, as normas sociais gerais se tornam importantes, inclusive, para a paz social necessária da vida coletiva.

Para Fukuyama (1999), as normas que produzem capital social devem incluir, basicamente, virtudes, como dizer a verdade, cumprir com as obrigações e praticar a reciprocidade. Todas as sociedades têm uma base ou reserva de capital social; as diferenças reais entre elas se referem ao que se poderia denominar o “fio de confiança”.

Esta seria a razão, portanto, pela qual praticamente todos os empreendimentos começam como uma empresa familiar. Porém, a força dos laços familiares difere de sociedade em sociedade e varia, assim mesmo, seu peso relativo a respeito de outros tipos de obrigações sociais. Em alguns casos, pareceria haver algo assim como uma relação inversa entre os laços de confiança e reciprocidade dentro e fora da família; quando um está mais forte, o outro tende a enfraquecer. Podemos citar o caso da China e da América Latina, onde as famílias possuem laços fortes e são muito unidas, e é mais difícil que se confie em estranhos, e os níveis de honestidade e cooperação na vida pública são muito mais baixos. Uma das consequências, conforme Fukuyama, deste acontecimento, é o nepotismo e uma notável e estendida corrupção pública.

Mas também é perfeitamente possível formar grupos sociais com relativo êxito, até mesmo com ausência de capital social, utilizando uma diversidade de mecanismos de coordenação formal, tais como os contratos e as leis, ou seja, utilizando-se do sistema legal e outras ferramentas similares. Sobretudo, em determinadas circunstâncias, o capital social também pode facilitar um maior grau de inovação e de adaptação grupal. Neste sentido, o capital social demonstra vantagens que vão muito além da esfera econômica. Na verdade, constitui um elemento fundamental para poder criar uma sociedade civil mais saudável, sendo assim considerado pela maioria das pessoas que utilizam este conceito.

Interessante lembrar, à maneira de conclusão deste capítulo, que Garcia (2009) extrai dessa utilização do termo capital social o entendimento de que este se refere aos diversos laços relacionais que existem dentro e fora das organizações, visando à facilitação do conhecimento e acesso à informação, utilizando como matriz fundamental elementos subjetivos da condição humana, como a confiança e o comprometimento. É justamente esta consideração, somada às anteriores, a que é considerada na presente tese.

Na continuação, passa-se a analisar as redes de relações sociais de indivíduos moradores do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo – RS, descrevendo em um primeiro momento o perfil geral dos entrevistados a partir das variáveis como renda e gênero, escolaridade e renda, trabalho e gênero, dentre outras, para poder entender a variabilidade das redes e indicar os aspectos que explicam a sua constituição e mobilização. Trata-se de uma análise das informações do contexto em que se desenvolvem as posteriores redes de relações sociais pesquisadas. Em um segundo momento, analisam-se as redes sociais e as conexões dos entrevistados, considerando seus atributos, como serem mecanismos de homofilia, localismos e a relação das redes e o capital social.

4 ANÁLISE DAS REDES DE RELAÇÕES E SOCIABILIDADES

Este capítulo se refere às análises realizadas sobre a associação entre atributos e padrões de relações; e tal qual foi descrito no primeiro capítulo, parte-se da ideia de que determinadas práticas sociais e culturais se incorporam nas histórias das relações desses indivíduos. As redes e atributos se constroem mutuamente de forma dinâmica por meio de mecanismos de homofilia, pertencimento a organizações e adoção de certas práticas sociais específicas.

Devemos considerar que a contribuição das redes pode ser também resultado da adoção da família como fator de fortalecimento dos vínculos. Há de se considerar até que ponto estes índices de homofilia não estão sendo influenciados pela política pública, ou mesmo, até que ponto elas são influenciadas, ou ainda evidenciam formas de sobrevivência híbrida, o que auxilia a entender a aparente ambiguidade da análise sobre localismo e homofilia. Assim, há de certa forma uma influência das políticas públicas, gerando uma ambiguidade que não foi o foco da análise. Para tanto, é necessário descrever de que forma foi pensado e construído o questionário aplicado, e qual o objetivo que se pretendia obter com determinadas questões abordadas.

Cabe lembrar que o conceito de redes sociais nos remete a todos os vínculos existentes entre um conjunto de indivíduos, e que pode sugerir um sentido sociométrico do conceito, em especial útil para estudar conjuntos medianos ou pequenos de atores, pois seria muito difícil de aplicar, em seu sentido restrito, a uma grande população. Em especial, é possível estudar, com uma alta confiabilidade, a rede concreta imediata de cada ator, seus vínculos imediatos e as características de sociabilidades envolvendo atividades em diferentes contextos: para este caso, este conceito também se denomina “rede social egocêntrica”. Este tipo de rede descreve o entorno social ou “mundo social” de um ator ou sujeito em particular, mas que consegue nos ajudar a compreender além do mundo do próprio ator.

Para pensar as características e tipos de perguntas a serem abordadas pelo questionário aplicado, se realizou uma divisão de prioridades como informações necessárias. As primeiras perguntas se relacionavam aos dados pessoais, como nome (sem sobrenome, sempre com anonimato dos respondentes), gênero, qual

escolaridade, estado civil e quantas pessoas compõem a família, ou que vivem na mesma casa, e nesta mesma parte ainda perguntamos sobre religião. Desta maneira, puderam-se obter informações iniciais com relação ao perfil dos entrevistados e às características do local de residência, tempo de permanência nele, bem como quais foram os motivos que levaram os entrevistados a morar nesse local.

Caracterizar os indivíduos é uma tarefa inicial importante para compreender motivações que podem explicar muitas das relações e redes que posteriormente se poderiam constatar. Estas perguntas foram para uma caracterização do perfil dos entrevistados, a fim de, posteriormente, realizar perguntas mais determinantes e centrais para a análise das redes sociais destes indivíduos.

Interessante considerar que as relações podem variar de forma e conteúdo. Ambos os aspectos podem medir-se com certa facilidade por meio das perguntas convenientes realizadas, pois a forma de uma rede se refere às propriedades das relações entre cada par de atores que existem independentemente de um conteúdo específico. Os aspectos básicos da forma das relações são: intensidade ou força dos vínculos e o nível de compromisso em determinadas atividades. Para estas análises foram realizadas questões divididas entre o “grupo de vizinhança”, “grupos de família”, os “grupos de lazer e amizades” e o “grupo trabalho e renda”.

No questionário, o entrevistado citava o nome de até cinco pessoas da sua escolha para cada grupo com os quais teria relação social (podendo se repetir o nome nos grupos). Este tipo de perguntas concretas dentro de um questionário gera uma série de nomes que fazem parte ou uma totalidade da rede pessoal de um indivíduo. A partir disso, pode-se constatar a função do vínculo com que estão relacionados os indivíduos, o que define a própria relação.

Num segundo momento, pode-se observar o conteúdo da rede social, que pode se denominar como de caráter afetivo ou instrumental. A primeira, mais orientada a um tipo de relação com orientação sentimental, envolvendo situações de amizade, de amor, ódio, respeito, consideração, entre os indivíduos. A segunda, a instrumental, implica mais uma relação de posições e papéis sociais, de funções em determinados contextos concretos, como pode ser a relação entre vizinhos, colegas de trabalho, etc.

Tal qual afirma Requena Santos (1996), um “gerador de nomes” se dá através de uma pergunta de questionário desenhada de certa maneira que

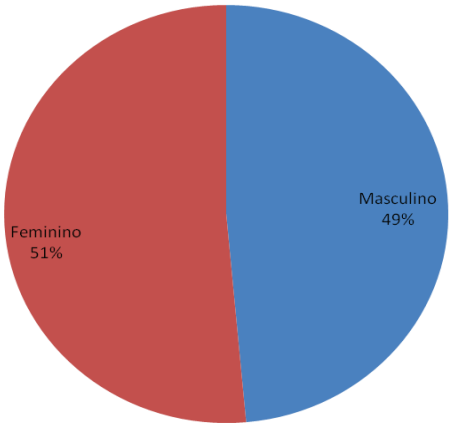
proporcione uma série de nomes de pessoas relacionadas através de um vínculo com o respondente. O primeiro que se tem que estabelecer, em definitivo, é que tipo de relações nos interessa observar e analisar, e neste caso, as relações que mantêm indivíduos em situação de vulnerabilidade social e relacional.

O objetivo do questionário aplicado da presente tese foi mapear e analisar a função da ajuda informal como forma de mediar o acesso a melhores condições materiais e simbólicas de vida que os indivíduos desenvolvem em determinadas situações sociais. Os itens perguntados proporcionam informações sobre atributos e características relacionais, tratando-se de dar os nomes das pessoas que se relacionam conforme os grupos indicados de pertencimento. Desta maneira foi possível construir um banco de dados analisado com o software de ARS (Ucinet), para finalmente fazer as análises de relações sociais entre os indivíduos pesquisados.

4.1 Perfil geral dos entrevistados

Do total de 35 indivíduos entrevistados, houve 51% de mulheres e 49% de homens, distribuídos de maneira aproximadamente regular pelos campos. Dois dados relevantes foram observados na pesquisa: em primeiro lugar, entre os homens praticamente a totalidade era de “pais de família” que “estavam com a esposa e os filhos” (podendo ter já sido separados de outro relacionamento anterior ou não) morando juntos; por outro lado, entre as mulheres, aproximadamente 30% do total pesquisado moravam com seus filhos, mas sem o companheiro ou marido. Isso é considerável no momento das análises posteriores no sentido das supostas perspectivas de gênero inerentes à formação de redes de relações sociais.

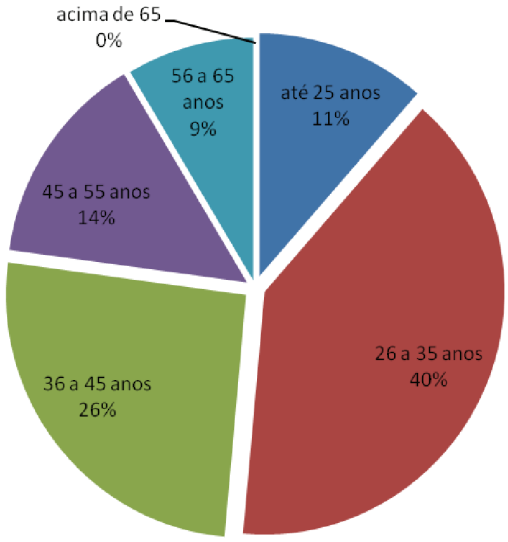
Gráfico 02- Perfil geral de gênero



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Quando se observa a idade dos entrevistados, o gráfico 03 (abaixo) apresenta que a maioria (40% deles) tem idade entre 26 e 35 anos, seguida por 26% de pessoas com idade entre 36 e 45 anos. Apenas 14% dos entrevistados se encontram entre os 45 e 55 anos de idade, seguido de 11% com idade de 18 a 25 anos e, finalmente, 9% na idade entre 56 e 65 anos. Destaca-se que não houve entrevistados acima dos 65 anos, não por serem excluídos da amostra, mas por não serem encontrados no momento da realização das entrevistas.

Gráfico 03 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária

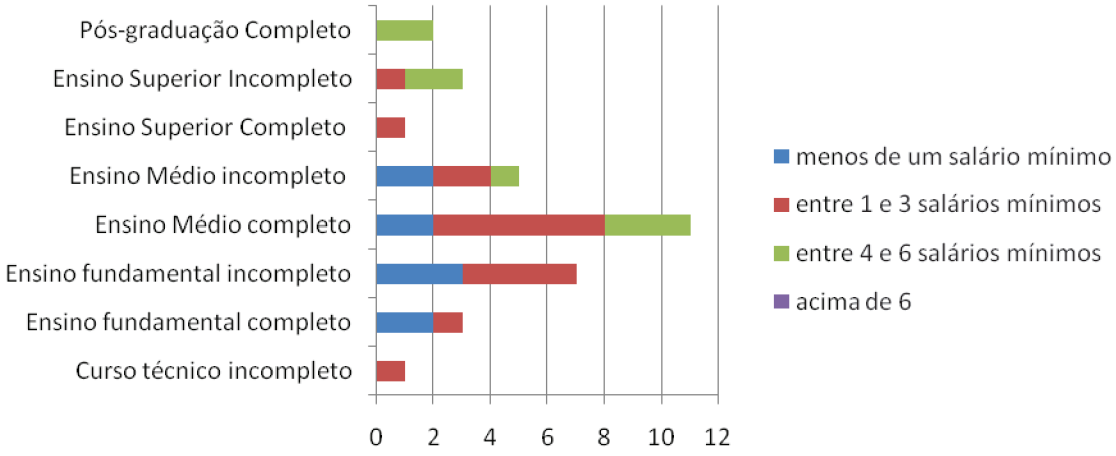


Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Percebe-se a maioria de entrevistados jovens entre os 26 e 35 anos, questão relevante na hora da análise posterior das respostas originadas. Também se observa que a soma das faixas etárias iniciando em 26 até 45 anos corresponde a 66% da amostra em plena vida ativa de trabalho e atividades profissionais, o que pode caracterizar as eventuais redes a serem construídas por estes.

No Gráfico 04 (abaixo) se percebe o perfil dos entrevistados no entrecruzamento das variáveis renda e níveis de escolaridade. Constata-se que a maioria dos entrevistados manifestou ter ensino médio completo com uma renda familiar entre um e três salários mínimos (R$ 954,00 em 11/2018), seguido dos que têm a mesma escolaridade com renda entre quatro e seis salários mínimos. Logo, em igual proporção, o perfil dos entrevistados está caracterizado por ter ensino fundamental e uma renda entre um e três salários mínimos e ensino médio incompleto na mesma faixa de renda recebida.

Gráfico 04 – Comparativo entre escolaridade e renda



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

O local das entrevistas é caracterizado como de vulnerabilidade social, e quando se faz referência à renda familiar, deve-se considerar que em cada lar residiam, em média, de quatro a sete pessoas. A média de renda *per capita* ficou entre R$ 190,00 e R$ 308,00, considerando-se uma renda baixa, dado importante de considerar no momento das análises posteriores, quando se avaliam comportamentos individuais em determinadas redes de sociabilidade elaboradas.

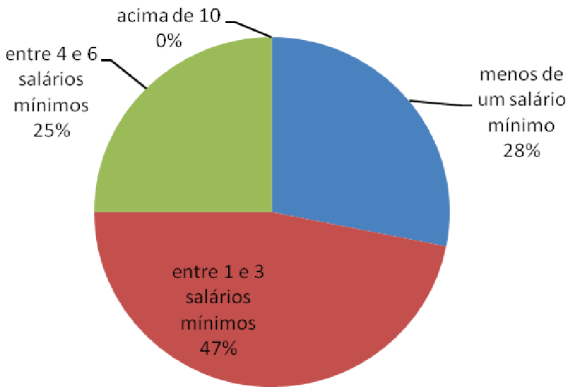
Como se pode observar com relação à escolaridade dos entrevistados, se

percebe como esta termina influenciando positivamente a renda familiar, ou melhor, oferece uma explicação de que quanto maior a escolaridade, mais elevada tende a ser a renda familiar.

Embora se trate de uma observação apenas com indivíduos em situação de vulnerabilidade e, por conseguinte, com variabilidade reduzida tanto na renda quanto na escolaridade, é possível igualmente constatar a influência positiva dos efeitos da escolaridade nos grupos sociais.

O gráfico 05 demonstra o perfil de renda dos indivíduos pesquisados. 28% responderam que têm uma renda familiar de menos de um salário mínimo, e 47% que recebem entre um e três salários mínimos. Por sua vez, 25% dos entrevistados responderam que têm uma renda familiar acima de quatro salários mínimos. É importante destacar que se trata tanto de renda de trabalho formal ou informal, já que nesta informação se contabilizou a soma dos que responderam estar trabalhando com ou sem carteira de trabalho assinada.

Gráfico 05 Perfil geral de renda dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Como mencionado anteriormente, o número de indivíduos que residem no mesmo domicílio era de aproximadamente entre quatro a sete pessoas, o que leva a pensar sobre o impacto das características do perfil geral da renda dos entrevistados: afeta de maneira negativa o rendimento familiar quanto maior o número de pessoas no domicílio, já que leva a uma menor renda *per capita*. Um dado muito relevante no momento da análise das redes é o alto número de respondentes com renda de até três salários mínimos por família, chegando a ser

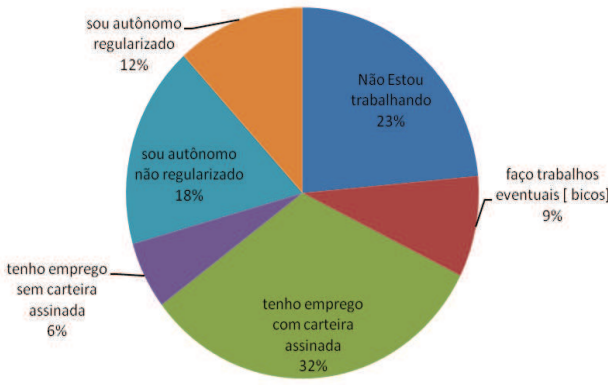
75% deles.

O Gráfico 06 (abaixo) refere-se ao perfil de trabalho dos entrevistados. 32% responderam que tinham emprego com carteira assinada; 6%, que tinham emprego sem carteira assinada; 12% se definiram como “autônomo regularizado” (mecânico, eletricista, que contribuem com INSS e com o ISSQN); e 18%, como autônomo não regularizado (o mesmo exemplo anterior, porém não contribuem com o INSS e não pagam o ISSQN - imposto sobre serviços).

Também 23% dos entrevistados responderam que estavam desempregados, enquanto 9% realizam “bicos”, ou seja, fazem trabalhos eventuais ou de caráter informal. Ao somar esses dois grupos de entrevistados, observa-se que 32% deles ou estão sem emprego ou sob a insegurança do subemprego ou trabalho eventual, mesma porcentagem dos que afirmaram estar trabalhando com carteira assinada.

É importante destacar que aproximadamente ¾ dos entrevistados desenvolvem alguma atividade remunerada. Mesmo assim, aquelas atividades declaradas como trabalho autônomo podem representar casos de “desemprego oculto”, somando o número daqueles que vivem na incerteza da escassez do emprego em determinados contextos sociais.

Gráfico 06 – Perfil de trabalho dos entrevistados

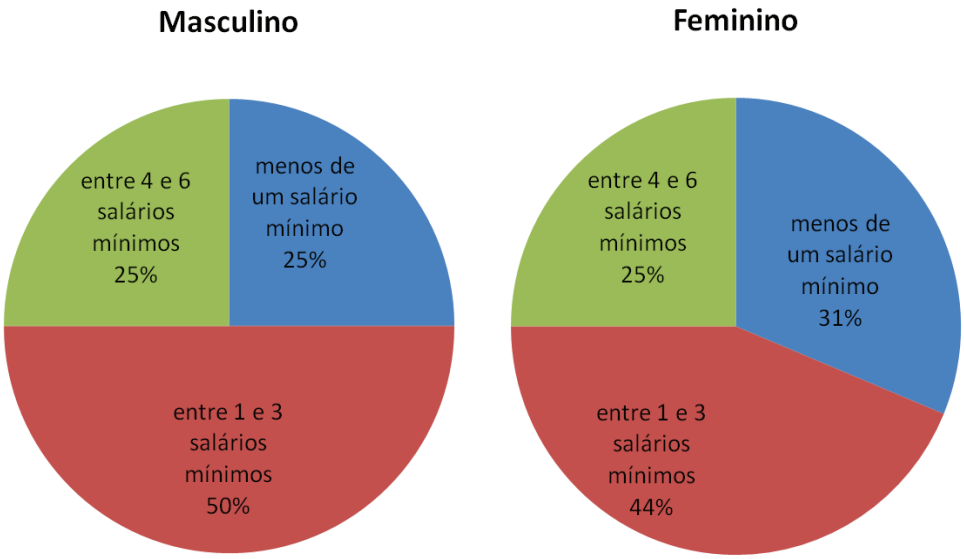


Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Partindo das características do perfil de trabalho dos entrevistados, cruzando a variável renda com a variável gênero, pode ser possível observar, de forma geral, como as diferenças de gênero com relação à renda não são tão marcantes. No Gráfico 07, percebe-se como 25% dos homens e das mulheres entrevistados responderam que recebiam entre 4 e 6 salários mínimos, e 25% dos homens e 31%

das mulheres disseram ganhar menos de um salário mínimo. 50% dos homens entrevistados responderam que recebem entre um e três salários mínimos, enquanto entre as mulheres responderam 44%.

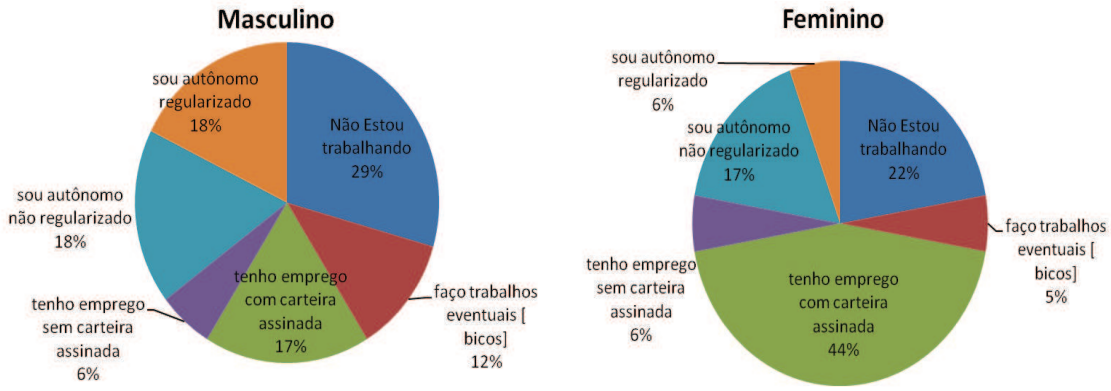
Gráfico 07: Comparativo entre renda e gênero



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Se esses dados são representativos do espaço social de vulnerabilidade em que se desenvolve a pesquisa, é possível entendê-los compatíveis com as informações de outras pesquisas semelhantes, como o Diagnótisco da Realidade Juvenil e Violência Intersubjetiva em Bairro de Porto Alegre (2015), as quais sustentam que as diferenças na renda entre os gêneros não se dão de maneira tão marcante entre as populações mais vulneráveis, já que a tendência das desigualdades e diferenças de gênero aumenta à medida que o poder de renda das mulheres também aumenta. Isso não quer dizer que nas camadas mais pobres não existam desigualdades de gênero com relação à renda. O que se quer afirmar aqui é que o cenário da pesquisa se apresenta compatível, quando o assunto é renda e gênero, a outros cenários que apresentaram resultados parecidos com relação à vulnerabilidade social e ao assunto do gênero e a renda (Marques, 2010).

Gráfico 08: Comparativo entre gênero e perfil de trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

O Gráfico 08 vincula o trabalho ou emprego com o gênero dos entrevistados. As mulheres declararam maior percentual com trabalho de carteira assinada (44%) enquanto entre os homens foi apenas 17%. Esta informação tem uma explicação que só foi possível verificar nas entrevistas realizadas a algumas mulheres do bairro: perguntadas sobre o tipo de trabalho que mais aparecia, responderam que o de "trabalho doméstico" era o que mais "garantias dava", logo depois da regularização do trabalho doméstico[26]. Daí uma explicação importante para compreender a diferença com os homens, neste sentido.

Entre os entrevistados, os que não estavam trabalhando no momento, 29% dos homens, responderam afirmativamente, e 22% das mulheres. Os homens são os que mais "fazem bicos": 12%, enquanto 5% entre as mulheres. Emprego sem carteira assinada, 6% tanto de homens como de mulheres responderam afirmativamente.

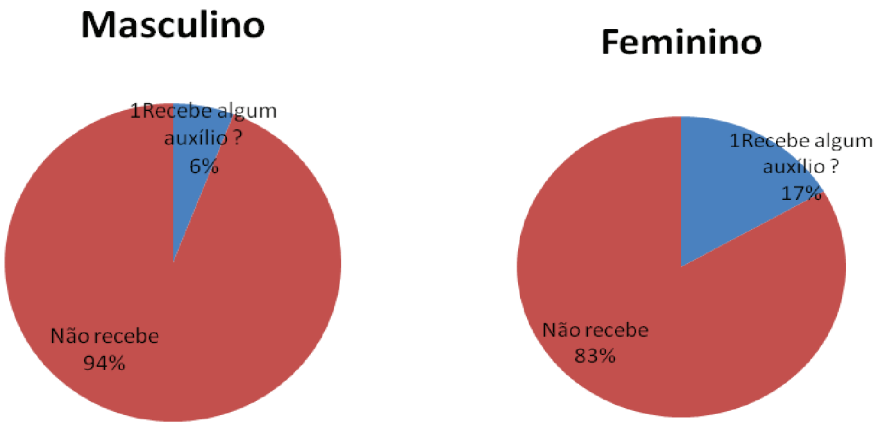
No Gráfico 09 (abaixo), o objetivo é descrever o grupo de entrevistados com relação a sua inserção em alguma política de assistência governamental. Importa lembrar que os entrevistados são todos cadastrados no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Vicentina para receber o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, e que nem todos têm conseguido acessá-lo.

Assim, entre os homens entrevistados, só 6% responderam que recebem Bolsa Família, e entre as mulheres, 17%. Essa informação é de grande valor nos momentos de analisar as redes de relações que estes indivíduos elaboram, as quais

26 Legislação do emprego doméstico. A atividade é regida pela Lei Complementar 150 de junho de 2015, que assegurou novos direitos aos trabalhadores da categoria, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, entre outros.

vão estar praticamente isentas da influência da assistência social, levando a formação de redes em torno à “ajuda mútua” e laços mais imediatos, a família, o parentesco.

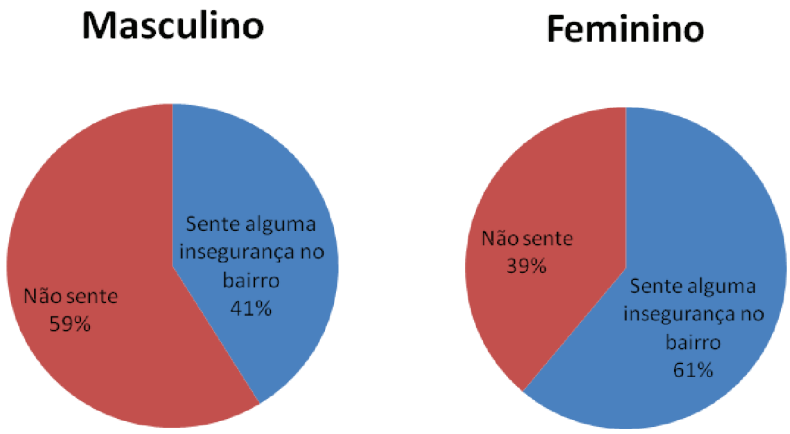
Gráfico 09: Comparativo entre gênero e auxílios sociais



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Nas conversações realizadas no bairro, o tema da violência e a insegurança era recorrente na fala de todos os entrevistados. A respeito, o Gráfico 10 traz uma divisão por gênero das respostas surgidas à pergunta: Você sente alguma insegurança no bairro?

Gráfico 10: Comparativo entre gênero e insegurança



Fonte Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Neste caso, 41% dos homens e 61% das mulheres responderam

afirmativamente. A insegurança é sentida principalmente pelos relatos sobre jovens que andam armados pelas ruas, pelas informações de roubos e homicídios em lugares próximos às casas dos entrevistados. Muitos têm contado que a presença de facções criminosas também é um fator de insegurança constante e que leva a que na noite quase ninguém queira sair da sua casa. Entre as mulheres, o número é mais alto quando se consideram que estas são mães de filhos pequenos, e sentem mais a insegurança por eles do que por elas mesmas. A vulnerabilidade social tem na insegurança e violência um elemento importante ao desempenhar um papel que termina inibindo possibilidades de lazer, entretenimento, trabalho e emprego, saída à noite, conforme estudos já mencionados de Hogan (2006) e Monteiro (2011).

4.2 Perfil das redes sociais dos entrevistados

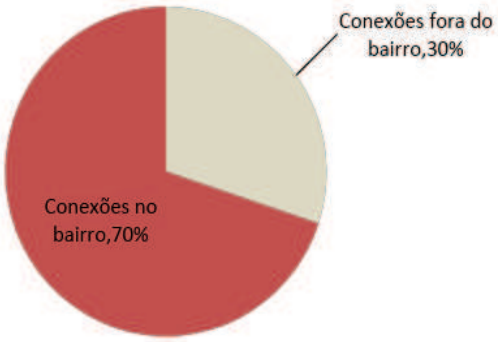
Marques (2012) ajuda a entender e diferenciar que uma coisa é a simples troca e interação, de curto prazo, e que representa uma unidade básica de ação, e que uma outra coisa é a relação, definida como “um conjunto de interações entre as mesmas pessoas por um período de tempo” (Marques, 2012, p. 28). Por isso, a análise da estrutura das redes pouco pode informar sobre os conteúdos das sociabilidades que passam por elas, já que ela só pode aportar informações sobre as conexões, mas pouco da sua relevância e significado.

Para se obter uma forma mais concreta de analisar as características das sociabilidades dessas redes, foi necessário complementar, como método, com a realização de conversações informais durante as entrevistas, solicitando aos indivíduos que classificassem suas indicações em graus de intensidade, sentidos, grau de importância, sem se fazer nenhum tipo de medição quantitativa. Assim, para poder compreender a relevância das redes estabelecidas, as conversações que se desenvolveram em paralelo foram decisivas.

O Gráfico 11 demonstra uma característica central das conexões e sociabilidades dos entrevistados: 70% dos indivíduos apontaram que suas conexões estão restritas ao espaço geográfico e social do bairro, do local de residência. Quando perguntados sobre suas relações sociais (familiares, amizade, trabalho, lazer, participação social), os entrevistados, em sua maioria, responderam que os seus contatos estão concentrados no bairro, no seu entorno geográfico mais

próximo.

Gráfico 11: Comparativo de conexões dentro e fora do bairro

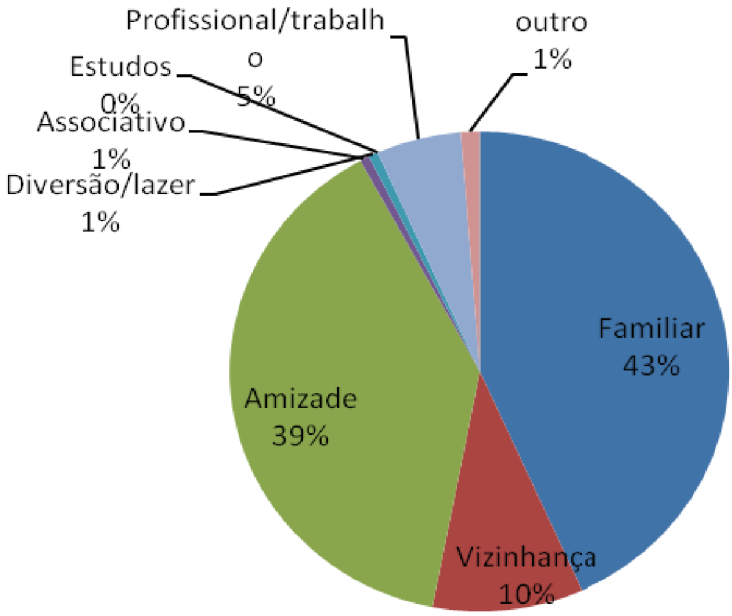


Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Isso nos leva a pensar como a localização espacial influencia as relações ao aportar um amplo número de pessoas que estão dispostas para o contato próximas ao local de moradia. No caso dos entrevistados, se identifica um elemento central da elaboração das redes e sociabilidades: o localismo e a homofilia. Por homofilia se compreende a maior exposição de um certo indivíduo a pessoas de seu próprio grupo, e neste caso se trata de homofilia de local de residência ou o chamado de localismo. Por localismo, finalmente, se entende a proporção média de uma rede que envolve indivíduos do mesmo local de moradia, ou seja, se trata da elevada presença de pessoas da mesma área do indivíduo em sua rede. A questão do localismo será analisada pela categoria de proximidade, e com relação a este aspecto podemos considerar os estudos de Augras (1981). A noção de espaço de coexistência é assim definida por Augras (1981, p. 34): “no espaço de coexistência, os homens tecem redes que os aproximam e os afastam, organizando o mundo de maneira a assegurar áreas recíprocas de movimentação”.

O que posteriormente se procurou saber por intermédio das entrevistas e das conversações foi quão local são as redes e a sociabilidade dos indivíduos, supondo que redes muito localizadas são redes com poucas pontes e ligações e, assim, pouco incentivadoras de mobilidade social. Em conclusão, o que demonstram as entrevistas é a presença do localismo como tipo de homofilia de local de moradia, informação relevante para as análises da vulnerabilidade social.

Gráfico 12: Distribuição das conexões por tipo de vínculo



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

No gráfico 12 (acima) se apresenta o cenário de sociabilidades presente nas redes, as quais foram divididas em sete tipos: família, vizinhança, amizade, profissional/trabalho, diversão/lazer, associação e estudos. 43% indicaram conexões no contexto familiar; 39%, conexões com base na amizade; 10% com relação à vizinhança; 5% no contexto profissional/trabalho; 1% em associações e também 1% em diversão/lazer. Da pesquisa se observa que nenhum dos indivíduos entrevistados participa ativamente em redes sociais ligadas a igrejas (de qualquer tipo de culto religioso), porém todos se identificaram como pertencentes a alguma religião, em especial a religião Cristã Evangélica[27]. Por outro lado, apenas quatro participam de maneira ativa em uma única rede de associação comunitária, que denominam rede “Lopão”.

O que mais se destaca do Gráfico 12 é a importância atribuída às conexões de tipo familiar e de amizade, passando em terceiro lugar a de vizinhança. Como Marques (2012) destacava, as redes de indivíduos centradas na família tendem a ser menores que as demais, considerando os números de nós e vínculos, e

[27]Para mais informações sobre a influência das Igrejas Evangélicas em territórios vulneráveis e seu comportamento político e social, ver : Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Simone R. Bohn. Opin. Publica vol.10 no.2 Campinas Oct. 2004. Campinas

indivíduos com este padrão de sociabilidade se caracterizam por estarem menos expostos a todos os tipos de precariedade.

Em situação de vulnerabilidade social, como no caso do bairro Vicentina, este é o tipo de sociabilidade mais comum, seguido muito de perto com o tipo de sociabilidade com base na amizade (39%). O tipo de sociabilidade centrada na vizinhança é caracterizado por ser típico em espaços de segregação social, vulnerabilidade e com grande localismo, porém apenas 10% dos entrevistados declararam esta sociabilidade.

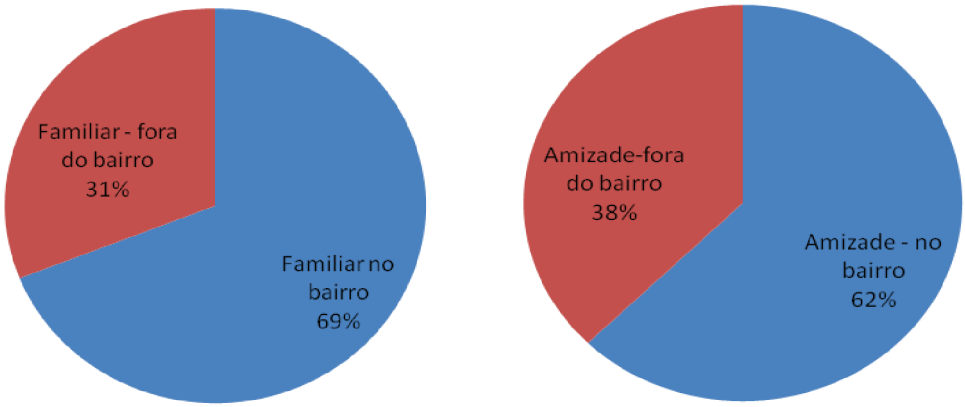
A importância dada às sociabilidades centradas na família e na amizade sugere laços fortes de pertencimento e de proteção e até a ideia de que o espaço geográfico ocupado tenha sido produto de prévias relações de amizade e familiares, coletivas ou grupais, como produzidos por processos de migração que foram acompanhados de vínculos fortes e afetivos.

Nas entrevistas, a esfera da família e da amizade por vezes se confundia, nos momentos de dar respostas a perguntas sobre com quem deixar seu filho caso o entrevistado tenha que sair de casa por algum motivo. Os laços fortes em situação de vulnerabilidade social na elaboração de sociabilidades com centralidade na família e na amizade lembram as reflexões contemporâneas de Bauman (2001, p. 205) sobre a noção de comunidade, ao afirmar que a construção do “nós” é hoje um ato de autoproteção; que o desejo de comunidade é um ato defensivo, uma defesa contra a confusão e o deslocamento.

Assim, o âmbito familiar e as amizades podem ser visualizados como uma “imagem dos sonhos” da comunidade, como uma entidade homogênea e harmoniosa, “limpa de toda substância estranha” e, em especial, como algo que dota de confiança em situações de vulnerabilidade social e os “medos contemporâneos”. Os vizinhos, nestas situações, são até representados como possível ameaça, o “desconhecido próximo”: o traficante, o competidor no mercado de trabalho, etc.

Alguns entrevistados relataram que chegaram ao bairro após um momento de dificuldades financeiras, com perda de emprego, por exemplo. Ali chegaram para morar com os pais ou irmãos, que já residiam há algum tempo no local. O apoio familiar foi de importância para posteriormente buscar um novo emprego e deixar com familiares o cuidado dos seus filhos, destacando muitas vezes como esse apoio familiar era a única via possível para poder sair da situação em que se encontravam.

Gráfico 13: Localismo dos grupos familiar e amizade



Fonte Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

O gráfico 13 (acima), que trata as conexões centradas na família e na amizade, indica o localismo que referimos anteriormente. No tocante à família, 62% indicaram que seu familiar está morando no bairro, enquanto 31% indicaram morar em outro bairro ou cidade. Com relação à amizade, 62 % indicaram conexões dentro do bairro e 38%, fora dele. Esses dados confirmam as reflexões realizadas no Gráfico 12 e permitem vislumbrar o alto localismo nas sociabilidades e na centralidade das redes elaboradas em torno à família e a amigos, grupos de maior peso indicados pelos respondentes.

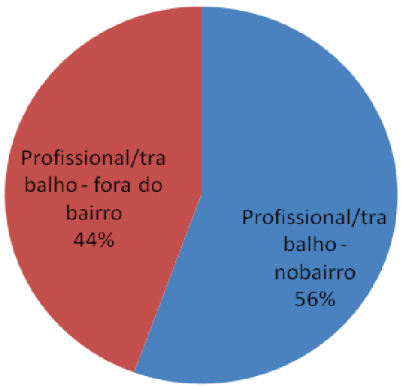
Uma pergunta que se pode formular aqui é sobre a característica do capital social que estes indivíduos possuiriam considerando este tipo de sociabilidades. Trata-se de um capital social limitado, só contemplado em função das relações familiares e de amizade no espaço geográfico do local de moradia, no bairro, caracterizando o perfil da situação de vulnerabilidade social em que se encontram os moradores pesquisados da Vicentina.

Outro elemento a ser considerado e que reforça o localismo referido é o aspecto relacionado à diversão e ao lazer. A maioria das respostas obtidas indicava a permanência no bairro para tais atividades e praticamente nenhum dos entrevistados manifestou desenvolver atividades de lazer fora do bairro de residência, e assim estabelecendo redes de relações com indivíduos de outras localidades. Um dos poucos relatos de “sair do bairro” foi de uma entrevistada que ia passear com sua filha na “rua Grande” para ver as vitrines das lojas com a simples intenção de observar as roupas da moda, sabendo que não poderia comprá-las pelo

preço que custariam.

De fato, existem muitos empecilhos para poder “sair do bairro”, segundo relato de muitos moradores. A escassa mobilidade e a dificuldade de transporte, principalmente pelo preço da passagem, dificultam a circulação por outras regiões da cidade. No Gráfico 14 (abaixo) é possível observar como também esta realidade se reproduz nas atividades profissionais e de trabalho dos moradores do bairro.

Gráfico 14: Localismo do grupo profissional/trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Entre os entrevistados, 55,56% indicaram que trabalham no bairro de residência, enquanto 44,44% trabalham fora do bairro. Isso parece evidenciar um traço de vulnerabilidade relacional concreto, a partir do momento em que o trabalho é o resultado de estar inserido em redes sociais restritas ao próprio bairro de residência. Novamente, lembra-se Bauman (2001) e a sua noção de “enraizamento do indivíduo” no mundo contemporâneo, como um fenômeno que entraria em contradição com o mundo atual da circulação contínua.

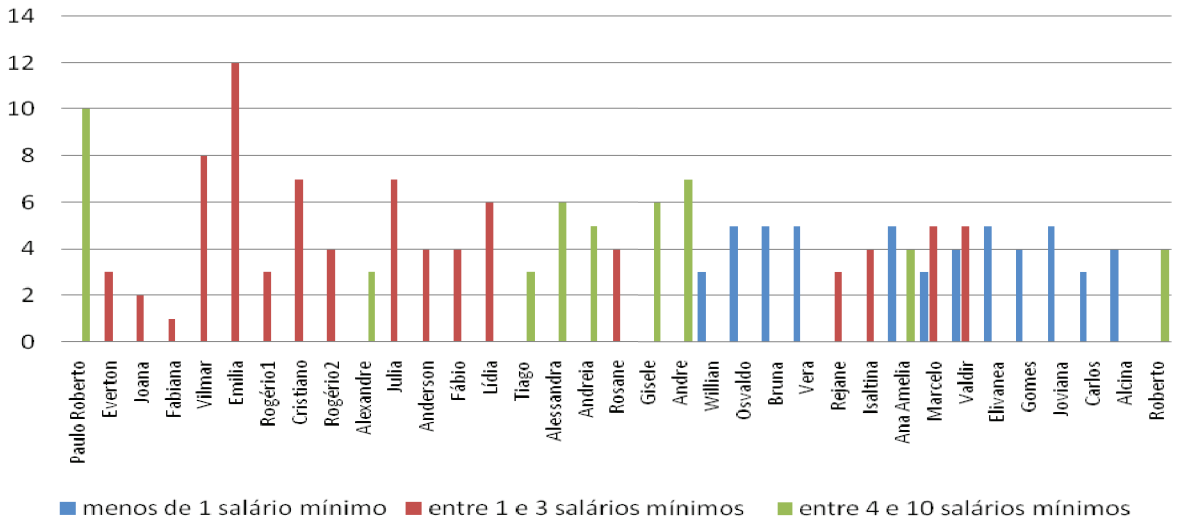
Embora uma rede densa de laços sociais não seja necessariamente classificada como homofilia (maior exposição dos indivíduos a pessoas do seu próprio grupo), tal qual Bauman (2001) afirma, “uma rede que esteja territorialmente enraizada é um obstáculo a ser eliminado” (Bauman, 2001 p.22). Destaca ainda que “estamos testemunhando a vingança do nomadismo contra o princípio da territorialidade e do assentamento. No estágio fluido da modernidade, a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial” (BAUMAN, 2001 p. 20).

Assim, a centralidade dos laços sociais geograficamente localizados no bairro termina sendo, em termos de Bauman, pontos negativos para a ampliação do capital

social e o eventual desenraizamento territorial necessário para tal.

O Gráfico 15 (abaixo) demonstra a relação entre o número de conexões por faixa de renda dos entrevistados. É importante considerar que a criação e a manutenção de vínculos envolvem processos diversos, e a relação entre as redes sociais e o rendimento dos indivíduos trazem informações valiosas a respeito. A ideia é tentar observar a existência de uma relação direta entre rendimento familiar e indicadores de redes, bem como tipos de sociabilidades.

Gráfico 15: Comparativo entre nº de conexões e renda



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Se tomarmos o caso da entrevistada Emília, que possui um número maior de vínculos (12) e com rendimento na faixa de um a três salários mínimos, observa-se que seus vínculos são, na grande maioria, baseados na amizade, enquanto o vínculo centralizado na família representa a metade destes. Emília pode ser um típico caso de indivíduo em situação de vulnerabilidade social e de renda baixa que tende a apresentar redes com escassos contextos de sociabilidade, além de mais localizados.

Isso é o que sugere uma sociabilidade baseada mais na amizade e na família, com vínculos com pessoas externas à comunidade inexistente. Neste caso é possível considerar que pessoas com menores recursos econômicos teriam maior dificuldade para construir e manter vínculos diversificados: é possível, assim,

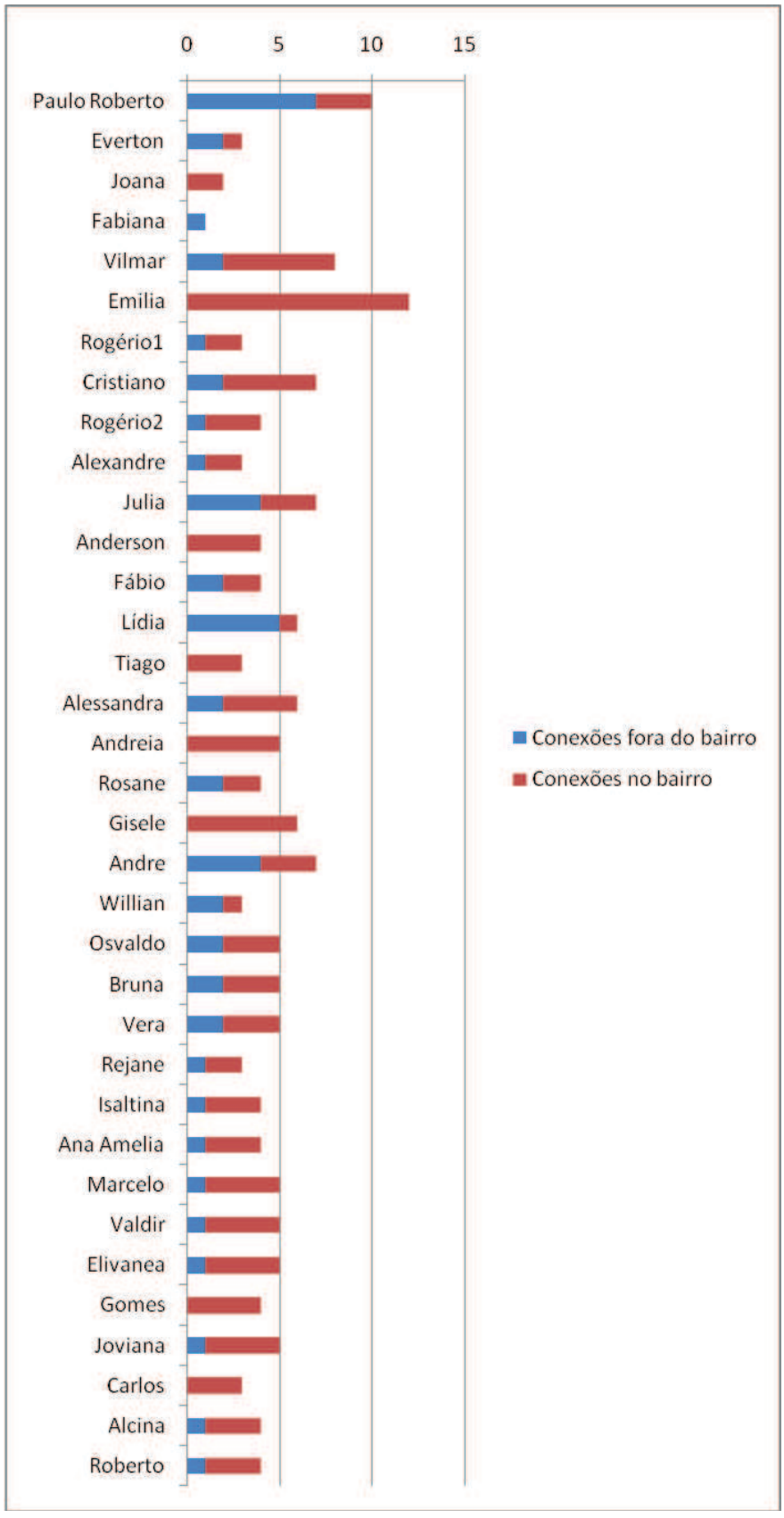
observar uma relação direta entre rendimento e o estabelecimento de redes sociais, embora isso não seja um fator determinante para caracterizar o tipo de sociabilidades.

Um caso bem diferente de Emília é o de Tiago, que possui um número baixo de vínculos (3), os quais são centralizados na família, e um rendimento na faixa entre 4 e 6 salários mínimos (uma renda acima da média dos moradores do bairro). Isso indica um perfil de um morador com uma rede pequena e em nada diversificada, apesar de um rendimento alto para o padrão do bairro.

A concentração do vínculo na família é uma das características entre os indivíduos com certo nível de renda média em bairros de vulnerabilidade social, fazendo permanecer laços imediatos de sociabilidades com os vínculos primários. No entanto, Tiago não é um caso típico dos que fazem parte dessa faixa de renda e o tipo de sociabilidade que estabelece, já que, no geral, tal qual Marques (2012, p. 59) afirma, “pessoas com redes centradas na família possuem idade, escolaridade e renda abaixo da média geral”. No caso deste entrevistado é possível que sua trajetória pessoal traga informações relevantes para o entendimento da sua particularidade, como pode ser um recente processo migratório, uma fratura familiar, um empobrecimento recente, dentre outras situações.

O Gráfico 16 a seguir demonstra a quantidade de conexões dentro e fora do bairro dos entrevistados. O caso da entrevistada Emília, já analisada no gráfico anterior, é exemplo de como o total de conexões estabelecidas foi em torno do local de moradia, no bairro. Ela não indicou nenhuma pessoa como contato de relações sociais fora do bairro, caracterizando o alto localismo das suas redes de relações sociais. Da mesma forma, Andreia, Gisele e Anderson, com menos conexões indicadas do que Emília, caracterizam-se por estabelecer relações sociais com alto localismo. Em situação oposta só encontramos Paulo Roberto, André, Lídia e Julia, que possuem mais conexões fora do bairro de residência.

Gráfico 16: Localismo geral das conexões dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

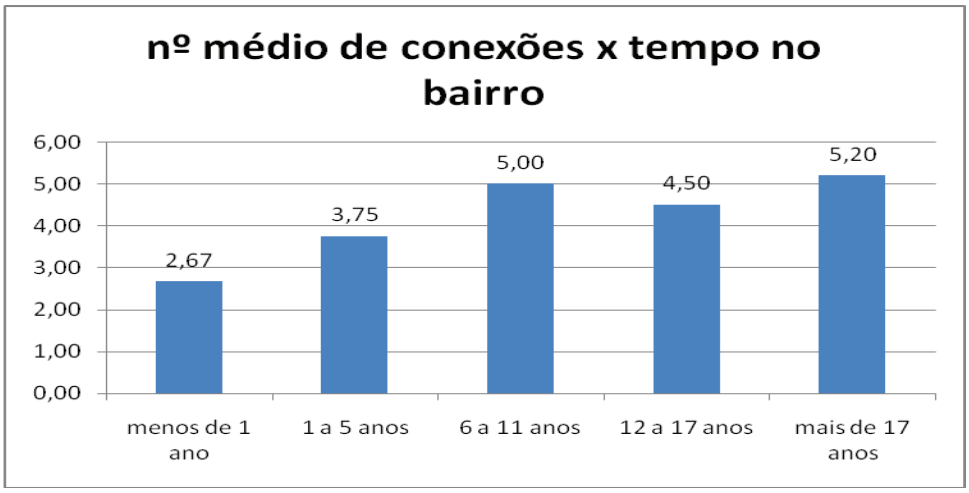
Este gráfico nos permite visualizar o localismo das redes a partir da presença de indivíduos externos à comunidade, como no seu interior. Anteriormente, pretendeu-se deixar claro que o localismo se relacionava diretamente com a renda familiar, e que quanto menos diversificada a rede se apresentava, mais se constatava a vulnerabilidade social dos indivíduos envolvidos.

No caso das conexões estabelecidas pelo entrevistado Paulo Roberto, de suas 10 conexões, 7 são externas ao bairro, e uma explicação a ser considerada pode se relacionar com a sua renda informada: de quatro a seis salários mínimos. Essa característica vem ao encontro da afirmação de que as redes de indivíduos em situação de vulnerabilidade tendem a ser bastante locais (Marques, 2010), mas, entre aqueles cujas redes de relações são mais diversificadas e com maior presença de conexões externas ao bairro, a renda tende a ser um pouco mais elevada.

A quantidade de conexões que os indivíduos estabelecem não necessariamente é o resultado direto de melhoras econômicas, mas sim o que permite possibilidades de acesso a outros grupos sociais, bem como a bens e serviços, informação, apoio emocional, solidariedade, entre outros aspectos. O caso específico de Paulo Roberto será retomado para análise posteriormente, bem como o de Emília, ambos como referências opostas sobre tipos de sociabilidades.

Ao analisar o tempo de moradia dos entrevistados, constatou-se que quanto maior o tempo que residiam no bairro, maior era o número de conexões estabelecidas, conforme se observa no Gráfico 17 (abaixo). O maior tempo de permanência morando no bairro indicado foi de 17 anos e uma média de conexões de 5,20. Entre os entrevistados que indicaram morar no bairro há menos de um ano, a média de conexões é de 2,67. Fica claro que, para o estabelecimento e manutenção das redes sociais, o tempo de permanência no bairro influencia positivamente, sendo mais um fator a considerar na formação do capital social desses indivíduos.

Gráfico 17: Comparativo entre tempo de residência no bairro x nº de conexões



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

4.2.1 Perfil dos casos selecionados para ARS

Com o propósito de analisar e caracterizar as redes de relações pessoais, considerando a sua heterogeneidade no contexto de estudo, foram selecionados três casos dentre os entrevistados com três tipos de redes, ou tipos de sociabilidades. Acompanham estes casos reflexões em torno às entrevistas realizadas no momento da aplicação dos questionários, com o objetivo de aprofundar as próprias análises dessas redes e de outros casos considerados relevantes. Os casos em questão materializaram com maior clareza os âmbitos de sociabilidade que remeteram ao fenômeno do localismo e da homofilia[28] em suas redes e a sua relação com o capital social. Importante considerar que estas redes de relações se desenvolvem em contextos específicos, e, nos casos estudados, um dos principais indicadores de desequilíbrio de capital social, como já se mencionou anteriormente, se reflete na expansão da violência e da vulnerabilidade social em determinados ambientes e centros urbanos, atingindo, fundamentalmente, a população mais jovem. A possibilidade de constituição de redes está estreitamente vinculada ao capital social, contribuindo as redes para incidir na elaboração de estratégias individuais e na construção de coesão ao interior dos contextos de

[28]Os moradores, e a própria análise, explicitaram a manifestação de violência no bairro, mas não houve na coleta dos dados uma associação manifesta entre violência, localismo e homofilia. Caso houvesse essa associação, ela provavelmente incidiria sobre as distinções de vínculos.

sociabilidades. Como afirma Bourdieu (1986), o capital social é um agregado de recursos, e neste sentido a combinação de atitudes de confiança com atitudes de reciprocidade e cooperação dizem respeito ao conjunto das características das redes de relações a serem observadas.

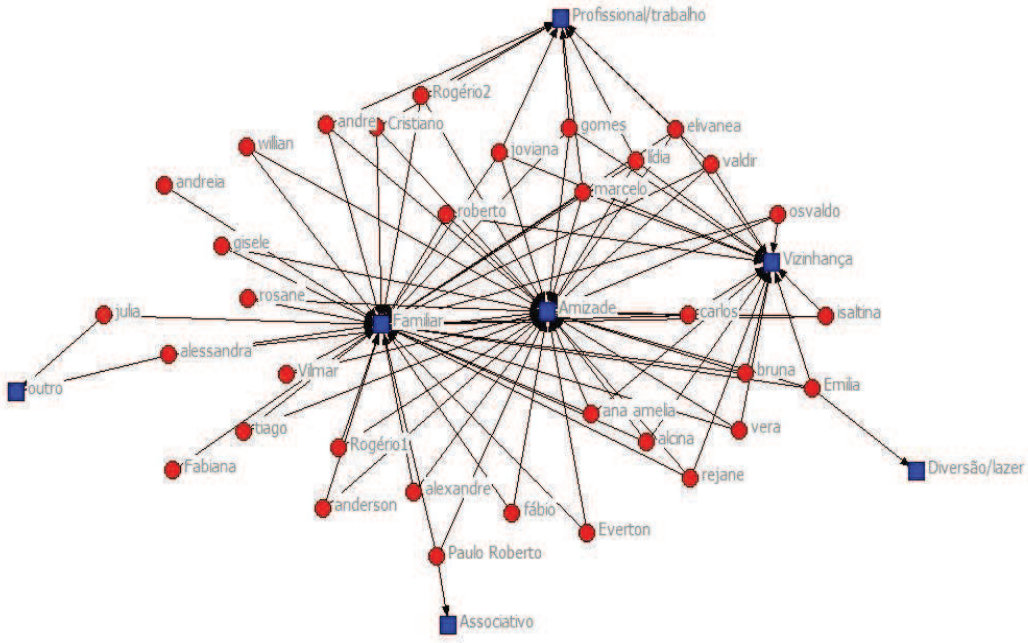
Com relação à confiança, como elemento constitutivo do capital social, uma das entrevistadas, Fabiana, uma mulher casada de 32 anos, mãe de dois filhos, um de 3 anos e outro de 5 anos, foi muito clara. No momento da entrevista, ela se encontrava desempregada há dois anos. Seu último emprego foi como empregada doméstica. Durante a entrevista, ela relatou que não se sentia insegura no bairro, mesmo sendo considerado um lugar muito violento. Dizia:

> "eu não tenho medo de morar aqui no bairro Vicentina, se for para dormir sozinha com as minhas duas crianças eu durmo, não tenho medo de assalto, aqui a gente faz amizade com os vizinhos e um ajuda o outro, avisa e chama a polícia se escutar algum barulho diferente, ou se ver alguém estranho pelo bairro"

As palavras de Fabiana nos levam a considerar o aspecto das redes e a construção de um capital social através da confiança e da solidariedade, as quais facilitam, neste caso, a proteção de condutas típicas da violência urbana e do bairro da residência em particular. Tal qual Portes (2000) menciona, pode-se considerar que Fabiana remete construção de uma rede de vizinhança que auxilia no controle informal das relações sociais (além das normas e legalidades), fazendo-se referência a certos códigos ou regras que são criadas entre os próprios vizinhos para a proteção individual e coletiva.

Deste modo, podemos observar no Gráfico 18 que as redes de relações sociais e sociabilidades estão divididas em três grupos principais: família, amizade e vizinhança. É importante destacar que, além das análises de redes com o Software Ucinet, foi também considerado o material decorrente das entrevistas realizadas na oportunidade da aplicação dos questionários, possibilitando condições de chegar a dados como a homofilia, o localismo, e a relação entre as redes de relações sociais e o capital social dos indivíduos. Para obter uma forma sistemática de analisar a sociabilidade nas redes, foi solicitado aos entrevistados que classificassem as suas conexões segundo âmbitos de sociabilidade resultado nos seguintes grupos: família, amigos, associativo, diversão/lazer, vizinhança e trabalho/profissional.

Gráfico 18: Distribuição das conexões das respostas nos grupos de conexão



Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

O âmbito de sociabilidade com maiores indicações de conexões é o da família, seguido imediatamente do âmbito de amizade. A sociabilidade marcada pela vizinhança foi a terceira mais indicada, e se apresenta em sintonia com um perfil de indivíduos considerados precários em termos gerais: precariedade de trabalho, em particular, quando se consideram os entrevistados, que, na maioria, têm respondido que são “autônomos” em relação a sua situação de trabalho ou emprego na atualidade.

Conforme mencionado anteriormente, em muitas ocasiões esta afirmação pode esconder uma condição social de subemprego e de instabilidade laboral, que termina evidenciando um traço de vulnerabilidade social. As relações entre vizinhos vêm contribuir para estratégias de sobrevivência que também se caracterizam por sua proximidade física, a homofilia e o localismo.

O agrupamento nestes três âmbitos de sociabilidade pode ser um fato histórico característico de espaços geográficos e sociais de vulnerabilidade social; no entanto estes âmbitos adquiriram cada vez maior relevância nos últimos anos a partir de uma série de mudanças econômicas e sociais que conduziram a um

crescente desemprego, pobreza e exclusão social. A limitação dos recursos, prestações de serviços e políticas assistencialistas foram levando, nos últimos cinco anos, a uma maior vulnerabilidade e riscos das situações de exclusão, centrados principalmente no mercado de trabalho e o endividamento das pessoas.

A partir disso, é importante considerar que os fenômenos da pobreza e da exclusão social estão estreitamente vinculados com a noção de vulnerabilidade relacional, entendida aqui como aquela situação individual e social gerada pela ausência ou fragilidade dos vínculos de inserção comunitária e em redes de relações extracomunitárias. A concentração nos três âmbitos de sociabilidade citados demonstra frágeis redes sociais de apoio que apenas permitem dispor de vínculos próximos e localizados, gerando a reprodução de redes marginalizadas e isoladas de mecanismos amplos de inclusão social.

Assim sendo, o primeiro caso que se apresenta é o de Paulo Roberto. Trata-se de um homem de 43 anos, morador do bairro há oito anos, que atua no momento como mecânico de veículos em uma oficina localizada fora do bairro em que reside. É casado e tem três filhos, que moram juntos na mesma casa. Numa casa nos fundos moram também seus sogros, os quais ele ajuda financeiramente. Possui uma renda familiar acima da média dos moradores do bairro, entre quatro e seis salários mínimos. Concluiu o ensino médio e fez o curso de mecânico, que foi fundamental para seu trabalho. A sua rede de relações (ver Gráfico 19 abaixo) se compõe de dez conexões, sendo sete delas fora do bairro. De suas dez conexões, oito estão concentradas no âmbito da amizade, uma na família e uma no âmbito do associativismo.

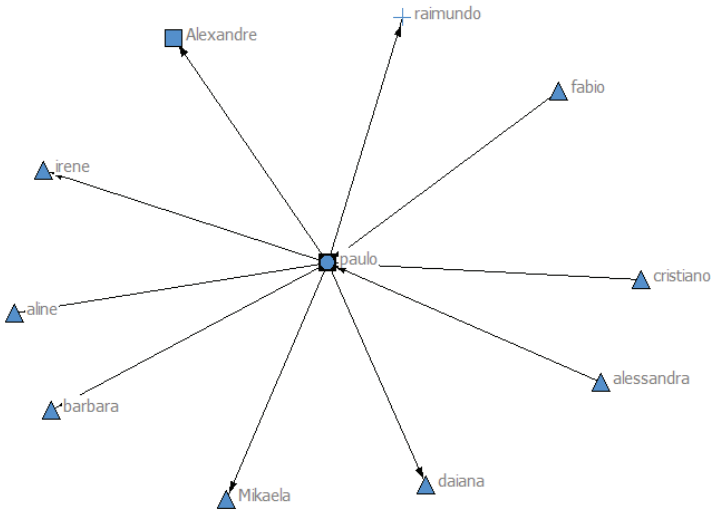
O caso de Paulo Roberto corrobora o que alguns autores estudaram sobre o capital social, ao destacar, primordialmente, exemplos positivos (agregados de recursos materiais e simbólicos), mas também efeitos “negativos”, tal qual Portes (2000) menciona quando o capital social restringe a liberdade individual e leva à nivelação do grupo e quando se transforma em exigências excessivas a seus membros. Com relação a este último, pode-se considerar que Paulo Roberto seja exigido, como membro do grupo familiar, a contribuir e mobilizar recursos, levando a restrições na capacidade individual de encontrar saídas a situações socioeconômicas cotidianas. Na entrevista ele manifestou:

“Eu consegui trabalhar fora do meu bairro com muito esforço, fiz um curso de

mecânica graças a ajuda de um primo. Hoje consigo sustentar a minha família e ajudo a minha sogra e meu sogro, que moram nos fundos da minha casa. Meu salário não dá para nada, preciso sustentar sete pessoas, mas tá bom, imagina se eu não tivesse trabalho! “

Neste caso, o capital social se pode entender como consequente a uma rede de relações ou laços sociais fortes que podem atuar como “limitadores” da ação individual e social. A família, para Paulo Roberto, pode até ser o âmbito dos laços afetivos e primários, fontes de valores individuais, mas também, um âmbito que restringe novas possibilidades para a expansão do seu próprio capital social e o estabelecimento de novas redes de relações sociais.

Gráfico 19: Rede Ego do entrevistado Paulo Roberto



Legenda: ■= família ▲= amigos +=associativo ● =diversão/ lazer ▼vizinhança

Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

De todos os modos, de todos os entrevistados, Paulo Roberto é o que mais se distancia do perfil majoritariamente encontrado. Apresenta nível educativo médio-alto para os padrões do bairro de residência, a maioria de suas conexões indicadas são externas ao bairro, a sua renda está em um patamar de certo privilégio se comparada com os demais entrevistados, o que leva a considerar que seus vínculos

não se enquadram na compreensão de localismo e homofilia.

Uma condição interessante na rede de Paulo Roberto é o fato de que três nós (Alessandra, Cristiano e Fábio) são outras pessoas entrevistadas no bairro que mencionaram seu nome. Embora não tenham sido referenciadas por ele em sua entrevista, as conexões são válidas e podem ser considerados laços fracos, tendo em vista não haver reciprocidade por parte de Paulo Roberto. Também é interessante que os três entrevistados se referem a sua conexão com Paulo Roberto como “amizade”.

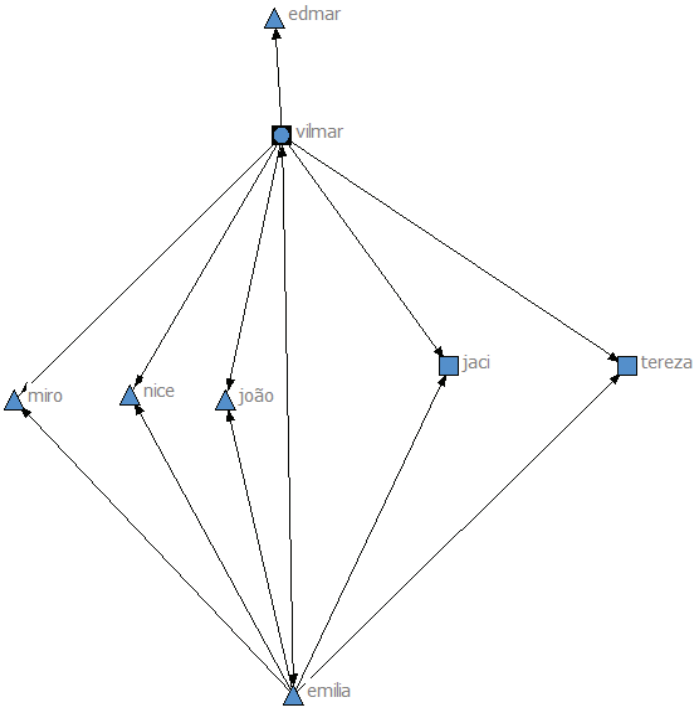
A característica da sua rede de relações sociais permite considerar a sua influência direta da sua condição de vida socioeconômica e de como as circunstâncias relacionais em contextos de vulnerabilidade podem ser fatores diferenciadores para superar eventuais situações adversas. Contatos externos ao bairro possibilitam a elaboração de novas redes de relações, atuando como fatores positivos para poder reduzir os impactos próprios da situação de vulnerabilidade social vivenciada.

O segundo caso a ser analisado é a rede de Vilmar. Ele é um homem de 50 anos de idade e que mora no bairro há mais de dez anos. Ele concluiu apenas o Ensino Fundamental, e atualmente trabalha como pedreiro, ganhando entre um e três salários mínimos. É divorciado, tem dois filhos da primeira esposa e, atualmente, mora com outra companheira e com mais um filho. A sua rede de relações sociais (ver Gráfico 20 abaixo) se compõe de sete conexões, sendo seis delas dentro do bairro. De suas sete conexões, cinco estão concentradas no âmbito da amizade, e duas na família.

O caso de Vilmar indica que indivíduos com uma sociabilidade centrada na amizade, e que se combina com uma baixa escolaridade e renda inferior à média do bairro tendem a apresentar altos índices de localismo. As suas conexões, inclusive, se apresentam com características socioeconômicas e culturais semelhantes às dele, já que suas amizades e familiares vivem e compartilham seu cotidiano no mesmo bairro. O localismo, como uma característica dos tipos de relações sociais, sugere que as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e relacional apresentam capital social baixo. Isso interfere diretamente nas escassas capacidades disponíveis para poder ampliar as redes de relações e mobilizar novos recursos materiais na saída da situação de vulnerabilidade vivenciada.

A respeito disso, Martí (2006) afirma que o sujeito que se encontra em situação de isolamento, ou que dispõe de uma rede com laços fracos de apoio, não está disposto a adquirir vínculos de inserção comunitária devido, inclusive, a possíveis agravamentos de preconceitos territoriais preexistentes, as exclusões herdadas (pobreza familiar, estigma étnico). Assim, a situação de vulnerabilidade relacional se corresponde a uma situação de inserção em redes frágeis e pequenas, locais e com fracas conexões externas, como se pode constatar no caso da rede de relações de Vilmar.

Gráfico 20: Rede Ego do entrevistado Vilmar



Legenda: ■= família ▲= amigos +=associativo ● =diversão/ lazer ▼=vizinhança

Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

Interessante destacar que Vilmar indicava amigos que também eram vizinhos do bairro, aportando uma característica a mais à sua rede: de proximidade afetiva (amizade) e instrumental (vizinhança) que parecem se confundir. Isso demonstra como um tipo de sociabilidade iniciada em um âmbito pode evoluir para outro (da vizinhança para a amizade, por exemplo), levando a considerar, ainda com mais intensidade, como a rede de relações estabelecidas aprofunda a característica do localismo e da homofilia.

A rede social de Vilmar só vem a confirmar o pouco diversificado capital social acumulado e a vulnerabilidade relacional na qual se encontra, já que todo seu capital social construído não transcende as fronteiras do bairro de residência e as suas relações mais próximas de amigos/vizinhos do bairro e alguns familiares. Uma das conexões no âmbito da amizade de Vilmar é Emília, com a qual compartilha a maioria dos seus contatos. Emília também é um nó da rede de Vilmar que apresenta reciprocidade, pois as linhas de conexão direcionam-se para ambos os sentidos.

O terceiro caso selecionado é o de Emília, uma mulher de 44 anos de idade, mãe de duas filhas, e chefe de família, pois o ex-marido saiu de casa quando as filhas ainda eram muito pequenas. Sem trabalho naquele momento, começou a fazer faxinas e deixava as filhas na casa da mãe em virtude da inexistência de vagas na creche do bairro. Estudou até o ensino fundamental, sua renda está entre um e três salários mínimos, nunca conseguiu auxílio do governo, porém está inscrita para receber o “Bolsa Família” e mora numa casa nos fundos da casa da mãe.

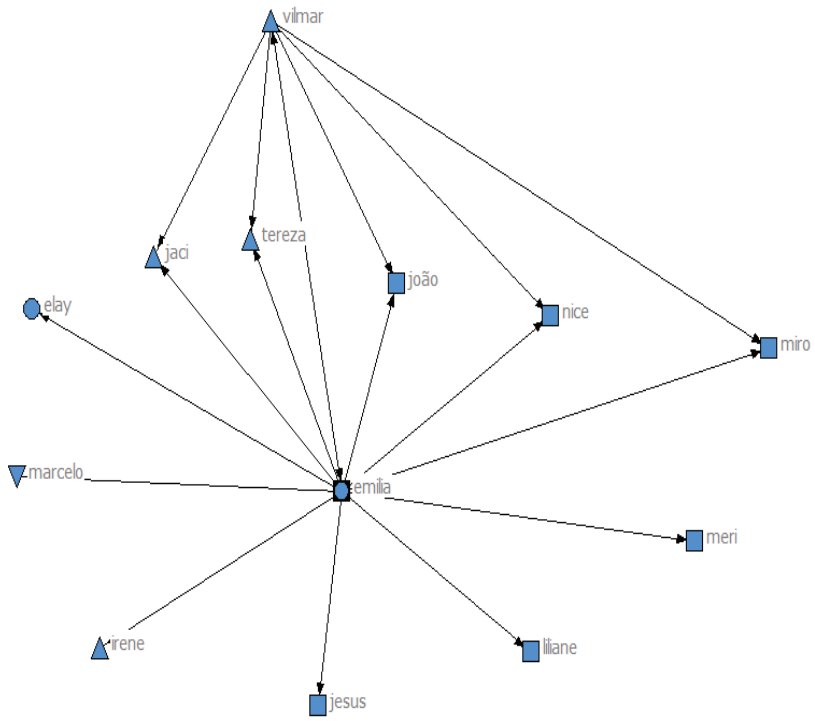
É uma mulher batalhadora que representa muitas das mulheres entrevistadas: mulheres que criam sozinhas seus filhos e com muita luta, às vezes com a ajuda da família e amigos. Muitos dos pais dessas crianças não pagam pensão alimentícia, somando ao número de problemas econômicos que vivem. Porém Emília e muitas das outras entrevistadas estão ali com muita garra e determinação, com grande vontade de “vencer na vida” com a força que os filhos lhes dão.

Em suas palavras relata que só conseguiu uma vaga na creche para suas filhas depois de muita ajuda.

> “lutei muito para conseguir vaga na creche do bairro para minhas filhas, fui várias vezes no CRAS Oeste, só depois de conversar com uma amiga da minha mãe que tinha mais conhecimento sobre estas coisas, me disse que era para ir no ministério público para pedir a vaga na creche, e foi assim que as minhas filhas começaram na creche, no próximo ano a mais velha já vai para escola normal”

Emília tem 12 conexões, o maior número de todos os entrevistados (ver Gráfico 20 abaixo), porém todas as suas relações sociais estão localizadas dentro do bairro de residência: sendo elas seis centralizadas na família, quatro em amizades, uma na vizinhança e uma em diversão/lazer.

Gráfico 21: Rede Ego da entrevistada Emília



Legenda: ■= família ▲= amigos +=associativo ● =diversão/ lazer ▼=vizinhança

Fonte: Elaboração própria a partir de material empírico coletado (2018).

A rede de relações de Emília é exemplo do tipo de sociabilidade que se dá com frequência em contextos de vulnerabilidade social, em que a família se constitui em unidade social básica de cooperação e sobrevivência socioeconômica. Emília estabeleceu uma rede de relações de pouca diversidade, embora relativamente extensa, característica de indivíduos de renda familiar e escolaridade baixas, que se concentrou em procurar estar o menos exposta possível aos diferentes tipos de precariedade social e econômica.

A incerteza para conseguir trabalho pode ser uma explicação para a necessidade do apoio familiar, principalmente para os cuidados das suas filhas, já que relatou que “no momento” estava trabalhando como doméstica e que às vezes passava tempos sem poder conseguir um trabalho.

Ao observar a rede social de Emília, é possível reafirmar que existe uma forte relação entre a família e o capital social. A cooperação, a reciprocidade, a base de sustentação biológica estão na base do vínculo familiar quando os entrevistados o

indicam como importante em diferentes situações do seu dia a dia, e não só para cuidar dos filhos (como seria no caso de Emília), mas também para outro tipo de atividades, como as de diversão e lazer, como também se indicam, frequentemente, com membros da própria família (Fukuyama, 1999).

Como mencionado anteriormente, a rede de Emília também compartilha cinco nós da rede de Vilmar: dois nós (Jaci e Tereza) são amigos de Emília e parentes de Vilmar; e três nós (João, Nice e Miro) são parentes de Emília e amigos de Vilmar. São então duas famílias moradoras do bairro que compartilham suas vivências através de laços afetivos (amizades).

A rede de Emília também se conecta com a rede de Paulo através de um nó (Irene), que é mencionada em ambas as entrevistas no grupo de amigos. Considerando que Paulo é o entrevistado com grande potencial de contatos fora do bairro, esta ponte de intermediação poderia constituir-se em possibilidade de acesso aos ativos sociais por parte de Emília.

Uma rede de relações centrada na família, com excessivos laços familiares, pode ter, em ocasiões, consequências negativas para os indivíduos. No entanto, no caso de Emília, tem um valor significativo. É igualmente importante destacar que fora da família, Emília tem quatro conexões com base na amizade e apenas uma indicação no âmbito da vizinhança. Estas conexões são todas no próprio bairro, caracterizando a rede de relações de Emília como verdadeiramente restrita e pouco diversificada. Sendo assim, as redes de relações apresentadas por Emília permitem pensar sobre algumas análises realizadas por Fonseca (2002) ao tratar sobre a família contemporânea. Ela enfatiza a importância que ainda têm as relações familiares, de uma maneira ou de outra, na atualidade, ocupando um lugar de destaque na maneira como a maioria de nós vemos e vivemos o mundo. Quando se fala em família, podemos chamar a uma série de valores e costumes que dota as pessoas de uma identidade, e a vida dá um sentido que não teria uma explicação sem a sua consideração. Assim, além dessa função simbólica, a noção de família, quando relacionada no dia a dia, deveria desempenhar, tal qual Fonseca (2002), um papel prático na formulação de políticas públicas.

Por outro lado, se o amor é visto com significado importante na relação de um casal, a separação conjugal aparece não como um simples rompimento problemático, mas sim como um acontecimento em consequência a casos em que o amor romântico enfraqueceu. Neste sentido, a família acaba por ser entendida como

funcional na medida em que proporciona a cada um de seus membros as condições para seu crescimento pessoal, psicológico, afetivo e social. Mas esse suposto enfraquecimento do amor romântico não somente teria feito do fim de algumas relações entre casais e familiares algo mais lógico, mas também tolerou a legitimação de formas familiares que até de modo recente não eram aceitas. Em suas palavras, Fonseca (2002, p. 7) afirma:

> No Brasil, há indicações de que a rede consanguínea nunca deixou de ser relevante. A importância da parentela extensa aparece com nitidez em grupos populares onde, diante das difíceis condições de vida e frequente separação conjugal, as redes de ajuda mútua tornam-se indispensáveis. Porém, mesmo nas camadas médias onde, em princípio, o ideário individualista é mais destacado, a falta de equipamentos públicos (creche, escola em tempo integral...) obriga o jovem casal a depender dos pais, tios, primos e irmãos para cuidar dos filhos e amparar nas demais rotinas do dia a dia".

Essa nova solidariedade, se assim podemos chamar, também evidencia um aspecto prático. Por exemplo, conforme Fonseca (2002), na França, os jovens, quando têm dificuldades em encontrar um trabalho ou quando querem se dedicar mais aos estudos acadêmicos e consequentemente se casando mais tarde, tendem a ficar mais tempo na casa dos pais, se compararmos com gerações anteriores. Ou até mesmo quando terminam um relacionamento, procuram abrigo na casa de seus parentes consanguíneos, onde sempre encontram.

No entanto, alguns pesquisadores em análise no âmbito europeu insistem que as relações de parentesco servem muito mais do que para fins utilitaristas – funções essas que, naquele contexto, têm sido controladas em grande medida pelos serviços do Estado. Mas essa não é a realidade brasileira, e muito menos com pessoas em situações de vulnerabilidades. Um fator que determina relações familiares serem maiores que as de outro tipo se deve a que, na maioria das vezes, as mulheres trabalham fora em jornadas bastante longas e manifestam que não têm demasiado tempo para cultivar relacionamentos com vizinhos e amizades; referência semelhante à pesquisa desenvolvida por Claudia Fonseca (2002, p. 9) sobre as famílias populares contemporâneas.

Considerando as características da rede de relações, de significativo número de conexões com relação aos outros entrevistados, bem como o relatado a respeito do acesso à vaga na creche para as filhas, realizada por intermédio de uma amiga da sua mãe, resulta importante atribuir ao "potencial de informação" a principal

característica do capital social da Emília. Coleman (1988) afirmava, justamente, que um modo importante de capital social é a informação que herdamos em nossas relações sociais, e que essa informação é uma importante base para a posterior ação. Emília conseguiu o acesso à vaga para a creche pelo esforço e dedicação de "ir atrás", mas esta ação é o resultado de um potencial de informação que possuía através da sua rede de relações e capital social construído, seja em torno a conexões com a família como com a rede de amizade.

Sob este cenário, os âmbitos de sociabilidade da família, da amizade e da vizinhança se converteram em estratégias de sobrevivência a partir de explorar as redes de apoio mais próximas, trazendo um elemento bastante interessante: a importância das mulheres nestes contextos de vulnerabilidade social.

Entre as entrevistadas, praticamente todas as mulheres elaboraram as suas redes de relações em torno ao âmbito familiar, e isso evidenciaria um papel central que cumprem nos lares: cuidados com os filhos, trabalho fora de casa, trabalho em casa, e, às vezes, a necessidade de amparar o seu companheiro desempregado e a outras pessoas dependentes (mãe, pai, irmãos).

Esta situação de acúmulos de funções por parte das mulheres tende a construir um cenário que se tem denominado por "feminização da pobreza", algo que está profundamente ligado a uma dimensão relacional da vulnerabilidade social na medida em que a "familiarização da exclusão" é uma consequência da saturação das redes de apoio e uma sobrecarga delas (UAB, 2006, p.27). Assim, durante a aplicação de um questionário a uma mulher chefe de família, ela comentava:

> "tenho três filhos e é muito difícil criar sozinha as crianças. Minha mãe e minhas irmãs têm me ajudado e me ajudam muito com as crianças e com até mesmo com comida. Às vezes não tenho o que dar para as crianças comerem, se não fossem elas, nem sei o que seria de nós".

Embora se compreenda que exista um alto grau de capital social no âmbito da família, fora dela há uma relativa pobreza. Assim, o alto índice de localismo e de homofilia da rede de Emília, por exemplo, leva a considerar o alto preço que está pagando: a vulnerabilidade relacional, a impossibilidade de estabelecer contatos que transcendam seus vínculos imediatos de sociabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desta pesquisa, com estas características particulares do bairro Vicentina na cidade de São Leopoldo, me deparei com verdadeiros desafios pessoais, ao ter ingressado em um bairro considerado de alta vulnerabilidade social, com índices socioeconômicos, educativos e sobre violência, que tem chamado muito a atenção. Não que tenha me trazido surpresas pessoais com relação ao que poderia ver ou vivenciar, mas sim com relação a poder chegar perto de uma realidade vivida por muitas pessoas que, de fato, às vezes, se toma contato “de longe”, “à distância”, por meio das notícias nos jornais e as informações que circulam na própria cidade. A experiência pessoal na aplicação dos questionários, nas visitas a muitas famílias, na possibilidade de ter conversado por vários minutos com muitos moradores do bairro trouxe muita riqueza pessoal e para a realização, principalmente, desta pesquisa, permitindo ampliar um pouco a compreensão de tudo que rodeia a temática da exclusão social, a pobreza e a vulnerabilidade social; a compreensão melhor das redes de relações sociais e o capital social, temáticas que representaram o eixo desta pesquisa de doutorado. Entrar no território do bairro Vicentina para a realização da pesquisa empírica trouxe uma perspectiva interessante e complementar à pesquisa de caráter qualitativo na análise das redes de relações sociais. Por exemplo, percebeu-se que as características pessoais dos próprios entrevistados com relação à sua situação socioeconômica, ao nível educativo, ao acesso à saúde, ao acesso à educação, dentre outros fatores, são mais ou menos semelhantes entre eles, não havendo, no geral, diferenças significativas com relação a estar vivenciando uma situação comum de vulnerabilidade social e no mesmo espaço geográfico da cidade. Vicentina se apresentou como um bairro bastante homogêneo nesse sentido, apesar das diferenças aparentes nas imagens urbanas e nas construções das casas, no uso de materiais distintos.

O que resultou muito significativo para todos os entrevistados, percebido nas conversações decorrentes na aplicação dos questionários, é que o tema da vulnerabilidade social está intimamente relacionado ao tema da violência. Vicentina se apresenta como um bairro violento, apesar de que nem todos tivessem presenciado episódios envolvendo situações violentas ou que se associassem a

algum delito concreto. No entanto, o tema da violência foi o principal a ser destacado por todos os entrevistados, e que, sem dúvida, se relaciona com um traço fundamental das características da vulnerabilidade social de uma região da cidade. A presença recente, por exemplo, de facções criminosas, de delitos de vários tipos, como roubos e furtos, somados à violência de ações policiais, leva a que, na percepção, no imaginário das pessoas, de praticamente todos os vizinhos, dos moradores do bairro, a violência se constitua em um problema central a ser resolvido e que, segundo se percebe, está vinculada às dificuldades de poder desenvolver alternativas de sobrevivência perante a exclusão social e a pobreza. Pareceria que a sensação de insegurança dos moradores levasse a que mais “medos” urbanos surjam (Bauman, 2001) e assim as suas redes de relações terminam sendo feridas na sua possibilidade de ampliação e consolidação.

Mas, fora de que isso fosse um denominador comum, e de que também as características socioeconômicas e características de níveis educativos eram semelhantes, se pode constatar como, a partir da formação das suas redes de sociabilidades, existiam entre eles algumas diferenças importantes a serem destacadas com relação a como construíram as estratégias individuais e, às vezes, familiares, para poder amenizar e diminuir essa situação de vulnerabilidade social. É justamente este um ponto de reflexão a ser considerado de importância: tudo indicaria que a noção de vulnerabilidade social parecia uma noção um pouco restrita, e não permitia conseguir entender por que pessoas que estavam na mesma situação social e econômica, vivendo sob as mesmas situações ambientais e com semelhantes níveis educativos, tinham desenvolvido melhores condições de poder diminuir ou amenizar situações adversas do ponto de vista da sobrevivência cotidiana e do ponto de vista do acesso a bens materiais e a bens simbólicos. Como alguns, por exemplo, podiam acessar um emprego, nem que seja de pouca exigência de qualificação profissional, e outros não, apesar das suas mesmas condições sociais, econômicas e educativas? Foi aí que, precisamente, a pesquisa foi em busca de ver como é que a construção de redes de relações sociais e de sociabilidades estava, de certa forma, alimentando a construção do que se denomina capital social, e que esse capital social seria determinante para poder compreender como, apesar da situação de vulnerabilidade social em comum, conseguiram de certa forma também poder desenvolver melhores estratégias para amenizar e diminuir situações adversas de exclusão e pobreza.

Interessante destacar também que, nos momentos da aplicação dos questionários, se considerou oportuno realizar entrevistas em uma região muito particular do bairro Vicentina, por se tratar de um espaço ainda mais vulnerável, se partirmos de uma simples observação externa. Trata-se da região denominada de ocupação “Olaria”, um espaço com construções de casas pequenas em madeira, todas muito juntas, com serviços públicos no geral precários. As famílias que ali estavam morando ocuparam o local aproximadamente há cinco anos, sendo um terreno vazio e grande sem utilidade no momento. Cheguei a conversar com a representante dessa ocupação brevemente. Era uma mulher jovem, com certo nível de instrução e, principalmente, mais informada sobre os caminhos a serem seguidos para solicitar auxílios ou ajudas ao poder público caso haja necessidade por algum dos moradores. Apesar de não parecer muito solícita nas respostas do questionário, pois parecia um pouco incomodada com a situação (estava em uma “ocupação” de um terreno), percebi que sua situação de vulnerabilidade social era semelhante à de outros entrevistados, mas que essa pobreza socioeconômica não ocultava sua capacidade de estabelecer uma rede de relações sociais e de capital social que a levariam a, por exemplo, conseguir empregos formais ou informais. Ou seja, fora a situação de pobreza e vulnerabilidade de moradores desta “ocupação” no bairro Vicentina, percebe-se que igualmente a construção de capital social se apresenta muito importante para superar situações adversas da vida cotidiana.

A partir disso, a noção de vulnerabilidade social não parecia plenamente explicativa do fenômeno da exclusão e da pobreza. Por isso, nesta pesquisa, o que se propôs é tentar compreender que, quando estamos falando de vulnerabilidade e todos os elementos que a compõem, estamos na verdade falando de um fenômeno mais complexo, e que exige principalmente observar as formas das sociabilidades e o estabelecimento das redes de relações sociais entre os indivíduos que fazem parte dessa situação concreta. A pobreza e a exclusão social estão muito mais relacionadas à incapacidade e limitações de poder estabelecer relações sociais e a conformação de um capital social por parte dos indivíduos, do que a meros cálculos socioeconômicos sobre a sua situação de vida. A pesquisa desenvolvida se inseriu nas discussões próprias das relações entre capital social e vulnerabilidade social, sob a premissa de que quanto mais densa e diversificada seja a rede de relações sociais que se estabelecem, maior a chance do desenvolvimento das capacidades individuais e superação de situações sociais de vulnerabilidade. Seria a pobreza de

capital social, aparentemente, mais determinante para definir a exclusão e vulnerabilidade social do que os fatores socioeconômicos e materiais? Ao referir-se ao tema da exclusão social, se deixou claro que enfatizar um dos eixos da combinação, como o econômico-financeiro, resulta uma metade do esforço para que se melhorem as condições de vida da população. Argumentou-se que, enquanto não se introduzisse a variável social, a dimensão relacional, a integração social de um indivíduo não pareceria completa, já que de uma situação de exclusão se migraria para uma de segregação. Sem vínculos sociais duradouros, a integração social seria de baixa intensidade (UAB, 2006).

Pesquisar padrões de relações sociais e de sociabilidade sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade social permitiu ter em consideração um equilíbrio necessário entre duas perspectivas de interpretação sobre o tema. Por um lado, interpretações sobre exclusão social, pobreza e vulnerabilidade que derivam de dinâmicas estruturais, em geral determinadas pela economia e o mercado de trabalho; enquanto, por outro lado, de uma perspectiva individualista, que considera a pobreza, por exemplo, como simples resultado de atributos pessoais e comportamentos e tomada de decisões individuais. O desafio empreendido não pretendeu substituir a importância da ação individual ou de processos estruturais e sociais, mas contemplá-los no contexto da pesquisa, no contexto do bairro Vicentina e dos indivíduos pesquisados. Nesse sentido, considerou-se importante que, para o estudo da vulnerabilidade social, é necessário incorporar o método de análise de redes sociais (ARS), na medida em que permite compreender os padrões de relacionamentos derivados da estrutura socioeconômica e da ação dos indivíduos em determinados contextos. Consequentemente, como bem lembra Marques (2010), as relações sociais fazem parte do conjunto de elementos que constrói as condições de vida dos indivíduos em sentido multidimensional, e que combinam estratégias e tomadas de decisões para superar situações adversas da vida cotidiana. Mas o espaço que ocupam as relações sociais na reprodução da exclusão social e da pobreza não se limita a uma simples observação dos padrões ou tipos de redes que se estabelecem; existe a necessidade por compreender as características do capital social que estas geram. Considerando isso, um primeiro ponto a ser analisado sobre a pesquisa desenvolvida diz respeito ao seguinte: que as redes sociais de indivíduos em situação de vulnerabilidade social que foram pesquisados se apresentaram com escassa heterogeneidade, muito localizadas e com alto grau de homofilia.

A ampla maioria dos entrevistados (70%) respondeu que suas conexões diretas estavam restritas ao espaço geográfico e social do bairro, do local de residência. Assim, um elemento central da elaboração das redes e sociabilidades é o localismo. Ao mesmo tempo, a maioria dos entrevistados também manifestou que seus contatos estavam restritos a vínculos com pessoas de seu próprio grupo, por exemplo, com a família. Assim, entre os indivíduos pesquisados, se pôde observar que o localismo e a homofilia são fatores que estariam condenando a piores condições sociais, pela possibilidade de ter menos acesso a bens e serviços materiais e simbólicos, devido ao restrito contato com redes de relações externas. No entanto, a relação entre o estabelecimento de redes e a situação de vulnerabilidade social é complexa e não permite considerar, tão simplesmente, que a vulnerabilidade e a pobreza possuem um padrão semelhante entre todos os indivíduos que têm as mesmas características socioeconômicas. Trata-se de estratégias na elaboração de um capital social que estão relacionadas ao tipo de rede em questão.

Um exemplo importante é o tipo de rede construído em torno à família, que entre os entrevistados representou 43% das conexões. De fato, a importância atribuída às sociabilidades centradas na família sugere também a importância dada aos laços fortes de pertencimento e de proteção, à construção de um “nós” que sirva como fortaleza perante os medos e desafios típicos de uma realidade em que a insegurança é algo vivenciado intensamente por aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por isso, por mais que a família possa fazer compreender que se trata de um típico caso de homofilia, também se pode compreender que, no contexto concreto pesquisado, representa um ponto de apoio individual forte e de importância, constituindo-se em uma rede que cumpre com uma função estratégica importante. Fora a importância das relações territoriais (localismo), afirma-se, seguindo o raciocínio desenvolvido por Wacquant (2006) no seu estudo sobre a marginalidade urbana, que entre os indivíduos pesquisados se observou uma clara tendência a “retirar-se” para a esfera privada da família (e dos vínculos mais próximos) como forma de resolver um dilema: por um lado, um reforço do sentimento de vulnerabilidade acompanhado pela procura de realização pessoal e a “saída” da situação que se vive; e pelo outro, a busca por segurança pessoal nos grupos mais próximos de pertencimento. Este dilema e tensão marcam as características do tipo de estratégias de sobrevivências a partir da exploração dos

recursos familiares e as redes de apoio mais próximas, e que também têm contribuído, em ocasiões, como já foi dito anteriormente, para piorar a “feminização da pobreza”, já que são as mulheres as que acumulam as cargas dos cuidados do lar, dos filhos, de outras pessoas dependentes, e ainda mantêm a rotina de trabalho fora de casa. Este tipo de redes indica o sintoma da familiarização da exclusão social como consequência de uma saturação dessas redes de apoio e a sua sobrecarga.

A dimensão espacial do localismo diz respeito a um padrão de relação social que ocorre em seu local de moradia. Trata-se de uma característica que, junto à homofilia, remete a considerar importantes dois aspectos derivados dos questionários e entrevistas: o da mobilidade e o da importância da informação por parte dos indivíduos fazendo parte de distintos tipos de redes. A vulnerabilidade social aqui está muito ligada à escassa mobilidade das pessoas, devido ao difícil transporte, principalmente pelo preço da passagem, o que dificultaria a circulação por outas regiões da cidade, dado interessante em que mais da metade dos respondentes (55,56%) indicaram que trabalham no bairro de residência. “Sair do bairro”, segundo relatos de vários moradores, apresenta-se como um verdadeiro desafio. Por outra parte, esta circunstância da vulnerabilidade tende a se problematizar quando as redes sociais estabelecidas se encontram estigmatizadas como resultado da extensão de preconceitos no território, em referência à noção de estigmatização territorial de Wacquant (2006). Assim, os laços sociais geograficamente localizados no bairro terminam sendo pontos negativos para a ampliação do capital social.

Através da entrevista realizada com a Emília é que se observa a importância da informação na construção de um capital social relacional para indivíduos em situação de vulnerabilidade. Por isso, o capital social compreende tanto a rede como os bens que poderiam ser mobilizados através dela, e Emília demonstra como o bem imaterial da informação é um recurso importante na elaboração de estratégias para obter benefícios concretos. Lembra-se o caso da vaga na creche para suas filhas, conseguida através da amiga de sua mãe, e que demonstra o papel que possui o capital social para obter informação, recursos e oportunidades.

Na presente pesquisa se considerou a dimensão relacional como um eixo que atravessa as diferentes manifestações dos processos de exclusão social e pobreza, procurando ir além de explicações estruturais ou socioeconômicas destas

manifestações, e de explicações que recaem na atuação dos indivíduos de maneira isolada. Para isso, se introduziu a noção de vulnerabilidade relacional para se referir à série de fatores que intervêm na dimensão relacional da exclusão social, naquilo que diz respeito a sociabilidades e a sua relação com o ambiente em que se produzem. Assim, por vulnerabilidade relacional se identifica aquela situação gerada por ausência ou debilidade dos vínculos de inserção social ou comunitária, na medida em que os indivíduos se encontram em situação de isolamento ou dispõem unicamente de uma rede social de apoio frágil e que não permite estabelecer vínculos além dos que estabelecem com seus pares.

O que se tem constatado, além de uma saturação das redes de apoio familiar e de outros tipos de laços próximos, é um enfraquecimento das redes sociais entre indivíduos que vivenciam uma situação de vulnerabilidade social, como é o caso das pesquisadas no bairro Vicentina. Observaram-se redes sociais, no geral, muito reduzidas aos espaços de residência dos entrevistados, estabelecidas entre o grupo de pares dos indivíduos e, assim, marcadas pela escassa mobilidade e diversificação. As redes são muito homogêneas e com escassa integração social e comunitária, conduzindo a uma clara fragilização dos vínculos sociais. Existe um fator importante que pode determinar, em parte, a característica deste tipo de sociabilidade em situação de vulnerabilidade: a sensação de insegurança e de violência que os moradores do bairro exteriorizam não podem ser deixadas de lado. A violência foi tema recorrente entre os entrevistados, levando a pensar que muita importância tem na hora de refletir acerca da situação de vulnerabilidade relacional entre os moradores do bairro pesquisado.

No geral, as políticas públicas que tratam o combate à pobreza e à vulnerabilidade social não têm incorporado a dimensão relacional da exclusão social. Neste sentindo, para entendermos melhor a relação entre políticas públicas, exclusão social e redes, se torna necessário incorporar a dimensão relacional da exclusão como um problema emergente nas agendas das políticas sociais. Isso não significa procurar substituir as políticas sociais tradicionais, já que continuam sendo relevantes políticas sociais universais para a superação da pobreza. Dada a força do mecanismo associado ao ambiente de ensino, a promoção de acesso ao ensino superior entre os mais pobres e as políticas recentes de transferências de renda terminam influenciando, de forma direta, a elaboração de dinâmicas relacionais muito importantes, quer dizer, a construção de redes de relações sociais. Também é

evidente a importância das dinâmicas do mercado de trabalho, com a promoção do emprego, principalmente entre os mais jovens, bem como com iniciativas de políticas pontuais de profissionalização para o acesso ao trabalho no novo contexto das novas tecnologias. O que se pretende sugerir aqui é que as iniciativas do Estado para a elaboração de políticas públicas de combate à exclusão social devam absorver as redes sociais e incorporar interpretações relacionais nas políticas. Assim, considerando que as redes sociais influenciam as situações de pobreza, as políticas públicas podem interagir com elas e considerá-las de forma efetiva. As políticas podem tirar proveito para a implementação de determinados tipos de redes individuais existentes em bairros pobres de contextos urbanos e em situação de vulnerabilidade, partindo da ideia de que o capital social pré-existente entre determinados indivíduos poderia justamente ativar a elaboração de novas agendas na elaboração de políticas públicas que tendam a combater a exclusão social e a pobreza.

Tal qual analisado nesta pesquisa, podem fazer sentido políticas públicas de combate à vulnerabilidade social que envolvam incentivos à construção de certos tipos de redes ou ao combate de certas formas de relações que têm tornado as sociabilidades restritivas de interação em contextos diversificados e mais ricos. Deve-se levar em conta que essas políticas tenderam mais a construir interações do que relações, quer dizer, apenas simples contatos, diferentes das redes de relações que possibilitem sociabilidades de novo tipo e saídas das situações de vulnerabilidade social. No entanto, embora políticas desse tipo possam gerar consequências positivas, incentivando os indivíduos a interagir e construir laços, expandindo suas redes, isso não significa mais do que o aumento quantitativo dos contatos.

Pensa-se que os fatores que devam ser incentivados estão relacionados a sociabilidades menos locais e homofílicas, e que possam gerar contatos com indivíduos diferentes, espacial e grupalmente. Considera-se que uma maior variabilidade da sociabilidade geraria maior acesso a informações e melhores oportunidades para aqueles indivíduos que necessitam de ajuda e do acesso a bens e serviços socialmente acessados. Incorporar na definição de políticas públicas o ciclo vital que atravessa o indivíduo, atendendo as necessidades relacionais em cada etapa da sua vida, poderia ser um caminho inicial importante, principalmente quando se focaliza a população mais jovem, que vivencia o escasso capital social e

redes sociais restritas. Nesse caso, o incentivo a contatos externos ao bairro ou ao local de residência pode representar importantes transições relacionais de suas redes para as redes do mundo do trabalho ou do mundo da educação e da cultura, algo que nas entrevistas ficou bastante alheio às suas expectativas futuras imediatas.

Um aspecto que se evidencia nos achados da presente tese a ser perseguido posteriormente está dado na relação entre estabelecimento de vínculos em contextos de vulnerabilidade e a constituição de capital social. Nessa relação, pode-se questionar desde onde se desenvolve a capacidade para superar a vulnerabilidade social. No entendimento da pesquisa, e considerando o capital social e o conteúdo das relações sociais, são as redes sociais que capacitam os indivíduos e grupos.

Para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, a construção de promoção de políticas públicas de combate à exclusão social vinculadas às redes sociais deve incentivar vínculos não locais e de menor homofilia, diversificando a capacidade de elaboração de redes, enriquecendo a construção de um capital social relacional e procurando reduzir os custos da mobilidade e da comunicação dos indivíduos, para assim permitir o desenvolvimento e a manutenção de redes mais permanentes e diversificadas. Os recursos da informação, do conhecimento e da comunicação são importantes no momento de acompanhar estas políticas públicas que pretendem construir possibilidades relacionais diferentes para indivíduos em situações de vulnerabilidade e que, como se apontou anteriormente, estão vinculados a possibilidades de elaborar novos padrões de relações dos que começam a se mobilizar de maneira diferente para amenizar aqueles aspectos próprios da sua situação de vulnerabilidade relacional.

REFERÊNCIAS

Augras, Monique. **O Ser da Compreensão**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

Bauman, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

Becker, Deisi Viviani. **Redes de cooperação no estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. UFSM– RS. Santa Maria – RS. 2007. Disponível em http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/

Bilac, E. D. **Gênero, arranjos domésticos e (In) satisfação de necessidades básicas**. Campinas: Nepo/Unicamp, jul.2002.

Bilac, E.D. **Gênero, Vulnerabilidade das Famílias e Capital Social**: Algumas Reflexões. nepo/Unicamp. http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/

Blokland, Talja, Savage, Mike. **Social capital and networked urbanism**. (Ed.). Networked urbanism: social capital in the city. Burlington: Ashgate, 2008. p. 1-22.

Carvalho, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais**: balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

Coleman, James. **"Foundations of Social Theory"**. Cambridge: Harvard University Press, 1990, *apud* LINHARES, Heloísa Ibraim Doche. Capital Social: uma chave esquecida no trem metropolitano de Belo Horizonte. 2002. Dissertação (Mestrado). Escola de Governo – Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte.

Cepal. **Panorama Social de America Latina**. Relatório 1999-2000. ONU. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1256/1/S004367_es.pdf

Cepal. **Panorama Social de America Latina**. Relatório 1997. ONU. https://www.cepal.org/es/publicaciones/1254-panorama-social-america-latina-1997

Crespo, 2002 Antônio Pedro Albernaz; Gurovitz, Elaine. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional.** RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002.

Durston, John. ¿Qué es el capital social comunitario? Santiago de Chile: Cepal, 1997. (Série Políticas Sociales, 38)

Elias, N. (2008) **A Sociedade dos indivíduos**: in Martins, P.H., Fontes, Breno. **Redes Sociais e Saúde:** Novas Possibilidades Teóricas. Recife, 2008. Editora Universitária UFPE.

Filgueira, Carlos; Peri, Andrés. **América Latina: los rostros de la pobreza y sus**

causas determinantes. Proyecto Regional de Población Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población \ Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA). CEPAL. Santiago de Chile-2004.

Fontes, Breno . **La contribución de Simmel a la sociologia reticular.** Estudios Sociológicos , v. XXXIII, p. 00, 2015.

Fontes , Breno; SILVA, Marcos Aurélio Domelas da . **Redes, gobernanza urbana y prácticas asociativas**: el ejemplo del Programa de Salud de la Familia. Estudios Sociológicos , v. XXVI, p. 33-63, 2008.

Fontes, Breno; Eichner, Klaus. **A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda.** REDES- Revista hispana para el análisis de redes Sociales, Vol.7,#2, Oct./Nov. 2004. http://revista-redes.rediris.es.

Fonseca, Claudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea.** Revista Sociologia. UFRGS. 2002

Filho, Antônio Euzébios; Guzzo, Raquel Souza Lobo. **Desigualdade Social e Pobreza**: Contexto de Vida e de Sobrevivência. Psicologia & Sociedade; 21 (1): 35-44, 2009.http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/05.pdf

Fukuyama, Francis. **La Gran Ruptura**. La Naturaleza Humana y la Reconstrucción del Orden Social. Atlantida, 1999.

Garcia, Ignácio. **Do capital social ao humano**. O enfoque de redes organizacionais na Gestão de Pessoas. disponível em http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/do-capital-humano-ao-capital-social-o-enfoque-de-redes-organizacionais-na-gestao-de-pessoas/34238/. Acessado em 26\08\2016.

Granovetter , Mark. **Economic action and social structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, Estate University Of. Chicago at Stonybrook, New York, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

Guareschi, Neuza M. F.; REIS, Carolina D.; HUNING, Simone M. e BERTUZZI, Leticia D. **An intervention in the social vulnerability condition: a study on the meaning production with adolescents from the** "trabalho educativo" program. Estud. pesquisa. psicol. [online]. 2007, vol.7, n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-4281.

Hanneman, Robert. **A Introducción a los métodos Del analisis de redes sociales**. Disponível em http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html, 2001.

Hogan e Marandola 2006. **As Dimensões da Vulnerabilidade.** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.

Kanitz, Stephen. **O Capital Social**. Revista Veja. Edição 1951, ano 39, nº14. Editora Abril; 2006, página 22. Disponível em http://www.kanitz.com.br/veja/capital_social.asp.

Kaztman,, R. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Santiago de Chile, 1999.

Frey, Klaus. **Capital social, comunidade o e democracia.** Política e Sociedade, n. 02 abril 2003.
file:///C:/Users/USER/Downloads/4958-15666-1-PB%20(1).pdf

Loiola, E.; Moura, S. **Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais**. In: FISHER, T. (Org.). Gestão Contemporânea, cidades estratégias e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.53-68.

Lopes, José Rogério. **Processos Sociais de Exclusão e Políticas Públicas de Enfrentamento da Pobreza.** Caderno CRH, Salvador , v.21, n.53, p. 345-358, Maio\Ago. 2008.

Marques, Eduardo (Org.). **Redes sociais no Brasil. Sociabilidade, organizações civis e políticas públicas.** Belo Horizonte, Fino Trato, 2012.

Marques, Eduardo. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza.** Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

Marti, Jordi Bonet i. **La vulnerabilidad relacional**: Análisis del fenómeno y pautas de intervención. REDES- Revista hispana para El análisis de redes sociales Vol.11,4 Diciembre 2006 http://revista-redes.rediris.es.

Minayo, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 2003.

Montaño, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 270-287, June 2012.

Mauss, M. 1974 [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp.

Monteiro, Simone da Rocha Pires. **O Marco conceitual da Vulnerabilidade Social.** Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2):29-40, jul.-dez.\2011.

Nascimento, Ederson. **Urbanização, Globalização e Exclusão Social**: Reflexões a partir do caso brasileiro. Revista Geográfica da América Central, **vol. 2, núm. 57**, **2016.**

Padilla, Carlos René. **El proyecto de Dios y las necesidades humanas** : más modelos de ministerio integral en América latina / edición literaria a cargo de: Carlos René Padilla y Tetsunao Yamamori – 2a ed. – Florida : Kairós, 2006.

Portugal, Silvia. **Quanto vale o capital social**? O papel das redes informais na provisão de recursos. Org. Fontes, Breno e Martins, P.H.: Redes Práticas Associativas e Gestão Pública. Recife, 2006. Editora Universitária UFPE.

Portes, A. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea.** Sociologia, Problemas e Práticas, N° 33, 2000.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Plano Municipal de Assistência Social de São Leopoldo – 2014-2017.** Secretaria de desenvolvimento social de são Leopoldo, 2017.

Santos Requena, Felix. **Analisis de Redes Sociales:** Origenes, Teorias y Aplicaciones. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madri, Espanha, 2012.

Schütz, A.; Luckmann, T. **Las estructuras del mundo de la vida.** Buenos Aires, Amorrortu,1973.

Silva, Sandra Sofia de Brito da**. Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios.** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/379 Aceso em 20/08/2013.

Simmel, G. Simmel: **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

Universidad Autonoma de Barcelona (UAB), **Institut de Govern i Polítiques Públiques.** La Dimension Relacional de la Exclusión Social y las Politicas de Proteción Social. Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales. Barcelona 2006.

Vranken, Jan. **No social cohesion without social exclusion**. Eurex Lecture, v. 5, 2001

Watier, Patrick. Georg Simmel, **Sociólogo**. – Primeira ed. – Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

Wacquan, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto. V.16. 2006. http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365/2165.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. Network **analysis: from method and metaphor to theory and substance.** In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Ed.). Social structures: a network approach. New York: Cambridge University Press, 1991.

Zinecker, Heidrun. **Civil Society in Developing Countries – Conceptual Considerations.** Journal of Conflictology, Vol. 5, n. 2. Universitat Oberta de Catalunya. 2014.

.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
QUESTIONÁRIO PARA MAPEAMENTO DE REDES SOCIAIS

Este questionário é parte da pesquisa para elaboração da tese de doutorado em Ciências Sociais de Marcia da Silva Cezar Gadea, com foco na importância das redes sociais no cotidiano dos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Contamos com toda a sinceridade em suas respostas para que as informações obtidas sejam confiáveis e retratem a realidade. O questionário a seguir permitirá o mapeamento da rede social existente nas famílias estudadas e as informações aqui contidas serão de uso exclusivo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nº de identificação: _____
1. Nome ou Inicial:_____ 2. Idade:_____
3. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
4. Escolaridade:

( ) Analfabeto
( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino fundamental completo
( ) Ensino Médio incompleto (2º grau)
( ) Ensino Médio completo
( ) Curso técnico incompleto
( ) Curso técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação Incompleto
( ) Pós-graduação Completo

4.1. Está estudando no momento?
( ) Sim A Instituição de Ensino fica no próprio bairro? ( ) Sim ( ) não
( ) não

======== GRUPO FAMILIA/RELIGIÃO ========

5 Estado Civil:

( ) Solteiro(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Separado(a) ( ) Viúvo (a)	5.1 Tem namorado(a)? ( ) Não ( ) Sim 5.1.1 Namorado(a) mora no bairro? ( ) Sim ( ) não 5.1.2 Como se conheceram? ( ) no círculo familiar; ( ) na vizinhança; ( ) no círculo de amigos; ( ) durante o lazer; ( ) nos estudos; ( ) no trabalho; ( ) outro (especificar)
( ) Casado(a) ( ) União estável	5..2 Como se conheceram? ( ) No círculo familiar; ( ) na vizinhança; ( ) no círculo de amigos; ( ) durante lazer; ( ) nos estudos; ( ) no trabalho; ( ) outro (especificar)

5.3 Tem filhos? ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 (x) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) mais de 6

5.3.1 Quantos filhos moram na sua casa? ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) mais de 6

6 Quem é o chefe da família? ( ) homem ( ) mulher ( )ambos

7. Em caso de uma decisão importante a ser tomada na vida conjugal, a quem você pede um conselho?

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

8. Você frequenta alguma religião?

( ) Não

( ) Sim [nomear]: _____

8.1 A igreja fica no bairro? ( ) sim ( )Não

8.2 Você costuma participar de algumas das atividades (festas, campanhas) da igreja?

( ) não participo

( ) ajudo na organização e execução

( ) apenas participo sem me envolver na organização

======== Grupo VIZINHANÇA ========

9. Há quanto tempo mora no bairro Vicentina?

( ) menos de 1 ano

( ) 1 a 5 anos

( ) 6 a 11 anos

( )12 a 17 anos

( ) mais de 17 anos

10. Qual a situação da sua casa?

( ) própria ( ) alugada ( ) emprestada ( ) outro:

11. Como você ficou sabendo da oportunidade de morar neste bairro?

( ) anúncios ( ) corretores ( ) outras pessoas (indique no quadro abaixo)

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

12. Antes de se mudar para este bairro, em que bairro ou cidade você morava?

12.1. Sua casa anterior era: ( ) própria ( ) alugada ( ) emprestada ( ) outro:

13. Você sente alguma insegurança no bairro?

( ) não

( ) sim [descrever]

14. Você já sofreu algum tipo de violência neste bairro?

( ) não ( ) sim [descrever]

========== GRUPO CONFIANÇA ==========

15. Se você precisar que alguém cuide de sua casa por algum motivo, viagem, doença, trabalho. A quem pediria?

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

16. Se necessitar deixar seu filho(a) para trabalhar, com quem deixaria?

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

======== GRUPO LAZER E AMIZADES ========

17. Quais atividades de lazer você pratica?
( ) não tenho práticas de lazer
( ) reunir-se com amigos (em casa, na balada, restaurantes, etc)
( ) esportes [futebol, vôlei, ciclismo etc)
( ) assistir a filmes em casa ou no cinema
( ) ir à igreja e eventos religiosos
( ) outros [descrever]

18. Suas atividades de lazer ocorrem no mesmo bairro em que mora?
( ) Não ( ) sim

19. Quais pessoas geralmente participam ou você convidaria para suas atividades de lazer?

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

20. Quais são seus melhores amigos? Pode incluir pessoas da família, se for o caso.

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/	Estudos	Profissional /	outro

	Bairro?					lazer		trabalho	

21. Você participa de alguma rede comunitária NO BAIRRO?
( ) Não ( ) Sim [descrever]

22. Marque quais atividades exigem que você saia do bairro para serem realizadas:
( ) trabalhar
( ) realizar exames, consultas ou comprar remédios
( ) fazer cursos [incluindo educação em geral]
( ) Compras em supermercados
( ) compras diversas (roupas, calçados, serviços)
( ) lazer (atividades em geral como cinema, esportes, shows, etc)
( ) outro [descrever]

========= GRUPO TRABALHO E RENDA =========

23. Qual sua profissão?

24. Está trabalhando atualmente?

( ) Não	24.1 Recebe algum auxílio? ( ) não ( ) sim [descrever origem]
( ) faço trabalhos eventuais [bicos] ( ) tenho emprego com carteira assinada ( ) tenho emprego sem carteira assinada ( ) sou autônomo não regularizado ( ) sou autônomo regularizado	24.2 O trabalho fica no próprio bairro? ( ) sim ( ) não

24.3 Se você está trabalhando atualmente, poderia dizer se alguém lhe ajudou a conseguir este emprego? Qual o nome? Fiz concurso

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

25. Em caso de uma decisão importante a ser tomada, com relação ao trabalho, a quem você pede um conselho?

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

26 Qual a sua renda familiar?( ) menos de um salário mínimo
( ) entre 1 e 3 salários mínimos
( ) entre 4 e 10 salários mínimos
( ) acima de 10

27 Se precisar de dinheiro emprestado em caso de emergência, a quem pediria?
( ) a um banco ( ) a uma financeira ( ) a outra pessoa [descrever abaixo]

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro

28. Você consegue somente com o trabalho ter acesso aos recursos materiais de que necessita?
( ) sim
( ) não Marque abaixo quem são as pessoas que auxiliam

		Círculo de convivência (marque x)							
Nome	Mora no Bairro?	Familiar	Vizinhança	Amizade	Associativo	Diversão/ lazer	Estudos	Profissional / trabalho	outro